

Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Nélson Gonçalves

Relatório de Estágio – Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda.

Relatório de Estágio – Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda.

Nélson Gonçalves

ISCAC | 2019

Coimbra, outubro de 2019



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Nélson Gonçalves

Relatório de Estágio Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda.

Relatório de Estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Auditoria Empresarial e Pública – Ramo Auditoria Financeira, realizado sob a orientação da Doutora Sónia Carla Cura Rito, coorientação da Doutora Isabel Maria Mendes Pedrosa e supervisão da Doutora Paula Cristina Bogalho Cardoso.

Coimbra, outubro de 2019

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser o autor deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

AGRADECIMENTOS

Apesar da consciência de que palavras não conseguem exprimir o quanto me sinto grato por todo o apoio e força que recebi ao longo desta etapa, não poderia de todo começar, indubitavelmente, sem reconhecer e agradecer à minha Mãe e ao meu Pai, pela paciência infindável, pelas melhores palavras nos momentos mais difíceis, por toda a força e todo o apoio incansável e aos meus Irmãos pelo companheirismo inigualável e reconforto nos momentos de maior dificuldade. Agradeço acima de tudo, pelos valores e carinho que me transmitem a cada dia.

De igual forma, um agradecimento especial à minha Orientadora Doutora Sónia Rito e Coorientadora Doutora Isabel Pedrosa, por terem aceite o meu convite para me orientarem ao longo deste Estágio, por toda a disponibilidade, paciência e dedicação que colocaram durante estes meses na conclusão desta etapa.

Agradecer à Dra. Paula Cardoso, Dr. Manuel Henriques Pinto e Professor Dr. Carlos Barros, pela disponibilidade na realização deste Estágio, aos restantes colaboradores da entidade que tão bem me acolheram ao longo desta experiência tão enriquecedora, em que todos contribuíram para que esta etapa fosse enriquecedora quer a nível pessoal, como profissional. Quero enaltecer a minha supervisora ao longo deste Estágio, a Dra. Paula Cardoso, que procurou sempre aconselhar-me da melhor forma e proporcionar-me o contexto real de trabalho diário que a auditoria representa, permitindo que desempenhasse as mais variadas tarefas. O Dr. Hugo Baptista, pelos ensinamentos contabilísticos fundamentais, mas acima de tudo, pela paciência, amizade e boa disposição diária a que ninguém fica indiferente. O Dr. António Escada, pela transmissão de conhecimentos fiscais imprescindíveis e pela disponibilidade demonstrada no esclarecimento de dúvidas.

Por último, mas não menos importante, frisar que o meu percurso académico e profissional desde Guarda, Coimbra e Lisboa, permitiu-me conhecer pessoas genuínas, com as quais tive oportunidade de criar laços importantes de amizade e que têm permanecido ao meu lado, não só nos momentos bons, mas principalmente nos momentos menos bons. Por toda a amizade, companheirismo, boa disposição e apoio com que me brindaram não só ao longo desta etapa, mas de boa parte da minha vida, um enorme obrigado.

RESUMO

É visível a crescente necessidade de existirem meios informáticos que apoiem o auditor no que diz respeito ao tratamento de informação recolhida ao longo de todo o trabalho desenvolvido em contexto de auditoria. Desta forma, é importante o auxílio por parte de *software* de auditoria, *Computer-Assisted Audit Tools*, para a agilização de processos e tarefas de forma a permitir um trabalho cada vez mais seguro, eficiente e confiável.

O Estágio foi realizado no período entre 02 de janeiro de 2019 e 05 de julho de 2019, na entidade Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda., onde a utilização recorrente do *software ACD Auditor* foi da maior importância de forma a realizar as demais tarefas de auditoria que deram origem ao presente relatório, de entre as quais se destacam a realização de procedimentos de auditoria em algumas rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente, Fornecimentos e Serviços Externos, Ativo Fixo Tangível, Clientes, Fornecedores, e Estado e outros entes públicos.

De salientar a importância de ter tido a oportunidade de realizar este Estágio, uma vez que me permitiu aplicar os conhecimentos de auditoria obtidos ao longo do Mestrado. Adquirir por fim esta experiência profissional em ambiente real de trabalho, fez com que consolidasse estes mesmos conhecimentos e adquirisse outros que, sem dúvida, irão ser muito úteis para o meu desenvolvimento profissional.

Ao longo deste período, foi possível alcançar os objetivos propostos na realização do Estágio, nomeadamente, conhecer e interagir com a realidade do mundo do trabalho na área da auditoria, desenvolver o contacto direto com o cliente e a aquisição de aptidões profissionais que apenas são possíveis de adquirir em contexto real de dia-a-dia da área de auditoria, essencialmente na auditoria financeira, faz com que o balanço final seja bastante positivo.

Palavras-chave: Auditoria Financeira, Papéis de Trabalho, Prova em Auditoria, *Software*, Demonstrações Financeiras, Certificação Legal das Contas.

ABSTRACT

There is a growing need for IT facilities to support the auditor regards the processing of information collected throughout the audit's work. Thus, it's important the support given by the auditing software, Computer-Assisted Audit Tools, to streamline processes and tasks in order to allow an increasingly safe, efficient and reliable work.

The Internship was held in the period between January 02, 2019 and July 05, 2019, in the entity Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda., where the recurrent use of the ACD Auditor software was extremely important to accomplish the other audit tasks which gave rise to this report, of which the analysis of movements over the period under the heading External Supplies and Services should be highlighted, acquisitions and/or disposals on the Fixed Asset and also the circulations carried out to the third-parties of each analyzed company.

It's worth pointing out the opportunity to perform this internship, once it allowed me to apply my audit's knowledge acquired through the master's. Finally, acquiring this professional experience in a work environment has made me consolidate this same knowledge and acquire others that will, undoubtedly, be very useful for my professional development.

Throughout this period, it was possible to accomplish the objectives proposed in the achievement of this Internship, namely to know and interact with audit work's environment, have close contact with clients and the acquisition of professional skills that can only be acquired in the audit's day-to-day, essentially in the financial audit, it makes the final balance quit positive.

Keywords: Financial Audit, Working Papers, Audit Trial, Software, Financial Statements, Legal Certification of Accounts.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE GRÁFICOS	x
Lista de acrónimos e siglas	xi
INTRODUÇÃO	1
1 Papéis de Trabalho em Auditoria: Uma análise à ISA 230	3
1.1 Papel do Auditor	4
1.2 Análise à ISA 230 – Documentação de Auditoria	5
1.2.1 Objetivo e Finalidades	5
1.2.2 Requisitos.....	6
1.2.3 Papéis de trabalho	6
1.3 A crescente utilização de <i>Software</i> em Auditoria	10
1.3.1 Conceitos relacionados	11
1.3.2 Motivações da utilização de <i>CAATT</i>	12
1.3.3 Tipos de <i>CAATTs</i>	13
1.3.4 <i>Software</i> para papéis de trabalho em Auditoria	15
1.4 Normativo vigente em Portugal	19
1.4.1 Ética e Deontologia.....	19
1.4.2 Normativo Técnico de Auditoria	21
2 PINTO, BARROS & CARDOSO, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (SROC), LDA	25
2.1 Caracterização da entidade acolhedora	25
2.2 Objetivos da realização do estágio curricular	27
2.3 <i>Software</i> de auditoria – <i>ACD Auditor</i>	28
3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	31
3.1 Análise das rubricas de Contas a Receber e a Pagar	31

3.1.1	Fornecedores, outros credores e outras dívidas a pagar.....	31
3.1.2	Clientes e outros devedores	37
3.1.3	Estado e outros entes públicos	40
3.1.4	Acréscimos.....	51
3.1.5	Diferimentos	53
3.1.6	Análise aos movimentos de Diferimentos	53
3.2	Análise das rubricas de Investimentos não financeiros.....	54
3.2.1	Objetivos de auditoria	55
3.2.2	Procedimento de auditoria	55
3.2.3	Análise de movimentos ocorridos no período	56
3.2.4	Análise às depreciações e amortizações ocorridas no período	57
3.3	Análise dos documentos de prestação de contas.....	58
3.3.1	Relatório de Gestão.....	58
3.3.2	Demonstrações Financeiras	59
3.3.3	Certificação Legal das Contas	60
CONCLUSÃO		62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		64
APÊNDICES		67
APÊNDICE 1 – Guias de Aplicação Técnica (GAT).....		68
APÊNDICE 2 – Normas Internacionais de Auditoria (ISA)		69
ANEXOS		71
ANEXO 1 – Dossier Corrente		72
ANEXO 2 – Dossier Permanente		79
ANEXO 3 – Minuta de Circularização de Fornecedores e Outros Credores		81
ANEXO 4 – Minuta de Circularização de Seguradoras		82
ANEXO 5 – Minuta de Circularização de Acionistas		83
ANEXO 6 – Ficha de Conciliação de Fornecedores		84

ANEXO 7 – Controlo de Circularização das Contas a Pagar	85
ANEXO 8 – Minuta de Circularização e resposta de Clientes	86
ANEXO 9 – Ficha de Conciliação de Clientes	88
ANEXO 10 – Controlo de Circularização das Contas a Receber	89
ANEXO 11 – Minuta de Circularização de Advogados	90
ANEXO 12 – Certidão Fiscal e Parafiscal	92
ANEXO 13 – Análise das depreciações de Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	93
ANEXO 14 – Papel de trabalho de Análise ao Relatório de Gestão	94
ANEXO 15 – Simbologia	95
ANEXO 16 – Certificação Legal das Contas (opinião sem reservas)	96
ANEXO 17 – Certificação Legal das Contas (opinião com reservas por desacordo)	99

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 Motivações para o uso das Tecnologias de Informação em Auditoria.....	11
Figura 1.2 Comportamentos éticos associados ao auditor	20
Figura 2.1 Organograma da entidade PB&C, SROC, Lda.	25
Figura 2.2 Menu de depuração do software ACD Auditor.....	30
Figura 3.1: Controlo de circularização de Fornecedores no ACD.....	36
Figura 3.2: Controlo de circularização de Clientes no ACD	39
Figura 3.3: Papel de Trabalho de Pagamentos por Conta.....	42
Figura 3.4. Papel de Trabalho de Pagamento Especial por Conta.....	44
Figura 3.5. Papel de trabalho de análise ao IVA.	46
Figura 3.6. Papel de trabalho de análise ao IMI.	47
Figura 3.7 Papel de trabalho de análise às contribuições para a Segurança Social	48
Figura 3.8 Papel de trabalho de análise aos Prejuízos Fiscais reportáveis até 2018.....	50
Figura 3.9: Papel de trabalho de análise de Diferimentos de um cliente (relativo a operações de seguros)	54
Figura 3.10: Análise no ACD de movimentos ocorridos com aquisições de ativos fixos tangíveis	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Área de serviço dos clientes da entidade PB&C, SROC, Lda.....	26
---	----

Lista de acrónimos e siglas

ACD - *ACD Auditor*

ACL – *Audit Command Language*

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

CAATT - *Computer Assisted Audit Tools and Techniques*

CLC – Certificação Legal das Contas

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Imobiliários

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DACP – Demonstração das Alteração no Capital Próprio

DFC – Demonstração de Fluxos de Caixa

DMR – Declaração Mensal de Rendimentos

DR – Demonstração dos Resultados

EIP – Entidade de Interesse Público

EOROC – Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

GAT – Guias de Aplicação Técnica

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

IDEA – *Interactive Data Extraction & Analysis*

IES – Informação Empresarial Simplificada

IFAC – *International Federation of Accountants*

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

ISA - *International Standards on Auditing*

ISQC1- *International Standard on Quality Control*

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro

NT – Normas Técnicas

OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PAC – Pagamento Adicional por Conta

PC – Pagamentos por Conta

PDF – *Portable Document Format*

PEC – Pagamento Especial por Conta

PME – Pequenas e Médias Empresas

RETGS – Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedade

ROC – Revisor Oficial de Contas

SAFT – *Standard Audit File for Tax Purposes*

SQL – *Structured Query Language*

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

SS – Segurança Social

TI – Tecnologias de Informação

XML – *eXtensible Markup Language*

INTRODUÇÃO

Uma vez concluída a parte letiva do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública, segue-se a componente não letiva, correspondente ao segundo ano letivo do Mestrado, a qual poderá consistir na realização de um Projeto, Dissertação ou Estágio Curricular. A opção escolhida foi um Estágio Curricular onde os conhecimentos adquiridos ao longo da parte letiva foram desta forma aprofundados através de uma forte componente prática.

O Estágio teve lugar na entidade “Pinto, Barros & Cardoso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), Lda.”, pelo período decorrido entre 02 de janeiro de 2019 e 05 de julho de 2019.

Os principais objetivos que se encontravam na génese da realização deste Estágio consistiam em permitir a ligação entre os conhecimentos adquirido ao longo da componente letiva e a sua colocação em prática em ambiente real de trabalho; permitir a conclusão do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública com uma dimensão prática fundamental; desenvolver aptidões que só o contexto real de trabalho permite adquirir, ao estar perante situações do dia-a-dia da área da auditoria; e ainda desenvolver competências pessoais, profissionais e sociais que permitirão que integre o mercado de trabalho de forma mais preparada e consciente.

No Capítulo 1 deste Relatório de Estágio é referido, uma vez que, tive como suporte de trabalho ao longo do Estágio um *software* de auditoria utilizado pela empresa, ACD Auditor, que constituiu uma importante e imprescindível ferramenta de trabalho, a importância dos papéis de trabalho e das tecnologias de informação no seu tratamento. É fundamental perceber a sua interligação com uma crescente e cada vez mais diversificada oferta de *software* de auditoria à disposição dos auditores, para que o seu trabalho seja cada vez mais eficiente e credível possível, num mundo cada vez mais tecnológico e dependente das novas tecnologias.

No Capítulo 2, é abordada a entidade onde decorreu o Estágio, a caracterização da mesma, os objetivos da realização deste Estágio e ainda o *software* utilizado ao longo dos meses em que decorreu o mesmo.

No Capítulo 3, encontram-se explicadas as tarefas desenvolvidas ao longo deste período de Estágio, onde tive oportunidade de realizar as mais diversas tarefas de auditoria, onde acompanhei de perto a análise efetuada maioria algumas rubricas que compõem o

Balço e a Demonstração dos Resultados de uma empresa, assim como análise dos restantes documentos de prestação de contas das empresas auditadas.

Finalmente, na conclusão, é entendido a importância que os papéis de trabalho, juntamente com as tecnologias de informação, desempenham no trabalho do auditor diariamente, de forma a tornar o mesmo cada vez mais eficiente e confiável. São também referidos os objetivos atingidos com a realização do Estágio, bem como da importância que este tipo de componente tem no desenvolvimento de competências e aptidões, que apenas são possíveis adquirir no contacto direto com a área de auditoria.

1 Papéis de Trabalho em Auditoria: Uma análise à ISA 230

São inúmeras as definições que a auditoria possui, uma vez que se trata de uma área abrangente, principalmente pela relevância que tem na validação das demonstrações financeiras das entidades auditadas, o que implica inevitavelmente, efeitos positivos ou negativos nos demais dos interessados no uso destas mesmas demonstrações financeiras, baseadas na opinião do auditor.

Almeida (2017, p.3) define auditoria como *“um processo objetivo e sistemático, efetuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre ações e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre essas asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira.”*

Costa (2010, p.49) entende que a auditoria financeira *“tem como objeto as asserções subjacentes às demonstrações financeiras e como objetivo a expressão de uma opinião sobre estas por parte de um profissional competente e independente”*.

Um dos pilares do trabalho de auditoria é a obtenção de prova que sirva de base para a emissão de uma opinião razoável por parte do auditor de que as demonstrações financeiras se encontram isentas de distorções materialmente relevantes.

A prova é alcançada, nomeadamente, através da recolha por parte do auditor de documentação de auditoria, que pode assumir vários tipos, formas e formatos, ainda mais com a evolução das tecnologias de informação a que se tem assistido nos últimos anos. Aliado a um mundo cada vez mais tecnológico, cresce a exigência para que o trabalho do auditor seja realizado de forma cada vez mais tempestiva, seguindo sempre as normas que regem a profissão do auditor.

Desta forma, é neste contexto que surge, no apoio ao auditor, a agilização do tratamento dos papéis de trabalho através da disponibilização de *software* para auditoria que tornam cada vez mais eficientes os procedimentos de auditoria.

1.1 Papel do Auditor

Antes de aprofundarmos a temática acerca dos papéis de trabalho, é importante entendermos qual o papel do auditor no trabalho de auditoria propriamente dito.

Pinho (2009, p. 62) refere que *“os auditores independentes desenvolvem trabalhos de auditoria, destinados a fornecer uma segurança aceitável de que as demonstrações financeiras apresentadas estão isentas de erros (não intencionais por parte de quem relata) ou fraudes (intencionais por parte de quem relata) materialmente relevantes.”* (citado em Coate *et al.*, 2002).

Segundo Pinho (2009, p. 62) *“o reconhecimento de que a informação contabilística auditada assume a natureza de bem público e tendo em atenção que o principal objetivo da auditoria consiste na proteção do interesse público, projetou-se a profissão do auditor para um nível bastante elevado de responsabilidade social.”* (citado em Almeida, 2002)

Com isto, é possível afirmar que o auditor assume um papel cada vez mais importante, devido à idoneidade e independência que lhe está subjacente ao realizar o trabalho de auditoria. A opinião do auditor assume um papel preponderante tanto na tomada de decisões de gestão por parte da entidade objeto de auditoria, bem como para todas as entidades relacionadas e todos os seus *stakeholders*.

Face à independência do auditor, Pinho (2009, p. 64) sugere que *“atendendo ao facto de que a independência é fulcral no âmbito da utilidade pública da opinião do auditor, a garantia de que tal independência não possa ser posta em causa pela relação entre o auditor e o órgão de gestão, passa por restringir em larga medida a perspetiva comercial (maximização das receitas) no trabalho de auditoria, pela inclusão de fortes condicionalismos à atuação do auditor enquanto tal.”* (citado em McMillan, 2004).

Em relação à qualidade da auditoria, Pinho (2009, p. 65) refere que *“a auditoria financeira de elevada qualidade é um elemento vital no processo de credibilização da informação financeira produzida pelas empresas.”* Refere o mesmo ainda que *“o cumprimento de requisitos normativos e profissionais mínimos tende a reduzir a incidência de auditorias de reduzida qualidade”*. (citado em Francis, 2004).

1.2 Análise à ISA 230 – Documentação de Auditoria

A Norma Internacional de Auditoria (ISA) 230 – Documentação de Auditoria, pretende, abordar a responsabilidade do auditor na preparação da documentação de auditoria para uma auditoria de demonstrações financeiras.

Segundo Costa (2010, p.298), “a documentação de auditoria aumenta a qualidade da auditoria e facilita a revisão eficaz e a avaliação da prova de auditoria obtida e das conclusões que foram atingidas antes de se finalizar o relatório do auditor”, ou seja, a emissão da Certificação Legal das Contas.

1.2.1 Objetivo e Finalidades

No parágrafo 3 desta norma estão referidas uma série de finalidades que pretendem servir como:

- Ajudar a equipa de trabalho a planear e executar a auditoria;
- Ajudar os membros da equipa de trabalho responsáveis pela supervisão a orientar e supervisionar o trabalho de auditoria e a cumprir as suas responsabilidades de verificação de acordo com a ISA 220.
- Permitir a responsabilização da equipa de trabalho pelo trabalho realizado.
- Manter um registo das matérias de importância continuada para auditorias futuras.
- Permitir a condução de revisões e inspeções de controlo de qualidade de acordo com a *International Standard on Quality Control 1¹ (ISQC 1)* ou com requisitos nacionais que sejam pelo menos tão exigentes;
- Permitir a condução de inspeções externas de acordo com os requisitos legais, regulamentares ou outros aplicáveis.

A ISA 230 defende, no parágrafo 5, que o objetivo do auditor é preparar documentação que proporcione:

- Um registo suficiente e apropriado dos fundamentos para o seu relatório; e
- Prova de que a auditoria foi planeada e executada de acordo com as ISA e os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

¹ ISQC 1 – Controlo de qualidade para entidade que executem auditorias e revisões de demonstrações financeiras e outros trabalhos de garantia de fiabilidade e serviços relacionados.

1.2.2 Requisitos

A nível de requisitos no que a documentação de auditoria diz respeito, a norma indica no parágrafo 8 que, o auditor, deve preparar documentação de auditoria suficiente para habilitar um auditor experiente sem ligação anterior à auditoria a compreender:

- A natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria executados para cumprir as ISA e os requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- Os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a prova de auditoria obtida;
- Matérias significativas que surgiram durante a auditoria, respetivas conclusões e julgamentos profissionais significativos feitos para atingirem essas conclusões.

O auditor deve ainda registar, segundo o parágrafo 9, as características que identificam os assuntos específicos ou matérias testadas, quem realizou o trabalho de auditoria e a data em que tal trabalho foi concluído e quem reviu o trabalho executado e a data e extensão de tal revisão.

1.2.3 Papéis de trabalho

Segundo Almeida (2014, p. 209), *“os papéis de trabalho não são mais do que a história de auditoria, permitindo ao leitor a compreensão rápida das questões e dos riscos, das asserções testadas, dos procedimentos de auditoria empreendidos com vista à obtenção de prova e das conclusões alcançadas pelo auditor”*.

Por sua vez, Mendonça (2015, p. 25) refere que os papéis de trabalho *“formam o conjunto de formulários e documentos que contém as informações e apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame às demonstrações financeiras, bem como as provas e descrições da realização do trabalho constitui evidência do mesmo e base para o fundamento da sua opinião”* (citado em ATTIE, 2009 p.195).

Ao confrontar as definições supra, entende-se que são os papeis de trabalho do auditor que fundamentam e comprovam que o trabalho de auditoria que foi realizado, constitui toda a documentação que foi providenciada ao auditor e preparada por este. Estes pretendem sustentar a opinião do auditor relativamente à imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Segundo Almeida (2017, p.262), *“nos papéis de trabalho estão documentados os procedimentos empreendidos pelo auditor, as provas recolhidas e as conclusões a que*

chegou.” Enaltece ainda que estes termos não abrangem apenas o suporte em papel como todos os outros meios de armazenamento de dados, designadamente informáticos.

1.2.3.1 Tipos de Papéis de Trabalho

É do conhecimento geral de que os papéis de trabalho em auditoria podem adotar vários tipos de formas, formatos e suportes, nomeadamente entre o suporte em papel e o informático, este cada vez mais presente e indispensável ao auditor como se tem vindo a notas ao longo dos últimos anos.

Através da ISA 230, é entendido que a documentação de auditoria pode ser representada através de programas de auditoria, análises, memorandos com questões, resumos de matérias significativas, cartas de confirmação, de representação e declarações, listas de verificação e ainda correspondência (incluindo *e-mails*) relativos a matérias importantes. Extratos e cópias de registos da entidade (como acordos ou contratos) podem ser considerados como parte da documentação de auditoria, já a documentação de auditoria que tenha sofrido alterações ou correções (demonstrações financeiras substituídas, notas incompletas ou preliminares e ainda cópias ou duplicados de documentos).

1.2.3.2 Organização

A organização dos papéis de trabalho deve ser realizada em dois tipos de *dossiers*: o *dossier* permanente e o *dossier* corrente.

O *dossier* corrente contém todas as informações, papéis de trabalho e documentos que dizem respeito ao ano em que decorre a auditoria, sendo que por norma, este encontra-se organizado por rubrica das demonstrações financeiras.

No *dossier* permanente por sua vez encontram-se as informações acerca da entidade auditada que o auditor precisa ao longo dos períodos, ou seja, a grande parte da informação que consta deste *dossier* é recolhida aquando da primeira auditoria e atualizada conforme necessário pelo auditor. Este *dossier* é fundamental para o auditor ter acesso a informações gerais acerca da auditada a qualquer momento ou até para que novos elementos da equipa de trabalho conheçam a entidade.

Almeida (2017, p. 270) refere exemplos de informações que constam destes dois *dossiers*:

Dossier Corrente

- i. Apreciação do trabalho e das conclusões atingidas pela auditoria interna;
- ii. Planeamento e programas de revisão/auditoria descrevendo os procedimentos a serem executados e as alterações neles introduzidas;
- iii. Análise de transações de saldos;
- iv. Registo da natureza e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria realizados e dos respetivos resultados, indicando quem os executou e quando;
- v. Prova de que o trabalho efetuado por colaboradores foi sujeito a supervisão e análise;
- vi. Conclusão a que o revisor/auditor chegou relativamente aos aspetos significativos do seu trabalho, incluindo como tratou as exceções e os acontecimentos não usuais;
- vii. Cópia das demonstrações financeiras objeto de revisão/auditoria.

Dossier Permanente

- i. Cópia do contrato social e de outros documentos legais que regem a atividade da entidade;
- ii. Organigrama mostrando as funções do órgão de gestão e a repartição de responsabilidades;
- iii. Extratos ou cópias de importantes contratos, acordos, atas e outros documentos;
- iv. Relações de domínio, controlo e associação com outras entidades;
- v. Principais políticas contabilísticas adotadas, rácios mais importantes e evolução do capital, dos resultados e das reservas.

1.2.3.3 Preparação da documentação

A norma indica que o auditor deve preparar documentação de auditoria suficiente e em tempo oportuno, de forma a contribuir para a qualidade da auditoria e facilitar a revisão e avaliação eficazes da prova obtida, e também das conclusões atingidas antes da finalização do relatório do auditor. É referido igualmente que toda a documentação preparada após o começo do trabalho de auditoria será, provavelmente, menos rigorosa do que a documentação preparada durante a execução da auditoria.

Almeida (2017, p. 271) refere ainda que “*os papéis de trabalho devem ser corretamente identificados, devendo conter por isso o nome do cliente, a secção a que pertence, o teste que se está a efetuar, o exercício a que respeita, quem efetuou o trabalho de*

campo, a data em que o papel de trabalho foi elaborado, quem efetuou a revisão do trabalho e em que data”.

A norma refere que o auditor pode considerar útil preparar e reter como parte da documentação de auditoria um resumo que descreva as matérias significativas identificadas durante a auditoria e o modo como foram tratadas ou que inclua referências cruzadas para outra documentação relevante de suporte de auditoria que proporcione tal informação. O resumo em causa pode facilitar revisões e inspeções eficazes e eficientes da documentação de auditoria, particularmente para auditorias grandes e complexas e considerar igualmente as matérias que sejam significativas.

1.2.3.4 Revisão

No parágrafo A13 da norma, está presente que a ISA 220 exige que o auditor reveja o trabalho de auditoria efetuado através da revisão da documentação de auditoria. O requisito para documentar quem reviu o trabalho de auditoria executado não implica a necessidade de incluir prova da revisão em cada papel de trabalho específico, porém, que seja documentado qual o trabalho de auditoria que foi revisto, quem procedeu a essa revisão e quando foi efetuada. A revisão tem como objetivo verificar se os papéis de trabalho documentam apropriadamente a auditoria que foi efetuada, assim como verificar se a mesma foi conduzida de acordo com as normas de auditoria e se os papéis de trabalho suportam a opinião do revisor que irá emitir opinião sobre as demonstrações financeiras. (Almeida, 2017).

Esta revisão é efetuada tendo em conta a hierarquia da empresa, isto é, os assistentes que efetuam o trabalho de campo são supervisionados pelos auditores seniores, que são os responsáveis por verificar se as tarefas realizadas por cada um dos assistentes de auditoria foram realizadas de acordo com os procedimentos estabelecidos e as mesmas se encontram devidamente justificadas. Esta revisão acontece na fase preliminar e no final do trabalho.

A revisão pelos auditores seniores ao trabalho efetuado pelos assistentes de auditoria é realizada, geralmente, no final do trabalho de auditoria, sendo que desta forma, estes verificam todos os papéis de trabalho de seguida verificando se, de facto, os procedimentos foram cumpridos ao longo do trabalho preliminar e final de auditoria pelos assistentes e auditores seniores.

1.3 A crescente utilização de *Software* em Auditoria

Nas últimas décadas temos vindo a assistir a uma crescente necessidade de tornar o trabalho do auditor mais seguro e eficiente. Como sabemos, no decorrer de uma auditoria, é necessário recolher prova para o auditor aferir a situação das contas, prova esta que pode consistir em quantidades enormes de papel, dossiers ou qualquer outro tipo de papel de trabalho físico.

Neste sentido, tornou-se evidente que, de forma a manter os procedimentos de auditoria eficientes, para além de consciencializar em termos de meio ambiente, o tratamento da informação recolhida ao longo de uma auditoria com a opção a recair na utilização adequada de programas de computador, nomeados *software*.

Com a evolução das Tecnologias da Informação (TI), temos assistido a uma padronização no que ao tratamento da documentação e prova de auditoria diz respeito, com o aumento do recurso às TI por parte dos auditores, que cada vez mais substituem os suportes físicos de informação pelos eletrónicos.

Pedrosa (2015, p. 73) refere isso mesmo ao salientar que *“atualmente, os auditores enfrentam novas exigências para as suas tarefas profissionais diárias causadas pelas tecnologias emergentes, demanda dos negócios e o comportamento humano na utilização das tecnologias.”* Refere ainda que *“a computação em cloud² aumentou a quantidade de compartilhamento, armazenamento e recolha de dados, por isso, a quantidade e a variedade de dados disponíveis nas empresas aumentaram significativamente a necessidade de análise de dados.”*

É possível verificar algumas das motivações que podem justificar esta padronização por parte dos auditores, através da Figura 1.1, sendo que adiante serão abordadas mais motivações.

² Designação usada para caracterizar a informação guardada em “nuvem”, que permite que sejam armazenadas maiores quantidades de informação.

Motivação	Definição	Estudos empíricos
Expectativa de desempenho (ED)	Grau em que o auditor acredita que a utilização do sistema irá ajudá-lo a obter ganhos de desempenho no trabalho que realiza	Janvrin, Lowe, et al., (2008) Bierstaker et al., (2013) Rosli et al., (2012) Mahzan & Lymer, (2014)
Expectativa de esforço (EE)	Grau de facilidade associada à utilização do sistema que se pretende usar	
Condições facilitadoras (CF)	Grau em que o auditor acredita que existe infraestrutura organizacional e técnica para suportar o uso do sistema	Janvrin, Lowe, et al., (2008) Bierstaker et al., (2013) Mahzan & Lymer, (2014)
Influência social (IS)	Grau em que o auditor percebe a importância de outros acreditarem que ele está apto a usar o sistema	
Pressão competitiva (PC)	Grau de utilização das tecnologias pelos concorrentes	Rosli, Yeow, & Siew, (2013)
Compliance com os organismos profissionais de regulação (OR)	Grau em que os organismos profissionais encorajam as empresas de auditoria a adotar tecnologias de auditoria,	Rosli, Yeow, & Siew, (2013)

Figura 1.1 Motivações para o uso das Tecnologias de Informação em Auditoria

Fonte: Pedrosa, Laureano, Costa. (2015)

No entanto, apesar de uma visível adesão global por parte dos auditores a ferramentas de tratamento de informação eletrónicas, é sempre importante que o auditor possua um arquivo em formato físico com a informação pertinente acerca do cliente e da auditoria realizada ao mesmo.

1.3.1 Conceitos relacionados

As ferramentas eletrónicas que servem de apoio ao auditor na realização do seu trabalho, dão lugar à denominação de *Computer Assisted Audit Tools and Techniques* (CAATT), da qual surgem inúmeros conceitos que as definem.

Dias (2017, p. 7) refere que as CAATTs representam “ferramentas e técnicas que um auditor, tanto externo como interno, utilizam no desenvolvimento do seu trabalho de auditoria para processar dados e informação, com significância para a auditoria, e que são obtidos dos sistemas de informação de uma entidade.” (citado em Singleton & Flesher, 2003).

Segundo Rosli *et al* (2012), as CAATTs representam “ferramentas essenciais na profissão do auditor, nomeadamente na realização de testes ao controlo e testes substantivos. Referem ainda que podem ser entendidas como “qualquer uso da tecnologia que auxilie no trabalho e conclusão de uma auditoria.”

Dias (2017, p. 7) refere que “os CAATT podem ser definidos como qualquer utilização de tecnologia na elaboração dos procedimentos de auditoria. Esta definição inclui os papéis de trabalho automatizados e aplicações de processamento de dados tradicionais ou a utilização de determinado software por parte do auditor para realizar os testes de auditoria e alcançar os objetivos da mesma.”.

Rosli *et al* (2012) consideram que (as CAATT) compreendem também ferramentas e técnicas para extração, análise e revisão dos dados processados. Os mesmos autores referem ainda que é importante analisar a perspetiva das empresas acerca da utilização das CAATT, uma vez que as entidades de auditoria têm que decidir acerca do investimento em CAATT e providenciar dessa forma os meios necessários aos auditores para que as utilizem com sucesso. Por isso, a adoção por parte dos auditores e das empresas torna-se fundamental para que haja sintonia nos documentos e papéis de trabalho a usar em consonância com a empresa que se está a auditar.

Com a utilização das CAATTs, torna-se expectável que possa não só tornar o trabalho de auditoria muito mais eficiente, para que o auditor possa proporcionar uma auditoria realizada em menos tempo, de forma mais produtiva e com maior qualidade, tendo sempre em atenção o cumprimento dos normativos aplicáveis e procedimentos de auditoria a realizar ao longo de uma auditoria.

1.3.2 Motivações da utilização de CAATT

As automatizações dos processos de auditoria apresentam por si só uma motivação para a sua crescente utilização no mundo da auditoria, por inúmeras razões que se sobrepõem ao método convencional físico, como refere o Guia de Aplicação das *International Statements on Auditing* (ISA), ou seja, das Normas Internacionais de Auditoria:

- i. Facilidade no acesso a qualquer tipo de papel de trabalho, em qualquer lugar e em qualquer horário;
- ii. As pastas ou *dossiers* de auditoria podem, a qualquer momento, ser alterados, renomeados, criados ou movidos;
- iii. Existe a possibilidade de partilha de ficheiros para que, à distância, as equipas de auditoria possam trabalhar, modificar e rever o mesmo ficheiro;
- iv. É possível nomear de forma personalizada os documentos e papéis de trabalho de forma a tornar perceptível a importância de cada um dos ficheiros;
- v. Permitem verificar quando e por quem é que um determinado documento ou papel de trabalho foi alterado;

- vi. A possibilidade de colocação de *passwords* a restringir o acesso a certos documentos de maior importância e confidencialidade permite um aumento do grau de segurança;
- vii. A possibilidade de importar documentos e ficheiros de qualquer tipo para tratamento dentro do *software*;
- viii. Disponibilização de espaço físico ao armazenar eletronicamente todos os dados e trabalho de auditoria realizados nos anos anteriores;
- ix. É igualmente aplicável o normativo internacional de auditoria (ISA) no que a papéis de trabalho eletrónicos diz respeito.

Neste âmbito, com o objetivo de facilitar e agilizar o trabalho dos auditores, que cada vez mais é regulamentado, principalmente no que a gestão da documentação diz respeito, a utilização de todas as *CAATT* é vista como fundamental no apoio ao auditor, ao mesmo tempo que assegura que são cumpridas as normas aplicáveis ao longo dos procedimentos de auditoria executados.

Ribeiro (2017, p. 68) reforça esta ideia ao encorajar que a utilização de *software* em auditoria, “*tem de orientar o auditor para que este execute adequadamente os procedimentos de avaliação de risco, não desprezando o seu juízo profissional e tendo em vista concluir pela resposta de auditoria mais adequada*”.

O mesmo autor refere ainda que “*para além das questões de conformidade associadas à documentação, o investimento numa ferramenta desta natureza, tal como qualquer investimento, deve seguir uma racionalidade económica, pelo que os ganhos de eficiência na agilização dos processos têm de ser um fator preponderante na decisão*”.

1.3.3 Tipos de CAATTS

As *CAATTs* encontram-se neste momento categorizadas por inúmeras e variadas ferramentas ou *software* que o auditor tem ao seu dispor e que tomam como principal objetivo agilizar e modernizar todo o planeamento e os procedimentos de auditoria, em prol de tornar cada vez mais eficiente o trabalho do auditor.

Correia (2017) categoriza em três as principais ferramentas e tipos de *software* que o auditor disponibiliza no processo de auditoria (citado por Lanza, 1998):

- i. *Software* de extração e análise de dados: que têm por objetivo investigar o conteúdo de tabelas em bases de dados e gerar relatórios comparativos;

- ii. *Software* de gestão da auditoria: incorporam funcionalidades específicas de auditoria, como a análise e avaliação do risco, controlo de procedimentos e de verificações, criação de listas e questionários automatizados de controlo interno para fazer o acompanhamento da auditoria;
- iii. Programas diversos: englobam-se aqui todos os programas genéricos, não específicos de auditoria, mas que são frequentemente utilizados em âmbito de auditoria, como por exemplo, processadores de texto e folhas de cálculo.

Shihab et al (2017, p. 523) sublinham que as *CAATT* representam “uma ferramenta computadorizada usada para extrair e analisar dados de ficheiros ou documentos, ou também o fato de o auditor utilizar a tecnologia como processar dados contidos num sistema de informação.” É mencionado ainda que “o uso das *CAATT* pelo auditor deve melhorar a eficiência de custos, a eficácia e a qualidade geral da auditoria efetuada”.

Os mesmos autores destacam ainda que “atualmente, existem inúmeras ferramentas ou *software* que podem ser classificados e reconhecidos como *CAATTs*, como são exemplo os típicos *software CAATT* utilizados na execução de procedimentos de auditoria é o *ACL* (*Audit Command Language*) e *IDEA* (*Interactive Data Extration & Analysis*).” Destacam ainda como ferramentas imprescindíveis “o *Microsoft Excel*, *Microsoft Access* e *SQL* (*Structured Query Language*).”.

Das inúmeras ferramentas indispensáveis do auditor nos dias de hoje, tem que se destacar o *Microsoft Excel*, que se caracteriza por ser onde o auditor acaba por tratar muitos dos seus papéis de trabalho, assim como dispor a informação de forma a importar extratos ou balancetes para *software* de auditoria de forma simplificada e eficiente. Além disso, a facilidade com que pode dispor os seus dados, efetuar cálculos, tabelas assim como dispor de filtros que facilitam a análise de determinadas rubricas da contabilidade fazem com que o domínio desta ferramenta seja indispensável. Um estudo realizado por Pedrosa (2015, p. 113) sustenta a relevância que o *Excel* desempenha nas tarefas diárias do auditor, ao concluir que, após questionados se conheciam e/ou trabalhavam com esta ferramenta de auditoria, 100% dos participantes no estudo afirmaram que conheciam e trabalhavam com esta ferramenta.

O *software ACL* é visto como um *software* de extração e análise de dados, que permite a redução do risco humano por parte do auditor, permitindo uma maior transparência dos dados e a redução de custos de auditoria com a realização de testes altamente assegurados. Permite ainda a realização de testes e amostras automatizadas de todo o

tipo de dados da contabilidade e a criação de relatórios que permitem aos principais destinatários da informação perceber da melhor forma a análise dos dados. (ACL Services, 2019).

Por sua vez, o *software IDEA*, que pode ser também classificado como *software* de extração e análise de dados, permite ao auditor reunir e importar informação de várias fontes e formatos, identificar tendências e discrepâncias, para além de analisar grandes quantidades de dados de forma rápida e eficaz, garante a integridade dos dados e acelera a execução de análises de dados de forma a permitir uma auditoria mais eficiente, tudo isto de forma a permitir simultaneamente reduzir substancialmente o risco de fraude. (Caseware IDEA, 2019).

1.3.4 Software para papéis de trabalho em Auditoria

A evolução tecnológica a que se tem assistido ao longo dos anos tem permitido aos auditores um maior leque de escolhas no que a *software* de auditoria diz respeito, uma vez que existem inúmeros programas com o qual o objetivo unânime é tornar o trabalho de auditoria no dia-a-dia do auditor cada vez mais eficiente, cómodo e seguro.

Desta forma, em seguida são analisados quatro *software* de auditoria utilizados, onde será detalhado as funções que cada um desempenham, as tarefas que o auditor consegue desempenhar através do mesmo e ainda as várias opções que cada um possui no sentido de facilitar o trabalho do auditor para que este consiga corresponder às exigências dos seus clientes.

1.3.4.1 CaseWare Working Papers

Este *software* permite que toda a informação relativa a uma auditoria a um determinado período esteja alocada num local único, permitindo que o auditor foque a sua atenção nas áreas verdadeiramente relevantes ao longo da verificação das contas, eliminando documentos ou procedimentos que não sejam aplicáveis à entidade que se encontra a ser auditada ou que não seja materialmente relevante. (Ribeiro, 2017)

Uma vez que no Caseware *Working Papers* a análise de dados se inicia com a importação dos dados financeiros através de balancetes nomeadamente, este programa está preparado para os formatos mais comuns utilizados (como o *Excel*, por exemplo),

que associado à rapidez e facilidade da importação, faz com que se destaque dentro do *software* de maior impacto no que à sua utilização em auditoria diz respeito.

Após este trabalho inicial, o programa cria de forma instantânea todos os mapas de trabalho, permitindo ao auditor verificar se a alocação das contas se encontra efetuada conforme o código de contas utilizado, sendo que pode ainda acrescentar várias contas ou subcontas se necessário.

Outra das mais valias deste *software* prende-se com a gestão de documentos que oferece, uma vez que, permite o armazenamento dos vários tipos de documentos, em diferentes tipos de formato como *Microsoft Word* e *PDF (Portable Document Format)* para além do *Excel* referenciado anteriormente, que o auditor recolha ao longo do processo de auditoria, permitindo desta forma a criação de um *dossier* corrente e permanente acessível a toda a equipa de trabalho em tempo real.

Esta acessibilidade em tempo real, através da função de *Smartsync*, tem como objetivo quebrar a barreira da dificuldade de partilha e edição de documentos entre membros da equipa de trabalho, ao mesmo tempo, criando uma cópia do ficheiro original e que é alterado por cada um, no seu próprio computador. Desta forma, é agilizado o trabalho de auditoria a todos os níveis, permitindo que o auditor tenha acesso à informação da forma mais tempestiva e agilizada possível, isto, entre todos os membros da equipa simultaneamente, permitindo ainda trabalhar em modo *offline* e mais tarde sincronizar os ficheiros em rede com a restante equipa de trabalho. (CaseWare International Inc. 2019)

1.3.4.2 ACD Auditor

Este *software*, com o qual tive oportunidade de trabalhar ao longo do Estágio, é definido pela *Auditing Software Distributor* como uma ferramenta para a gestão completa de uma auditoria em todas as suas fases, sendo uma solução desenvolvida, com bases nas ISAs, nos riscos de auditoria e requisitos de controlo de qualidade exigidos pela norma *ISQC1*.

Este programa permite uma total conectividade, independentemente do lugar em que o auditor se encontre, desde que o mesmo esteja conectado na rede da entidade, é possível trabalhar com acesso à informação financeira da empresa simultaneamente com a restante equipa de trabalho.

É ainda de utilização instintiva e rápida, uma vez que dispõe as suas opções da forma indicada pela ordem planeamento geral de uma auditoria, o que simplifica e torna eficiente o trabalho do auditor. O *ACD* permite ainda realizar amostragens estatísticas e não estatísticas, assim como todo o procedimento de circularização, onde, pode realizar um cálculo e seleção de uma amostra dos terceiros a circularizar, para além do controlo das respostas recebidas e análise das mesmas, algo que será aprofundado ao longo do ponto 3.

Também é possível através do *ACD* exportar documentos em qualquer fase do trabalho de auditoria, por exemplo, ao analisarmos determinados movimentos de uma rubrica do balancete e quisermos analisar com maior detalhe, é possível através do programa exportar esses dados para *Microsoft Excel* e permitir ao auditor trabalhar os dados através dessa ferramenta.

Adiante será detalhado com maior rigor as utilidades, características e tarefas que foram realizadas ao longo do Estágio com recurso a este *software* de auditoria.

1.3.4.3 SIPTA

O SIPTA (Sistema Informático de Papéis de Trabalho de Auditoria) representa um *software* de auditoria com origem portuguesa e que funciona em ambiente *online*, que se destaca por permitir uma elevada confidencialidade e salvaguarda da informação, o cumprimento das normas internacionais de auditoria, permite a elaboração de planos e programas especiais específicos por cliente. (SIPTA, 2018)

Com este programa, o auditor pode ainda importar dados e documentos, nomeadamente em *Excel* e *SAF-T* e também o facto de elaborar todo o tipo de amostragens estatísticas e não estatísticas. Também o SIPTA permite a interação entre os membros da equipa de trabalho em tempo real, independentemente da localização dos mesmos.

Cada cliente tem ainda acesso a uma área a ele reservada, que lhe permite a criação de vários perfis adjacentes para acessos limitados aos membros da equipa de trabalho, assim como a criação igualmente de um arquivo corrente e permanente da informação da empresa.

O processo de circularização de saldos de terceiros é também desenvolvido neste programa de forma intuitiva e completa, permitindo ao auditor fazer o processo de

forma completamente automatizada, desde a seleção dos terceiros através da seleção, à elaboração das cartas predefinidas para cada tipo de terceiro e o envio das mesmas através de *mail*, bem como da receção das respostas e posterior análise.

Baptista (2017, p. 28) destaca que o SIPTA “*introduz melhorias substanciais no desempenho e na dinâmica de trabalho, pela sua adaptabilidade aos diversos normativos e interação com vários auditores e supervisores da mesma equipa de auditoria*”. Sublinha o mesmo autor que se trata de uma ferramenta muito intuitiva, que permite uma utilização fácil, até por quem não possua tantos conhecimentos informáticos.

1.3.4.4 DRAI 3

Conforme é indicado pela *software house* associada ao desenvolvimento deste *software*, a BDO, o DRAI 3 (Dossier de Revisão/Auditoria Informatizado, “*é uma aplicação informática integrada de apoio ao planeamento e realização do trabalho de revisão/auditoria às contas, desenvolvida pela BDO dirigida aos ROC e aos seus colaboradores.*”

Uma vez que existem várias versões anteriores deste programa (DRAI e DRAI 2), o DRAI 3 representa a versão mais recente, atualizada e melhorada, que permite facilidade de utilização dos documentos, principalmente *Excel*, a revisão analítica e principais rácios adaptados ao SNC. Permite ainda ajustes às demonstrações financeiras, a importação de balancetes, a criação de um dossier permanente do cliente e o controlo e criação do procedimento de circularização.

A BDO indica ainda, no seu *website*, que este *software* possui outras características como:

- i. aplicação informática integrada de apoio ao planeamento e realização do trabalho de campo de revisão/auditoria às contas;
- ii. informação detalhada para até 5 exercícios de auditoria;
- iii. preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC;
- iv. criação de papéis de trabalho utilizados no trabalho de auditoria;
- v. programas de trabalho e planeamento baseado em asserções;
- vi. conversor de balancetes de do sistema contabilístico POC para SNC.

1.4 Normativo vigente em Portugal

Ao longo dos anos, temos assistido a enormes escândalos financeiros à escala global, que se refletiram após auditorias de baixa qualidade, falta de independência dos auditores ou por falta de ética no que ao trabalho e moral do auditor diz respeito.

Face a isto, é cada vez maior a importância e dedicação que é dada à aplicabilidade ou não por parte do auditor quer do normativo técnico aplicável no decorrer de todo o trabalho de auditoria, quer ao cumprimento por parte do mesmo das regras e normas de ética decorrente da sua profissão.

1.4.1 Ética e Deontologia

São inúmeros os conceitos de ética e deontologia que se discutem, mas que no fundo, se relacionam e complementam entre si. Almeida (2017, p. 98) defende a ética como um *“conjunto de princípios e valores morais que tutelam as ações e decisões de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Para a sociedade funcionar de uma forma equilibrada e ordeira é necessário que as pessoas tenham comportamentos éticos, evitando-se, assim, que a sociedade se desintegre.”*

Por sua vez, Costa (2010, p. 141) afirma que *“a ética é, pois, a ciência do dever ser, o que implica a existência de valores, os quais, sendo atribuições feitas pelo próprio espírito humano, são elementos essenciais da ética.”* O mesmo autor refere ainda que a deontologia profissional tem a ver com as regras de qualquer atividade profissional.

No que ao cumprimento da ética profissional diz respeito, é importante a existência antes de mais, de uma consciencialização genérica no mundo da auditoria quanto a este conceito e a que este implica. Aspetos como a atitude, o comportamento e independência do auditor são fundamentais para a realização de uma auditoria transparente. Um exemplo de uma situação em que é definido um comportamento ou não ético por parte do auditor surge aquando de uma situação de conflito ético, em que este se encontra “preso” ao não conseguir decidir algo por existirem, simultaneamente, razões para o fazer e não o fazer.

De forma a evitar este tipo de situações e uma tomada de decisão não ética por parte do auditor, surge, em Portugal, pela primeira vez em 1987 e revisto em 2011, o que viria a ser, até aos dias de hoje, o Código de Ética e Deontologia Profissional da OROC (CEOROC), que tem como base de elaboração o Código de Ética do IFAC.

Segundo o nº 2 do art.º 2º do CEOROC, o ROC “*deve exercer a sua atividade profissional com independência, responsabilidade, competência e urbanidade, respeitando a legalidade e o sigilo profissional.*” O nº 1 do art.º 3º enfatiza a independência ao afirmar que o ROC “*deve exercer a sua atividade numa empresa ou outra entidade com absoluta independência profissional, à margem de qualquer pressão, especialmente, resultante dos seus próprios interesses ou influências exteriores.*”, isto, de forma a não influenciar a elaboração de uma opinião isenta e credível.

Também, no que respeita a deveres para com os colegas de profissão, o CEOROC se pronuncia, através do art.º 10º, em que é mencionado que o ROC deverá atuar com a maior lealdade em todas as situações para com os seus colegas de profissão, nomeadamente no que a angariação de clientes diz respeito, princípios estes presentes na Figura 1.2 abaixo.

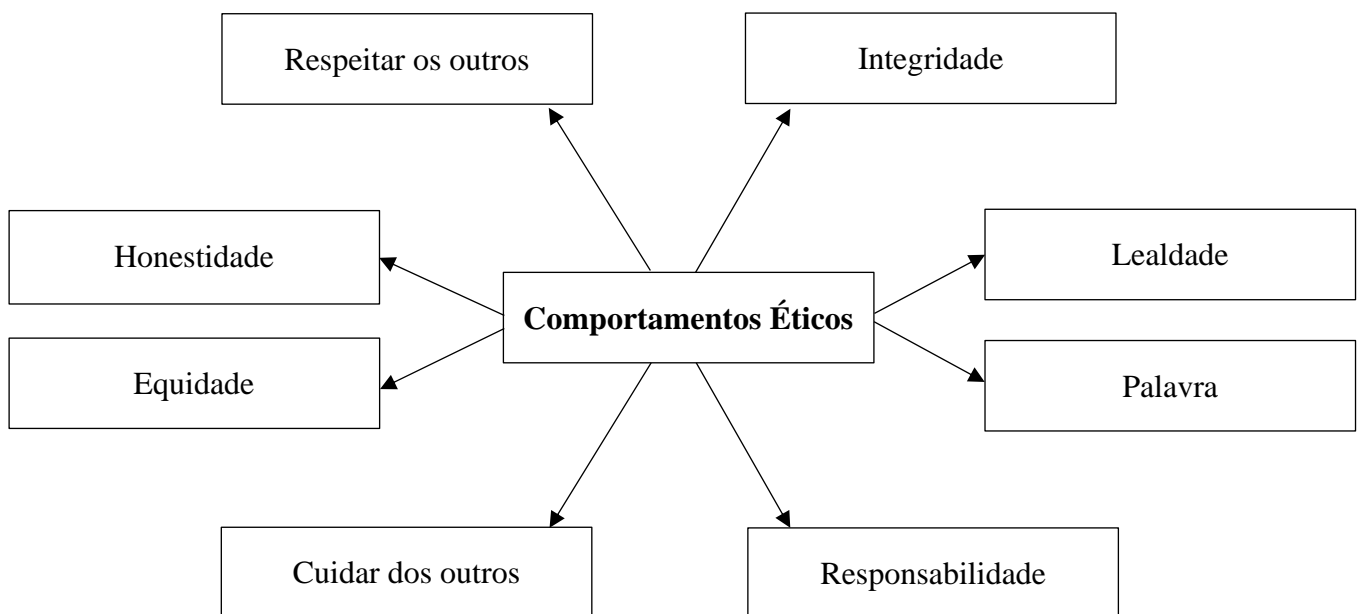


Figura 1.2 Comportamentos éticos associados ao auditor

Fonte: Adaptado de Almeida (2017, p.98).

Refere, igualmente, que sempre que ocorra um processo de substituição do revisor por cessação antecipada, o revisor substituto deverá solicitar ao revisor substituído informações sobre a existência de motivos de ordem profissional para que não aceite a

eleição ou designação. Deverá também o ROC substituído fornecer todas as informações profissionais adquiridas e facultar-lhe a consulta dos registos e documentos de trabalho produzidos no decurso das auditorias precedentes.

Sendo a independência dos pressupostos mais importantes no desempenhar da profissão de revisor, é por isso necessário optar por medidas que contribuam para que esta continue a ser um dos pilares do revisor comum. Algumas destas medidas, segundo Almeida (2017, p. 108):

- i. Proibições ao auditor: a fim de evitar que o mesmo tenha interesse financeiro na empresa, o que, hoje se tornou num princípio universal regulamentado pelas leis e pelos organismos de regulação;
- ii. Rotação dos auditores: o objetivo é aumentar a independência do auditor, mecanismo contestado com o argumento do custo associado às auditorias iniciais;
- iii. Revisão do trabalho de auditoria por um par: a fim de colmatar falhas das primeiras auditorias;
- iv. Nomeação independente do auditor: o propósito é reduzir a pressão da empresa para determinar o objetivo e âmbito da auditoria, bem como a remuneração do auditor.

1.4.2 Normativo Técnico de Auditoria

Foi com a publicação do Decreto-lei nº 487/99, de 16 de novembro, que se formou a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), anteriormente designada por Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, que se pretendeu responder à necessidade de uma maior homogeneização da legislação nacional para com a legislação comunitária, de forma a reger a profissão do auditor de forma cada vez mais supervisionada.

Neste âmbito, surge mais tarde, com entrada em vigor em 2016, com a publicação da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) revogando o anterior aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, que já tinha sido alterado por sua vez pelos Decretos-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro, e 185/2009, de 12 de agosto. Isto surge com o objetivo de que no desempenhar da sua profissão, o auditor esteja apto a realizar o trabalho com a maior idoneidade e qualificação possível.

O EOROC, que se encontra anexo à Lei nº140/2015 é constituído por cento e noventa e um artigos que regem a profissão, assim como estabelecer diretrizes para o âmbito do

desempenho da constituição dos membros do conselho diretivo e respetiva eleição do bastonário, que segundo o art.º 5º do mesmo, devem agir *“para defesa dos seus membros em todos os assuntos relativos ao exercício da profissão ou desempenho de cargos da Ordem.”*

No que ao âmbito de atuação dos ROC, o Estatuto refere no art.º 42º que a atividade de auditoria às contas compreende nomeadamente a revisão legal das contas, exercida quando exigível por lei e a revisão voluntária das contas em função de cumprimento de vinculação contratual.

Segundo o n.º 1 do art.º 43º do mesmo diploma, é indicado que as empresas ficam sujeitas à intervenção do revisor oficial de contas *“no âmbito das suas funções de revisão/auditoria às contas”* quando *“resulte de disposição legal, estatutária ou contratual e possuam ou devam possuir contabilidade organizada nos termos do referencial contabilístico aplicável e preencham os requisitos estabelecidos no n.º 2 do art.º 262.º do Código das Sociedades Comerciais.”*

A reger o trabalho de auditoria, para além do normativo referido, o n.º 8 do art.º 45º do EOROC refere ainda que *“enquanto não forem adotadas pela Comissão Europeia, as normas internacionais de auditoria são diretamente aplicáveis”*, o que atualmente se verifica, para além do normativo aplicável de âmbito nacional a ser composto, nomeadamente, pelas Normas Técnicas pelas Guias de Aplicação Técnica – GAT (Apêndice 1), que visam uma melhor aplicabilidade dessas mesmas Normas Internacionais de Auditoria (Apêndice 2), de designação abreviada ISA, já anteriormente mencionadas.

Estas surgem através do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), organismo do *International Federation of Accountants* (IFAC), que pretendem desta forma, através das ISA, a uniformização da prática de auditoria a nível global e que, em Portugal, é o primeiro normativo utilizado na profissão de auditoria.

Por forma a supervisionar a correta aplicabilidade deste normativo, assim como das leis e regulamentos subjacentes ao trabalho do auditor, é fundamental que exista um controlo de qualidade que atue por forma a assegurar a garantia da qualidade de trabalho no que à realização de uma auditoria diz respeito.

É nesta perspetiva, que o IFAC emitiu, em 2006, a *ISQC1 (International Standard on Quality Control)*, que segundo o parágrafo 11 da mesma, indica que *“o objetivo da*

firma é estabelecer e manter um sistema de controlo de qualidade que proporcione garantia razoável de que a firma e o seu pessoal cumprem as normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis e os relatórios emitidos pela firma ou pelos sócios responsáveis pelo trabalho são apropriados nas circunstâncias.”

No sentido de reforçar esta premissa, o EOROC pronuncia-se, através do art.º 69º, em que indica que tanto os ROC como as SROC, estão sujeitas a controlo de qualidade, no que respeita a auditores que não realizem a revisão legal das contas de uma entidade de interesse público (EIP) em conformidade com a lei aplicável. No que diz respeito a estas entidades, está responsável pela sua supervisão a Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM), entidade responsável pela supervisão e regulamentação dos mercados de instrumentos financeiros e os agentes que neles atuam, ou seja, todas as entidades que tenham carácter de EIP estão sujeitas à sua supervisão e devem prestar toda a colaboração necessária, que efetua o controlo de qualidade exclusivo sobre os ROC e as SROC.

Encontra-se também sujeito à supervisão e controlo de qualidade exclusivo pela CMVM todos os ROC/SROC, como refere Almeida (2017, p.92), este controlo por parte da CMVM *“é efetuado pelo menos uma vez de seis em seis anos para os ROC/SROC que não auditem EIP. Em relação aos auditores que auditam EIP é exercido em conformidade com um plano anual, com base numa análise de riscos.”*

Salienta ainda que, os auditores são alvos deste controlo de qualidade, mesmo quando não auditem EIP quando se verificarem as seguintes situações:

- i. Revelem manifesta desadequação dos meios humanos e materiais utilizados, face ao volume dos serviços prestados;
- ii. Apresentem fortes indícios de incumprimento de normas legais ou de regulamentos ou de normas de auditoria em vigor.

Em jeito de reforçar a qualidade de uma auditoria, Ferreira (2016, p. 69) afirma que uma forma de garantir o sucesso de uma auditoria passa pelas *join audits*³, referindo assim que estas *“...têm lugar quando duas ou mais sociedades de auditoria são nomeadas por uma entidade com vista a produzir, em conjunto, um parecer único sobre*

³ *Join audits*: de forma sucinta, é a prática de auditoria entre duas ou mais entidades de revisores oficiais de contas no sentido de emitir uma certificação legal das contas, através de uma opinião conjunta acerca das demonstrações financeiras da empresa, partilhando desta forma a responsabilidade pelo trabalho de auditoria.

as suas demonstrações financeiras. O planeamento da auditoria é feito de forma conjunta e o trabalho no “terreno” é distribuído entre os auditores, sendo de salientar que cada auditor é sujeito a uma revisão cruzada por parte do outro auditor. Os auditores analisam em conjunto as questões críticas que afetam a entidade e, de forma conjunta, apresentam os seus relatórios à entidade auditada e aos seus stakeholders⁴.” (citado por Moreira, 2016).

O autor afirma que, desta forma, as auditorias decorrem com menor risco associado a erro proveniente da análise por parte dos auditores, uma vez que esta responsabilidade é repartida.

⁴ *Stakeholders*: representa o grupo de interessados na informação financeira da empresa, desde investidores, acionistas, entidades bancárias, fornecedores, clientes, etc.

2 PINTO, BARROS & CARDOSO, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (SROC), LDA

A Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda., surgiu, numa primeira fase, de um projeto de fusão em 2016, entre Carlos Barros, SROC, Unipessoal, Lda. e Manuel Henriques Pinto, SROC, Unipessoal, Lda., seguido da entrada de uma nova sócia, em 2017, também Revisora Oficial de Contas (ROC), Paula Cardoso, para a sociedade.

2.1 Caracterização da entidade acolhedora

A entidade onde decorreu o Estágio que se vem a retratar neste relatório, Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda., tem sede na Rua Padre Estêvão Cabral nº 120, Sala 204, 3000 – 316 Coimbra. Regulada pela Lei nº 140/2015, que aprovou o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), está registada sob o número 287. Como mencionado anteriormente, a sociedade é composta por 3 sócios:

- Manuel Henriques Pinto, ROC nº391, exerce funções como ROC desde 1979;
- Carlos Barros, ROC nº1431, exerce funções como ROC desde 2010;
- Paula Cardoso, ROC nº1669, exerce funções como ROC desde 2014.

A entidade possui ainda 3 auditores sénior, que repartem o seu trabalho pelos sócios da entidade, a quem cabe a tarefa de supervisão, orientação e coordenação do trabalho ao longo do ano. Na Figura 2.1 é possível ver o organograma da entidade.

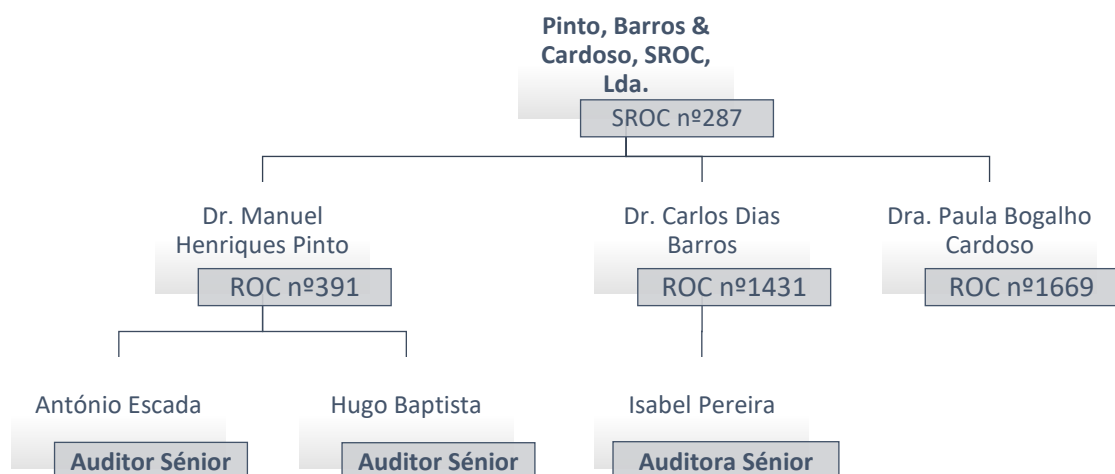


Figura 2.1 Organograma da entidade PB&C, SROC, Lda.
Fonte: Elaboração Própria

A PB&C, SROC, Lda., para além de prestar serviços no âmbito das competências atribuídas aos Revisores Oficiais de Contas, é também prestadora de serviços de consultoria. De entre os serviços prestados, destaca-se principalmente a auditoria às contas⁵ a qual compreende a revisão voluntária de contas (em cumprimento de vinculação contratual com a empresa) e a revisão legal de contas (em cumprimento da disposição legal ou estatutária) onde é emitida a Certificação Legal das Contas (CLC) relativa à empresa auditada, de acordo com o normativo em vigor.

No entanto, existem outros serviços que complementam o leque de serviços disponibilizados:

- i. Certificação de despesas no âmbito de financiamentos comunitários;
- ii. Consultoria fiscal e contabilística;
- iii. Reestruturação de sociedades;
- iv. Avaliação de empresas / *Corporate Finance*.

No que respeita aos serviços de auditoria, a área de atuação dos clientes incide nos setores representados no Gráfico 2.1.



Gráfico 2.1 Área de serviço dos clientes da entidade PB&C, SROC, Lda.
Fonte: Elaboração Própria

⁵ O disposto legal acerca da auditoria às contas encontra-se consagrado no artigo 42º do EOROC.

Esta significativa diversidade existente na carteira de clientes da entidade é fundamental, não só para diminuir o risco de negócio, como para proporcionar uma maior estabilidade a nível de trabalho uma vez que ao diversificar os clientes com quem trabalha, aumenta o seu raio de atuação no mercado.

A diversidade existente faz com que, quem trabalha nesta entidade, tenha a versatilidade necessária e recorrente e contínua formação de forma a adaptar-se e prestar o melhor serviço aos seus clientes.

Por outro lado, permite também que seja possível para a sociedade recrutar auditores juniores (cerca de 1 a 2 por ano) de forma a proporcionar experiência profissional aos mesmos que, através da realização de Estágios, auxiliam nas tarefas de auditoria ao longo do ano enquanto adquirem conhecimentos fundamentais da prática de auditoria em contexto real de trabalho.

2.2 Objetivos da realização do estágio curricular

Na génese da realização deste estágio curricular, foram estabelecidos uma série de objetivos a cumprir ao longo destes meses de trabalho, onde, no fundo, o principal objetivo assentava em adquirir formação profissional que me permitisse, aquando do término do mestrado e obtenção do grau de Mestre, corresponder às expetativas do mercado de trabalho e facilitar a minha inserção no mesmo, uma vez que contexto de trabalho onde nos encontramos ao longo do estágio corresponde, em grande parte, ao trabalho que iremos desempenhar futuramente na área. Em suma, os objetivos principais resumem-se nomeadamente a:

- i. Permitir a ligação entre os conhecimentos adquiridos pelo aluno ao longo da componente letiva e a sua colocação em prática em ambiente real de trabalho;
- ii. Conhecer e interagir com a realidade do mundo do trabalho na área da auditoria, essencialmente na auditoria financeira;
- iii. Desenvolver aptidões que só o contexto real de trabalho permite adquirir, ao estar perante situações do dia-a-dia da área da auditoria;
- iv. Desenvolver competências pessoais, profissionais e sociais que permitirão que integre o mercado de trabalho de forma mais preparada e consciente;

- v. Permitir a conclusão do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública com uma dimensão prática fundamental.

2.3 Software de auditoria – ACD Auditor

É do conhecimento geral de que a documentação e o tratamento da mesma representam um meio essencial no que diz respeito à obtenção de prova necessária, que permite suportar a opinião do auditor quanto à exatidão das demonstrações financeiras da empresa.

É neste sentido que o uso de *software* de gestão documental são cada vez mais preconizados no que a auditoria diz respeito, sendo que ao longo do trabalho do auditor pretendem proporcionar meios de apoio, mas assegurando em todas as fases do processo de auditoria os requisitos de documentação, assim como o cumprimento das normas específicas.

Tal como se apresentou na secção 1.3, existem diversas opções no que respeita a *software* disponível para utilização no contexto de “Papéis de trabalho para Auditoria”. Na SROC onde o Estágio foi desenvolvido, o *software* utilizado, é o *ACD Auditor*, que se apresenta como uma solução desenvolvida para a gestão completa da auditoria, de acordo com as ISA, para além de permitir trabalhar e gerir os processos de auditoria de forma ordenada, rápida e eficiente. Permite ainda:

- i. O trabalho simultâneo de várias pessoas nos mesmos papéis de trabalho da mesma empresa auditada;
- ii. Cálculo e análise de materialidade e amostragem estatística;
- iii. Cálculo de amostras e seleção automática de amostras para circularização, controlo e posterior análise;
- iv. Possibilidade de exportar e importar documentos em qualquer fase do trabalho;
- v. Contém a pasta completa do exercício, facilitando a visão global da auditoria para uma maior supervisão e controlo;
- vi. Aceder a trabalhos de anos anteriores;
- vii. Colocar documentação associada às evidências recolhidas;
- viii. E ainda que, ao longo do trabalho de auditoria, o mesmo possa ser sinalizado como verificado pelo Responsável de equipa.

A partir da importação, numa primeira fase, de um ficheiro denominado *Standard Audit File for Tax Purposes (SAF-T)*⁶, que contém toda a informação financeira da empresa relativa a um determinado período, os auditores ficam com acesso aos registos contabilísticos do cliente, onde podem analisar todos os saldos e movimentos do período.

Por norma, o cliente envia o ficheiro *SAFT* com periodicidade mensal, trimestral ou semestral, existindo a hipótese de enviar o ficheiro de forma intercalar, sem periodicidade definida. Conjuntamente com o ficheiro, o cliente envia também o balancete geral e os balancetes referente aos terceiros e às contas bancárias, para posterior cruzamento analítico com o ficheiro *SAFT*, uma vez inserido no *ACD*.

No capítulo 3 será demonstrada a utilização do *software ACD Auditor* no contexto do Estágio desenvolvido e das tarefas onde foi utilizado. Para que tal fosse possível, foi criado um perfil de utilizador para todo o período do Estágio. Esse perfil permite a realização das seguintes tarefas:

- i. Inserção de *SAF-T*;
- ii. Consulta de movimentos das contas do período em análise e períodos anteriores;
- iii. Extração de Balancetes, Balanço e Demonstração de Resultados;
- iv. Análise substantiva das rubricas aplicáveis;
- v. Controlo de circularizações.

Aquando da inserção do ficheiro *SAFT* da empresa, era realizada a depuração do mesmo, ou seja, era seguido uma ordem de comandos do programa para que ficasse certificado de que a informação financeira fornecida pelo cliente pudesse ser trabalhada e utilizada pela nossa equipa de auditoria.

Este processo está presente na Figura 2.2, onde após a importação, cada um dos subpontos do menu Importação eram concretizados de forma a trabalhar os dados para que o programa pudesse alocar cada um dos movimentos à respetiva rubrica das demonstrações financeiras.

⁶ O ficheiro *SAF-T* (PT, na versão Portuguesa) é enviado pela empresa num formato *XML*, que é em seguida convertido (pela SROC) em ficheiro *acd*. Este ficheiro reúne toda a documentação fiscalmente relevante de uma empresa relativa a um determinado período de tempo

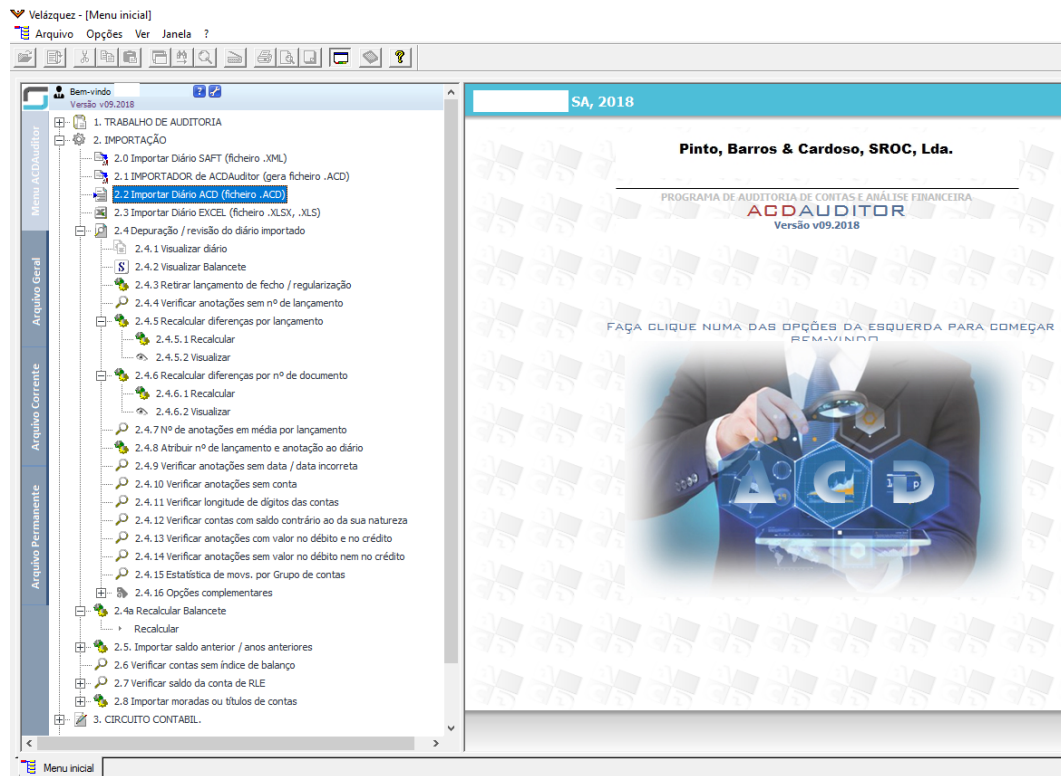


Figura 2.2 Menu de depuração do software ACD Auditor
Fonte: ACD Auditor

Desta forma, o programa consegue assim fornecer as próprias demonstrações financeiras, para que se possa comparar com as mesmas demonstrações elaboradas pelo cliente e perceber de forma mais eficaz possíveis lacunas ou erros nos saldos de cada rubrica.

Foi também efetuado um período de ambientação ao trabalho com a plataforma, durante os dias 7 e 11 de janeiro de 2019, sob a supervisão do auditor sénior Hugo Batista, que foi fundamental para que ficasse familiarizado o melhor possível com o programa.

3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Uma vez que o estágio teve início no começo do mês de janeiro, os trabalhos de auditoria da entidade já se encontravam na fase de maior trabalho e tarefas a realizar. Efetivamente, o processo de certificação de contas, geralmente, ocorre até ao final de março, mês onde as contas das empresas, juntamente com o respetivo relatório de auditoria, são apresentadas aos proprietários em Assembleia para serem apreciadas e aprovadas.

Desta forma, procurei logo desde o início, ter o cuidado de conhecer as entidades com as quais iria trabalhar aquando das tarefas de auditoria a executar, consultando os *dossiers* corrente (Anexo 1), que consistia na documentação relativa a cada auditoria específica, e permanente (Anexo 2), que o auditor a determinada altura pode precisar consultar ao longo da auditoria, onde continha informações pertinentes acerca do seu *core-business*, e também outras informações de carácter financeiro e da sua constituição, informação esta que todos os anos era atualizada.

A minha integração na entidade ocorreu na fase em que estavam a ser realizadas e atualizadas as análises de impostos das empresas, intercalado com as contagens físicas efetuadas no final do ano. Após o término do ano 2018, as empresas encontram-se, nos dias precedentes ao início de um novo ano, a fechar as contas do ano que antecedeu e a atualizar constantemente a informação financeira da empresa.

Tal como já referido no capítulo anterior, esta atualização periódica da informação contabilística atualizada periodicamente é efetuada através do envio dos ficheiros *SAF-T*, que contém toda a informação para que o auditor possa trabalhar a informação através do programa *ACD*.

A partir dessa tarefa, foram desenvolvidas várias outras ao longo do Estágio que serão retratadas nos subcapítulos seguintes, detalhando cada uma delas o procedimento de auditoria e método de trabalho adotado e o respetivo suporte documental utilizado.

3.1 Análise das rubricas de Contas a Receber e a Pagar

3.1.1 Fornecedores, outros credores e outras dívidas a pagar

Ao longo desta rubrica irá ser discutido a análise realizada às principais contas que enquadram cada um dos conceitos referidos acima, nomeadamente a conta 22 – Fornecedores, a conta 31 – Compras e a conta 62 – Fornecimentos e serviços externos.

Uma vez que, a par da rubrica dos Clientes, grande parte das operações do período ocorrem nas contas supramencionadas, existe a necessidade de focar parte do trabalho de auditoria na análise aprofundada a estas rubricas, de forma a verificar e obter prova suficiente de que, o controlo interno da empresa encontra-se a atuar de forma eficiente e contínua nesta área.

3.1.1.1 *Objetivos de auditoria*

Aquando da realização das tarefas relacionadas com estas rubricas, é de enorme importância:

- i. verificar se os procedimentos contabilísticos da empresa assim como as medidas de controlo interno relativas a esta área estão a ser aplicadas e de forma consistente e correta;
- ii. verificar se todos os movimentos de compras, fornecimentos e serviços externos e outros gastos se encontram efetivamente relacionados com a atividade corrente da empresa, se estão classificados de forma correta, assim como se se encontram adequadamente mensurados;
- iii. verificar se os processos judiciais que se encontram em curso e acerca dos quais se esperam desfechos desfavoráveis para a empresa se encontram devidamente reconhecidos através da constituição de provisões.

3.1.1.2 *Procedimentos de auditoria*

Aquando da realização do trabalho de auditoria, um dos procedimentos mais efetuados foi a realização de testes substantivos através da verificação de documentos de suporte da empresa relacionados com as compras efetuadas no período, se estes se encontravam conforme no que diz respeito a análise de asserções.

No período de Estágio, os procedimentos que tive oportunidade de efetuar, para além da realização de testes substantivos, nomeadamente o *vouching*⁷, na área dos fornecimentos e serviços externos, foram o controlo de circularizações através da confirmação de saldos de fornecedores e outros credores e ainda conferência dos valores que constam das rubricas de fornecedores, outros credores e outras dívidas a pagar ao comparar se os balancetes estavam de acordo com o balanço da empresa.

⁷ *Vouching*: quando o auditor seleciona certos movimentos contabilísticos e confronta os mesmos com os documentos que estão sua origem, de forma a validar o movimento em análise.

3.1.1.3 *Análise aos movimentos relacionados com Compras e Fornecimentos e Serviços Externos*

Este procedimento tinha início na seleção pelo ROC dos movimentos a analisar através da análise dos extratos das contas 62 e 31, os quais, por norma, representavam os de maior valor contabilístico. De seguida, eram recolhidas junto do cliente os respetivos documentos e/ou faturas de suporte desses movimentos para análise.

Uma vez recolhidos os documentos, estes eram identificados no programa *ACD* através dos respetivos movimentos a que dizem respeito e colocados para análise no próprio programa. Nesse momento, eram desde logo verificadas as asserções da classificação, exatidão, corte, integralidade e ocorrência.

Nesta fase, também se procedia à verificação do cumprimento das regras de dedução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) previstas nomeadamente no artigo 21º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) assim como à correta contabilização. Uma situação que necessitava de especial atenção dizia respeito a operações relacionadas com aquisição de combustíveis, uma vez que a dedução do IVA suportado pode ser parcial ou total conforme diferentes circunstâncias, daí a necessidade de recorrer CIVA e analisar essas operações.

Em concreto, era analisada a presença nas faturas de todos os dados exigidos pelo artigo 36º do CIVA relativamente ao fornecedor e ao cliente, nomeadamente o número da fatura, a data, os nomes ou denominação social de ambos, a quantidade e denominação dos bens transmitidos ou serviços prestados, o preço líquido de imposto, as taxas aplicáveis e montante devido de imposto (no caso de não ser aplicável, justificar com a legislação em vigor) e ainda a data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente. Também se procedia à conferência das somas aritméticas dos montantes constantes nos documentos e contabilizados pela empresa.

Em simultâneo com a análise efetuada, procedia-se à colocação de comentários (onde constava a informação acerca da análise de asserções) no *ACD*, o documento ficava identificado com o *tickmark*, respetivo, consoante as observações que eram retiradas da análise. Por exemplo, se a fatura estivesse conforme e sem erros de contabilização, era colocado os *tickmarks* que indicavam como tal. Caso contrário, após analisarmos todas as faturas selecionadas na amostra, esses casos que estavam devidamente identificados com o *tickmark* respetivo, eram verificadas junto do cliente de forma a justificar o porquê dos erros encontrados.

3.1.1.4 Análise à rubrica de Fornecedores e outros credores

A análise efetuada a esta rubrica, numa primeira fase, consistia na análise de faturas selecionadas pelo ROC, processo este semelhante ao mencionado no ponto anterior. Tal como referido para essa rubrica, a análise iniciava-se com a seleção de faturas associadas aos movimentos escolhidos para análise pelo ROC, sendo que posteriormente, as mesmas eram recolhidas e verificadas no escritório, onde eram colocados os respetivos comentários observados e respetivo *tickmark* no programa *ACD*.

Posteriormente, era então iniciado o processo de confirmação dos saldos de fornecedores, fornecedores de investimentos e outros credores à data de 31 de dezembro de 2018, através do procedimento de circularização.

O procedimento tinha início com a solicitação ao nosso cliente dos balancetes à data de 31 de dezembro de 2018 de fornecedores, do balancete analítico geral e ainda do ficheiro *SAF-T* à mesma data. Se seguida, era realizada a conferência dos valores constantes dos balancetes, e também era conferido o balancete analítico geral com o balancete extraído do *ACD* após a inserção do ficheiro *SAF-T*.

Através do balancete de fornecedores e outros credores eram selecionados os terceiros a circularizar. Geralmente os que eram selecionados consistiam naqueles que apresentavam maiores movimentos no período, maiores saldos, saldos anómalos⁸ e saldos em aberto de terceiros estrangeiros. Nas empresas em que existiam mais empresas do grupo, era ainda solicitado que todas as empresas do grupo confirmassem os saldos.

De seguida, era enviado o ficheiro de procedimentos de circularização de terceiros ao nosso cliente, juntamente com as minutas de solicitação de resposta a enviar aos diferentes tipos de terceiros, dos quais os referentes a esta rubrica, fornecedores, fornecedores de investimento e outros credores (Anexo 3), seguradoras (Anexo 4) e, nos casos em que se verificava, empresas subsidiárias e acionistas (Anexo 5). Neste ficheiro, estavam presentes todas as indicações necessárias para o nosso cliente proceder à circularização de terceiros, nome do processo e terceiro respetivo e uma breve descrição de como deveria ser efetuada a circularização ao terceiro em causa.

⁸ Por saldos anómalos nesta rubrica entendem-se os saldos devedores, saldos estes que eram contabilizados em outros créditos a receber.

Com base neste ficheiro, era elaborado um ficheiro de sistematização de terceiros onde, após obtidas as respostas dos terceiros selecionados, estas eram anexadas no dossier do cliente que estávamos a tratar e indexadas consoante o número de processo e se a circularização do cliente em causa era efetuada através de *ACD* ou não, uma vez que a análise pelo programa deste processo não era possível em todos os clientes.

Nos casos em que a circularização era realizada através do *ACD*, este atribuía números de indexação a cada um dos terceiros de forma automática. Por exemplo, nas respostas de fornecedores, o programa atribuía “P3A.18.1”⁹ para o primeiro fornecedor que constava no *ACD* para circularizar.

Uma vez recebidas as respostas através do nosso *email* específico para as circularizações, era realizada a conferência de cada uma com o presente no programa à data de 31 de dezembro de 2018. No ficheiro eram preenchidos campos com a data de envio do primeiro e segundo pedido de confirmação de saldos ao terceiro (quando não obtínhamos resposta ao primeiro pedido de circularização, era efetuado um segundo na tentativa de ainda obter resposta daquele terceiro), se foi recebida resposta e a data da mesma e o saldo confirmado por este. No caso de a resposta ser concordante, era colocado o *tickmark* respetivo a uma resposta concordante e adicionado um comentário a confirmar o saldo. Se a resposta não fosse concordante com o saldo do nosso cliente, era identificado com o *tickmark* de resposta divergente, um comentário a indicar o montante não conciliado e o saldo indicado pelo terceiro.

De forma a conciliar os saldos divergentes, primeiro consultávamos os últimos movimentos realizados no ano de 2018 por parte do nosso cliente e por parte do fornecedor em causa para verificar se o montante não seria de um pagamento efetuado no final do ano e contabilizado em 2019 pelo fornecedor. Quando não era o caso, era enviado para o nosso cliente informação sobre os saldos em desacordo para o mesmo proceder à sua conciliação através de uma Ficha de conciliação de fornecedores (Anexo 6), onde era justificado as diferenças verificadas de forma ao saldo ficar conciliado. Após obtermos essa ficha, completávamos a informação no *ACD*, ao colocar em “Detalhe Conciliadas” os montantes devidamente justificados, que automaticamente

⁹ “P3A.18.1”: P3A corresponde à sigla utilizada para identificar a rubrica de fornecedores; 18 referente ao ano em análise, 2018; e 1, referente ao número atribuído aleatoriamente a cada fornecedor, neste caso, foi atribuído o número 1 por exemplo.



No caso dos terceiros dos quais não era obtida qualquer resposta após serem feitos vários pedidos, era solicitado ao nosso cliente a listagem dos movimentos dos primeiros meses de 2019 (normalmente até final de fevereiro) de forma a verificar se o saldo apresentado no final de 2018 se encontrava justificado de alguma forma (nomeadamente, poderia estar justificado através de pagamentos entretanto realizados, saldando o montante em dívida).

Em alguns fornecedores não era então possível realizar o processo de circularização através do *ACD*, por isso, este era efetuado através do papel de trabalho em *Excel* (Anexo 7) onde existiam folhas de trabalho distintas para conciliação de respostas de fornecedores gerais e para outros credores. Neste papel de trabalho, constava, tal como no *ACD*, o número do processo e nome do terceiro circularizado seguido do número pela qual a resposta seria anexada no dossier da empresa. A complementar a informação, constava igualmente o saldo contabilístico apresentado pelo nosso cliente, com as colunas seguintes dedicadas à resposta obtida do fornecedor.

36

fornecedor era colocado na coluna de “Montante indicado” na parte de “Saldos em desacordo”. Nestes últimos casos, de seguida, era efetuado o mesmo procedimento descrito acima para as circularizações realizadas através do ACD, em que o nosso cliente conciliava o saldo através da Ficha de conciliação de fornecedores, para em seguida preenchermos o papel de trabalho com a informação fornecida por este para justificar corretamente o saldo, o montante conciliado era colocado em “Conciliação” e o total com o “Montante indicado” era representado na célula “Saldo confirmado após análise”. Por vezes existiam montantes que não conseguiam ser justificados, e conforme a situação, eram representados na célula “Em litígio; em discussão; ou não justificado” em “Saldos em desacordo”.

Em certos casos verificou-se que existiam fornecedores estrangeiros circularizados e que apresentavam a sua resposta em moeda estrangeira, pelo que, ao longo do Estágio, recorreu-se diversas vezes ao conversor de moeda do Banco de Portugal de forma a cruzarmos o saldo confirmado com a conversão para euro (€) em vigor à data do saldo apresentado.

3.1.2 Clientes e outros devedores

Este subcapítulo irá debater-se sobre a análise das contas 21 – Clientes, mais concretamente os movimentos ocorridos nas contas 211 – Clientes conta corrente e 217 – Clientes cobrança duvidosa.

3.1.2.1 Objetivos de auditoria

Ao analisar esta rubrica pretende-se atingir objetivos tais como:

- i. verificar se de facto as políticas e os procedimentos contabilísticos que fazem parte do controlo interno desta rubrica existem e se estão de facto a ser implementados e cumpridos;
- ii. se os descontos, devoluções ou outras deduções efetuadas aos clientes se encontram adequadamente mensurados e classificados;
- iii. se os saldos constantes das contas de clientes e outros devedores são de facto créditos legítimos por parte da empresa sobre estes terceiros e se estão mensurados e devidamente classificados;
- iv. se estão classificados na conta 217 – Clientes de cobrança duvidosa os clientes que efetivamente se encontrem nesta posição, corretamente mensurados.

3.1.2.2 Procedimentos de auditoria

Tal como foi mencionado no ponto 3.1.1, parte dos procedimentos a adotar na rubrica de clientes são muito semelhantes aos efetuados para análise dos fornecedores. Desta forma, o principal procedimento efetuado durante o Estágio foi o da confirmação externa dos saldos constantes das contas de clientes e outros devedores e também a confirmação externa por parte dos advogados da empresa a fim de obter informação acerca dos processos judiciais contra clientes de cobrança duvidosa.

3.1.2.3 Análise à rubrica de Clientes e outros devedores

Aquando da análise a esta rubrica, era iniciado o procedimento de confirmação dos saldos de clientes e outros devedores à data de 31 de dezembro de 2018, através da circularização.

Primeiro, eram solicitados ao nosso cliente os balancetes à data de 31 de dezembro de 2018 de clientes para posterior conferência dos valores constantes dos balancetes de clientes com o balancete geral analítico.

Através do balancete de clientes e outros devedores eram selecionados os terceiros a circularizar. Tal como para os fornecedores, geralmente os que eram selecionados para amostragem consistiam no que apresentavam maiores movimentos no período, maiores saldos, saldos anómalos e saldos em aberto de terceiros estrangeiros, sendo que, nas empresas em que existiam mais empresas do grupo, era solicitado que todas as empresas do grupo confirmassem os saldos, fosse como fornecedor e/ou cliente e, no caso de não existirem movimentos no período mas saldo acumulado de períodos anteriores, as mesmas partes relacionadas tinham de confirmar o saldo apresentado à data de 31 de dezembro de 2018.

Tal como referido para a rubrica de fornecedores, o ficheiro de procedimentos de circularização de terceiros continha igualmente a informação acerca dos clientes a circularizar, assim como a respetiva minuta a enviar (Anexo 8). Neste ficheiro, estavam presentes todas as indicações necessárias para o nosso cliente proceder à circularização de terceiros, nome do processo e terceiro respetivo e uma breve descrição de como deveria ser efetuada a circularização ao terceiro em causa.

Da mesma forma para esta rubrica, a partir deste ficheiro era elaborado um ficheiro de sistematização de terceiros onde, após obtidas as respostas dos terceiros selecionados para amostragem, estas eram anexadas no dossier respeitante ao cliente que estávamos a

tratar e indexadas consoante o número de processo que cada terceiro possuía e se a circularização do cliente em causa era efetuada através de *ACD* ou não, uma vez que a análise pelo programa deste processo não era possível em todos os clientes da SROC.

Nos casos em que a circularização era realizada através do *ACD*, este atribuía números de indexação a cada um dos terceiros de forma automática, por exemplo, nas respostas de fornecedores, o programa atribuía “A2C.18.1” para o primeiro cliente que constava no *ACD* para circularizar. O procedimento de receção de respostas, tratamento das mesmas no programa *ACD* é idêntico ao retratado na rubrica de fornecedores, como presente na Figura 3.2 abaixo. Também o procedimento da conciliação de respostas não concordantes, através da Ficha de conciliação de clientes (Anexo 9) é o mesmo.

The screenshot shows the 'Controlo de circularização de clientes em 31/12/2018' window in the ACD Auditor software. The window has a menu bar at the top with options like 'Arquivo', 'Editar', 'Árvore', 'Fichas', 'Navegador', 'Processos', 'Ver', and 'Janela'. Below the menu bar is a toolbar with various icons. The main area of the window is divided into several sections. On the left, there is a tree view showing the structure of the project, including folders for 'A2C.13 - Controlo de circularização de clientes em 31/12/2018', 'A2CM-1 - Amostragem de Clientes c/c', 'A2CM-6 - Amostragem de Clientes c/c', 'A2G.12 - Controlo de circularização de Outros devedores em 31/12/2018', 'A2LM-01 - Depósitos à ordem', 'P3A.10 - Controlo de circularização de fornecedores a 31/12/2018', 'P3AM-16 - Amostragem de Fornecedores c/c', 'P3AM-3 - Amostragem de Fornecedores c/c', and 'P3AM-8 - Amostragem de Fornecedores c/c'. The main area displays a table with the following columns: 'TM', 'Rec', 'Ref', 'Cta', 'Conta', 'Saldo anterior', 'Saldo S/ contab', 'Saldo confirmado', 'Partidas conciliadas', and 'Val'. The table contains data for several clients, including 'A2C.13.1', 'A2C.13.2', 'A2C.13.3', and 'A2C.13.4'. Below the table, there is a 'Resumo Conciliação' section with the following fields: 'Saldo Anterior' (19.247,460), 'Saldo S/ Inivos' (28.771,850), 'Saldo confirmado' (28.771,850), 'Partidas conciliadas' (0,000), 'Valor Auditoria' (28.771,850), and 'Diferença' (0,000). To the right of the 'Resumo Conciliação' section is a 'TICKMARKS' legend with a table of tickmarks and their descriptions. The legend table has columns 'TM', 'C', and 'Descrição'. The tickmarks are: 'a' (Requer Ajustamento), 'b' (Verificar saldo irregular), 'c' (Conferir resposta obtida), 'd' (Circularizado e conciliado o saldo), 'e' (Inspeção ocular do bem), 'f' (Recomendamos a reclassificação), 'g' (Efetuado de acordo com a nossa recomendação), 'h' (Verificada a guia de imposto e respetivo pagamento), 'i' (Recolhemos cópia do documento), 'j' (Cumprido formalismo documental (suporte, IVA e o.)), 'k' (Conferência documental no cliente), 'l' (Correta contabilização e cálculos), and 'm' (Transferência para outro papel). The window also has a 'TICKMARKS' button and a 'Voltar' button.

Figura 3.2: Controlo de circularização de Clientes no ACD

Fonte: ACD Auditor

Como referido anteriormente, em certos clientes não era então possível realizar o processo de circularização através do *ACD*, por isso, este era efetuado através do papel de trabalho em *Excel* (Anexo 10) onde, em folhas de trabalho distintas, tínhamos a folha “A2C” para conciliação de respostas de clientes gerais e a folha “A2G” para outros devedores. Neste papel de trabalho, constava, tal como no *ACD*, o número do processo e nome do terceiro circularizado seguido do número pela qual a resposta seria anexada no dossier da empresa. A complementar a informação, constava igualmente o saldo contabilístico apresentado pelo nosso cliente, com as colunas seguintes dedicadas à resposta obtida do cliente.

3.1.2.4 *Análise das confirmações externas obtidas de Advogados*

Como referido anteriormente, era solicitado aos nossos clientes que procedessem à circularização dos advogados que se encontravam a representar a empresa em possíveis processos judiciais findos e em curso.

Desta forma, era então efetuado o pedido de solicitação de informações a todos os advogados da empresa, com o envio por parte do nosso cliente da respetiva minuta (Anexo 11). No escritório era elaborado um ficheiro onde se registavam os clientes que se encontravam em imparidade para com a empresa, ou seja, era verificado os processos de clientes de cobrança duvidosa de anos anteriores e que se verificaram ao longo do ano de 2018, assim como os que ficaram resolvidos no mesmo ano. Nestes processos era identificado nomeadamente se estes clientes estavam reconhecidos corretamente na contabilidade e pelo montante respetivo, anotando novos desenvolvimentos que ocorreram ao longo do ano de 2018, de forma a atualizar a situação a cada ano em que esta análise é realizada.

As respostas obtidas dos advogados eram igualmente arquivadas no dossier de circularizações do cliente auditado, assim como no dossier permanente na pasta do cliente no computador, após digitalização da mesma.

3.1.3 Estado e outros entes públicos

A rubrica referente ao Estado e Outros Entes Públicos faz referência às componentes que se incluem na conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente as subcontas 241 – Imposto sobre o rendimento, 242 – Retenção de impostos sobre o rendimento, 243 – IVA e 245 – Contribuições para a Segurança Social.

A análise desta rubrica é de notória importância, tendo sido ao longo do Estágio, a área onde tive oportunidade de realizar mais tarefas.

Uma vez que esta rubrica representa uma área abrangente, irei abordar com maior detalhe cada um dos impostos e entender o que a empresa tem de apresentar mensalmente ou anualmente à Autoridade Tributária (AT) e à Segurança Social (SS).

3.1.3.1 *Objetivos de auditoria*

A análise desta rubrica prende-se essencialmente com o objetivo de verificar e analisar se a entidade a ser auditada se encontra a cumprir em conformidade as suas obrigações contributivas, tributárias e fiscais. O cumprimento destas obrigações passava também

por certificar de que a entidade se encontrava numa situação regularizada, principalmente com a AT e a SS, não possuindo processos de coima ou de execuções fiscais em curso.

3.1.3.2 Procedimentos de auditoria

A confirmação representa um procedimento de auditoria habitual desta tarefa, e por isso eram recolhidos vários elementos ao longo da análise efetuada a esta rubrica, como meio de obtenção de um meio de prova face aos elementos e dados recolhidos, para posterior análise confronto com a entidade, em casos de discordância ou incongruência de informação.

Era igualmente imprescindível, numa primeira fase, preparar o papel de trabalho adequando-o a cada entidade, sendo que cada entidade tem as suas próprias especificidades em função da atividade e área onde atuam no mercado.

De forma a complementar esta análise, era efetuado um relatório onde era especificado cada rubrica e cada conta a que esta pertencia, onde era detalhado desde o saldo da conta, a natureza dos saldos, as divergências encontradas e ainda situações que aparentavam ser anómalas e que careciam de confronto com a entidade para posterior análise conjunta.

3.1.3.3 Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)

- **Pagamentos por Conta (PC)**

Segundo o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC), pela alínea 1 do artigo 104º, estão sujeitas ao pagamento por conta “as entidades que exerçam, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como as não residentes com estabelecimento estável em território português”.

Os contribuintes sujeitos ao pagamento por conta, devem efetuar estes pagamentos ao longo de três prestações ao longo do ano, mais precisamente nos meses de julho, setembro e dezembro ou, caso a entidade em causa possua um período de tributação diferente do ano civil, no 7º, 9º e no dia 15 do 12º mês do respetivo ano de tributação.

Estes pagamentos foram calculados tendo por base o seguinte método de cálculo:

- Caso o volume de negócios da entidade em análise fosse igual ou inferior a 500.000 € então:

Pagamento por Conta = (Coleta de IRC 2017- Retenções na Fonte 2017) × 80%;

- Caso o volume de negócios da entidade em análise fosse superior a 500.000 € então:

Pagamento por Conta = (Coleta de IRC 2017- Retenções na Fonte 2017) × 95%.

Este cálculo foi, sempre, realizado através do simulador disponibilizado da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), uma vez que tinha que ser feito o cruzamento entre o valor calculado e liquidado pelo cliente com o posteriormente calculado por nós.

Este procedimento era verificado e analisado através do papel de trabalho “P3C.3.PC”, onde, após verificação através do acesso à página *web* do portal da AT do cliente, obtínhamos a confirmação acerca do valor do pagamento por conta liquidado por este e no prazo previsto para o mesmo. Podemos analisar de seguida a Figura 3.3 em que se encontra um exemplo de papel de trabalho de PC, referente a uma entidade à qual estava a ser realizada a análise.


 PINTO, BARROS & CARDOSO SROC, LDA.	EMPRESA: <u>ABC, Lda</u> NIF: _____	P3C.3.PC 2018							
	24.1-IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 24111 - Pagamentos por conta								
DOCUMENTO	TIPO	PERÍODO	PAGO	DATA					
35398788930	1º Pagamento por Conta	2018	52 556,00 €	30/07/2018					
35400920780	2º Pagamento por Conta	2018	52 556,00 €	27/09/2018					
35404921412	3º Pagamento por Conta	2018	52 556,00 €	17/12/2018					
PAGAMENTOS									
DATA	GUIA	LOCAL DE PAGAMENTO	VALOR PAGO	ESTADO	24111 (D) - Pag p/ conta contab.	DATA LIMITE PAGAMENTO	Dif. (data pag-data limite)	Dif (contab débito e pago)	Controlo
30/07/2018	35398788930	Entidades bancária	52 556,00 €	Válido	52 556,00 €	31/07/2018	OK	- €	- € 7
27/09/2018	35400920780	Entidades bancária	52 556,00 €	Válido	52 556,00 €	30/09/2018	OK	- €	- € 9
17/12/2018	35404921412	Entidades bancária	52 556,00 €	Válido	- €	15/12/2018	-2	- 52 556,00 €	- € 12
SOMA					105 112,00 €				
Saldo na contabilidade a 31/12/2018					106 414,00 €	Controlo		-1 302,00	
COMENTÁRIOS:									
EXECUTADO POR:	Nelson Gonçalves								
DATA DE EXECUÇÃO:	08/01/2019								
VERIFICADO POR:									

Figura 3.3: Papel de Trabalho de Pagamentos por Conta

Fonte: ACD Auditor

Ao longo do Estágio foram analisados também o imposto sobre o rendimento de sociedades abrangidas no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS)¹⁰, sendo que, cada entidade deve escriturar os pagamentos por conta, pagamento especial por conta, retenções na fonte e a estimativa de imposto corrente na conta 26 – Acionistas, com exceção da entidade escolhida como dominante, que regista estas mesmas situações na conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos.

A opção pelo RETGS permite que, relativamente a cada um dos períodos, o lucro tributável do grupo seja calculado (pela sociedade dominante), através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das sociedades pertencentes ao grupo.

- **Pagamento Especial por Conta (PEC)**

Ficam igualmente sujeitos ao PEC, os contribuintes sujeitos ao PC e respetivamente abrangidos pelo artigo 104º nº1 alínea a) CIRC, como mencionado no artigo 106º CIRC, que diz respeito exclusivamente ao PEC.¹¹

Este pagamento ocorre ao longo do ano através de duas prestações, nos meses de março e outubro do ano a que respeita o período ou, no caso de a entidade adotar um período de tributação diferente do ano civil, no 3º e 10 meses do período de tributação respetivo.

O método de cálculo utilizado para os PEC está presente na alínea 2,3 e 4 do artigo 106º CIRC:

- $PEC = [(1\% \text{ volume negócios período de } 2017^{12} - \text{pagamentos por conta de } 2017) - \text{€ } 100] \times 87,5\%.$

O valor dos PEC verificado no período de tributação pode ainda ser deduzido ao montante da coleta apurado na declaração, ou, se insuficiente, até ao 6º período de tributação seguinte.

¹⁰ Segundo o número 1 do artigo 69º do CIRC, o RETGS é aplicável desde que, existindo um grupo de sociedades, a entidade dita dominante detenha direta ou indiretamente, pelo menos 75% do capital das sociedades ditas dominadas e desde que a tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, sem prejuízo do disposto nos números 2 a 5 do mesmo artigo.

¹¹ Apesar de ainda seguir a legislação anterior, a Lei do Orçamento de Estado para 2019 veio alargar o âmbito das dispensas do PEC já para 2019, em que a prevê a dispensa às empresas que cumpram ou tenham cumprido a obrigação de entrega da Modelo 22 e Informação Empresarial Simplificada (IES) dentro do prazo legal, nos dois períodos de tributação anteriores.

¹² Como indicado na alínea 2 do artigo 106º, 1% do volume de negócios com limite mínimo de 850 € e, se superior, 850 € + 20% do excedente com limite máximo de 70.000 €.

Aquando da análise, era efetuado o devido cálculo se as empresas estariam ou não sujeitas ao mesmo e qual o valor¹³, no papel de trabalho preparado para o efeito, que podemos observar com um exemplo preenchido na Figura 3.4. Era desta forma preenchido com a informação recolhida junto do portal da AT e cruzada com a contabilidade da entidade, o que facilitava a comparação da mesma.


 PINTO, BARROS & CARDOSO SROC, Lda.		EMPRESA: <u>ABC, Lda</u> NIF: <u>502515031</u>	P3C3PEC 2018						
241-IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO									
24112 - Pagamento especial por conta									
DOCUMENTO	TIPO	PERÍODO	PAGO	DATA					
35396419520/3539664	1º Pagamento Especial por Conta	2018	14 174,51 €	28/03/2018					
35402897476	2º Pagamento Especial por Conta	2018	14 174,51 €	30/10/2018					
PAGAMENTOS									
DATA	GUIA	LOCAL DE PAGAMENTO	VALOR PAGO	ESTADO	24112 (D) - Pag especial p/ conta contab	DATA LIMITE PAGAMENTO	Dif (data pag-data limite)	Dif (contab débito e pago)	Controlo
28/03/2018	35396419520	Entidades bancária	14 174,51 €	Válido	14 174,51 €	31/03/2018	OK	- €	- €
30/10/2018	35402897476	Entidades bancária	14 174,51 €	Válido	28 349,05 €	31/10/2018	OK	14 174,54 €	- €
SOMA					42 523,56 €				
COMENTÁRIOS: Os documentos 35396419520/35396640464 são referentes ao mesmo pagamento especial por conta, sendo que foram pagos de forma faseada, o primeiro com o nº 35396419520 no valor de 14128,07 € e o segundo documento nº 35396640464 no valor de 46,44€.									

Figura 3.4. Papel de Trabalho de Pagamento Especial por Conta.

Fonte: ACD Auditor

• Pagamento Adicional por Conta (PAC)

Sujeitos ao PAC ficam as entidades que, para além de obrigadas a efetuar pagamentos por conta e pagamentos especiais por conta, tenham apurado ainda, no período de tributação anterior, um lucro tributável superior a 1.500.000€.

O pagamento é efetuado em três prestações, nos meses de julho, setembro e até dia 15 de dezembro (ou no 7, 9 e até ao dia 15 do 12 mês do período, no caso de entidades co período de tributação diferente do ano civil).¹⁴

O preenchimento do papel de trabalho referente ao PAC é semelhante ao já anteriormente visto do PEC e PC.

¹³ Para o efeito, era utilizado um simulador da OCC, tal como para os PC, disponível no *website* da OCC.

¹⁴ O valor dos montantes a pagar consta no artigo 105º-A, alíneas 2 e 3 do CIRC.

3.1.3.4 Retenções de impostos sobre o rendimento

As análises às retenções de impostos sobre o rendimento eram realizadas fundamentalmente no papel de trabalho “P3C.24” onde, após a recolha no portal da AT da informação acerca da retenção na fonte ocorridas ao longo do ano.

Relativamente às retenções de trabalho dependente, era preenchido um quadro no papel de trabalho no qual constava a informação presente contabilisticamente no ACD, da entidade em análise, cruzada com a informação recolhida no portal da AT relativamente às Declarações de Remuneração Mensal (DMR). Era conferido a data de pagamento, o respetivo montante do valor pago e ainda o número do documento.

O processo para as retenções efetuadas sobre rendimentos empresariais, profissionais, de capitais e prediais era semelhante, uma vez que a análise ocorre no mesmo papel de trabalho, com um quadro de preenchimento diferente e com dados relativamente a estas retenções em questão. Eram obtidos dados sobre as retenções da fonte no portal da AT, onde estavam presentes as retenções efetivamente pagas ao longo do ano de 2018, nos respetivos meses em que eram devidas. Era necessário também verificar se as datas e montantes de pagamento eram respeitados, pois, caso em que não fossem, poderia existir para a entidade alguma coima em curso proveniente desse atraso no pagamento, acompanhado de juros.

3.1.3.5 Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)

Tal como definido no CIVA, encontram-se sujeitos ao IVA as transmissões de bens e prestações de serviços realizadas a título oneroso, assim como as importações de bens e aquisições intracomunitárias de bens e serviços, como refere o n.º 1 do artigo 1.º do CIVA.

Aquando da análise do IVA, em primeiro lugar, era consultado o portal da AT de forma a verificar se a empresa tinha cumprido com as suas obrigações de pagamento, no caso de existir montante de IVA a pagar. Uma vez que cada entidade tem as suas especificidades, há que verificar se a entrega das declarações e o pagamento foram efetuados e em que data, seja mensal (até ao dia 10 do 2.º mês seguinte àquele a que respeitam as operações) ou trimestral (até ao dia 15 do 2.º mês seguinte ao trimestre do

ano civil a que respeitam as operações)¹⁵, como podemos verificar pelo nº 1, alíneas a) e b) do artigo 41º do CIVA, sendo que os papéis de trabalho estavam definidos de forma a corresponder a qualquer um dos cenários, existindo um papel de trabalho semelhante para cada método adotado pela entidade em causa.

Na Figura 3.5 apresenta-se um papel de trabalho devidamente preenchido com as informações de uma entidade relativamente ao período de 2018, onde constam as informações retiradas da contabilidade da entidade através do ACD e das declarações obtidas e da informação do portal.


 PINTO, BARROS & CARDOSO SROC, LDA.		EMPRESA: _____												P3C.5 2018	
		P3C.5 - 24.3													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
NIF: 502515031		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		
Contabilidade	IVA APURAMENTO														
	IVA a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IVA a recuperar	171 106,00	202 720,20	250 894,03	282 258,40	331 947,29	172 612,71	214 629,32	60 713,95	75 968,81	133 464,10	133 464,10	133 464,10	133 464,10	133 464,10
	IVA reembolso pedido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180 000,00	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DRIVAAT	APURAMENTO IVA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DATA DE PAGAMENTO	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	DATA LIMITE PAGAM. E ENVIO	12/03/2018	10/04/2018	10/05/2018	11/06/2018	10/07/2018	10/08/2018	10/09/2018	10/10/2018	12/11/2018	10/12/2018	10/01/2019	11/02/2019	11/02/2019	11/02/2019
	DIF. (DATA PAG - DATA LIMITE)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	APURAMENTO IVA A RECUPERAR	171 106,00	202 720,20	250 894,03	282 258,40	331 947,29	172 612,71	214 629,32	60 713,95	75 968,81	133 464,10				
	APURAMENTO IVA REEMBOLSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180 000,00	0,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PRAZO DA DECLARAÇÃO (DP ou FP)	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP
	DATA ENVIO DA DECLARAÇÃO	09/03/2018	10/04/2018	10/05/2018	11/06/2018	09/07/2018	09/08/2018	30/08/2018	09/10/2018	09/11/2018	07/12/2018	00/01/1900	00/01/1900	00/01/1900	
	DIF. (DATA ENVIO - DATA LIMITE)	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok
	DIFERENÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-133 464,10	-133 464,10	-133 464,10
Comunicação dos elementos das faturas															
Data de comunicação		20/02/2018	20/03/2018	19/04/2018	16/05/2018	20/06/2018	20/07/2018	17/08/2018	19/09/2018	19/10/2018	20/11/2018	20/12/2018			
Data limite de comunicação		20/02/2018	20/03/2018	20/04/2018	21/05/2018	20/06/2018	20/07/2018	20/08/2018	20/09/2018	22/10/2018	20/11/2018	20/12/2018	21/01/2019		
Dif. (Data Comum. e a data limite)		ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok
COMENTÁRIOS:															
EXECUTADO POR: Néelson Gonçalves															
DATA DE EXECUÇÃO: 09/01/2019															
VERIFICADO POR:															

Figura 3.5. Papel de trabalho de análise ao IVA.

Fonte: ACD Auditor

Uma vez cruzados no papel de trabalho os valores presentes na contabilidade e no portal da AT, eram obtidas também no portal as declarações periódicas de IVA, confrontando sempre os valores presentes na mesma com a contabilidade, assim como se o envio da declaração tinha sido no prazo estipulado.

¹⁵ No decorrer de 2019, foi aprovado uma proposta de lei do Governo que decretou o alargamento do prazo de pagamento para 5 dias depois do prazo para entrega das declarações, ficando assim sujeitos a pagamento mensal (até ao dia 15 do 2º mês seguinte àquele a que respeitam as operações) ou trimestral (até ao dia 20 do 2º mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações).

Também era alvo de análise, no papel de trabalho de IVA “P3C.5”, o prazo de comunicação dos elementos das faturas pela entidade à AT, sendo necessário verificar se mensalmente no período de 2018 a entidade tinha procedido à correta comunicação dentro dos prazos estabelecidos.

3.1.3.6 Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

O IMI incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, situados em território português, sendo devido pelo proprietário usufrutuário (a entidade auditada) a 31 de dezembro do ano a que respeita. Este imposto deve ser liquidado em uma prestação em maio (quando superior a 100€), duas prestações em maio e novembro (quando superior a 100€ e até 500€ inclusive) ou três prestações em maio, agosto e novembro (acima de 500€) ao longo do ano.¹⁶

A análise a este imposto era efetuada através da consulta de dados no portal da AT, onde era obtida a informação acerca do pagamento do imposto devido do período de 2017 a liquidar no período de 2018. No papel de trabalho representado na Figura 3.6, é possível perceber como é feita a análise e comparação da informação relativa ao IMI, detetado possíveis divergências entre o contabilizado e calculado pela empresa e o que constava no portal da AT.


	EMPRESA: _____	P3C.6 (IMI)	Indicar aqui a subconta onde é considerado c							
	NIF: _____	2018								
IMI										
SITUAÇÃO GLOBAL										
TIPO	VALOR EMITIDO	VALOR REGULARIZADO	VALOR CANCELADO / ANULADO	SALDO						
Retenções na Fonte	- €	- €	- €	- €						
Pag. Antecipados	- €	- €	- €	- €						
Pag. por Conta IRS	- €	- €	- €	- €						
Notas de Cobrança	4 630,77 €	4 630,77 €	- €	- €						
Reembolsos	- €	- €	- €	- €						
Nulas	- €	- €	- €	- €						
Planos Prestacionais	- €	- €	- €	- €						
Modelo 40	- €	- €	- €	- €						
Autoliquidações sem Pagamento	- €	- €	- €	- €						
DOCUMENTOS DE COBRANÇA										
DATA	PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO	IMPOSTO	TIPO	VALOR	Contabilização	Diferenças	Data limite de pagamento	Data do pagamento	Diferença data limite-pagamento	
20/03/2018	2017-01-01 a 2017-12-31	IMI	Nota de Cobrança	1 543,60 €	1 543,60 €	- €	30/04/2018	27/04/2018	ok	4 Pagamento da totalidade do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), refere
19/06/2018	2017-01-01 a 2017-12-31	IMI	Nota de Cobrança	1 543,60 €	1 543,60 €	- €	31/07/2018	30/07/2018	ok	7 Pagamento da 2.ª prestação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), re
18/10/2018	2017-01-01 a 2017-12-31	IMI	Nota de Cobrança	1 543,57 €	1 543,57 €	- €	30/11/2018	29/11/2018	ok	11 Pagamento da 2.ª prestação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), re

Figura 3.6. Papel de trabalho de análise ao IMI.

Fonte: ACD Auditor

¹⁶ Era também, da mesma forma e no mesmo papel de trabalho, analisada a informação relativa ao Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI), nos casos aplicáveis. Este imposto é também devido pelos sujeitos passivos singulares ou coletivos que detenham prédios sítos em território português, sem prejuízo do disposto no artigo 135º do CIMI.

3.1.3.7 Contribuições para a Segurança Social

Relativamente à parte que à Segurança Social da entidade dizia respeito, era numa primeira fase, consultado o portal da SS a fim de obter principalmente dados referentes ao cumprimento dos pagamentos e do prazo para o efeito por parte da entidade. Era obtida assim a posição atual da entidade para com a SS, verificando a existência de possíveis contribuições em atraso por pagar assim como as contribuições correntes a liquidar, tendo sempre em conta que as existências de contribuições em atraso poderiam acrescer juros ou coimas para a entidade.

Através do portal eram recolhidas as declarações do período de cada mês e solicitados à entidade os comprovativos de pagamento mensal. Posteriormente o papel de trabalho era preenchido com os montantes da declaração e o que foi efetivamente liquidado, para posteriormente analisar a concordância dos valores obtidos.

Eram também verificados os prazos de entrega das declarações de remunerações assim como os prazos de pagamento¹⁷, como podemos observar na Figura 3.7, onde o papel de trabalho relativo à SS se encontra preenchido com os dados obtidos e analisados de uma entidade auditada.

PINTO, BARROS & CARDOSO

SROC, LDA

EMPRESA: ABC, Lda

P3C.7

2018

P3C.7 - 24.5-CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

NIF: 500	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
TOTAL LIQUIDADO	100 851,21	96 935,83	94 428,07	92 068,42	96 743,86	112 570,88	153 473,90	89 875,50	97 158,30	89 421,42	91 391,52	176 358,10
DECLARAÇÃO DE REMU	100 851,21	96 935,84	94 428,08	92 068,42	96 743,87	112 570,89	153 473,90	89 875,50	97 158,30	89 421,42	91 391,52	176 358,10
TOTAL DE PAGAMENTO	100 851,21	96 935,84	94 428,08	92 068,42	96 743,87	112 570,89	153 473,90	89 875,50	97 158,30	89 421,42	91 391,52	176 358,10
Data limite de pagamento	20/02/2018	20/03/2018	20/04/2018	21/05/2018	20/06/2018	20/07/2018	20/08/2018	20/09/2018	22/10/2018	20/11/2018	20/12/2018	21/01/2019
Data limite de envio	12/02/2018	12/03/2018	10/04/2018	10/05/2018	11/06/2018	10/07/2018	10/08/2018	10/09/2018	10/10/2018	12/11/2018	10/12/2018	10/01/2019
Data de envio do Ficheiro	12/02/2018	09/03/2018	10/04/2018	08/05/2018	08/06/2018	09/07/2018	03/08/2018	10/09/2018	10/10/2018	09/11/2018	10/12/2018	10/01/2019
Data do Pagamento	20/02/2018	20/03/2018	20/04/2018	21/05/2018	20/06/2018	20/07/2018	20/08/2018	20/09/2018	22/10/2018	20/11/2018	20/12/2018	21/01/2019
Dif. (data envio-data limite)	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok
Dif. (data pag.-data limite)	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok	ok
DIF.º PAGO/LIQ.º	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIF.º PAGO/DECL. REM.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIF.º DECL. REM./LIQ.º	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comentários:												
OUTRAS SITUAÇÕES/CONCLUSÕES												
EXECUTADO POR:	Nelson Gonçalves											
DATA DE EXECUÇÃO:	07/02/2019											
VERIFICADO POR:												

Figura 3.7 Papel de trabalho de análise às contribuições para a Segurança Social

Fonte: ACD Auditor

¹⁷ Segundo o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, pelo artigo 40º está presente que as declarações devem ser entregues até ao dia 10 do mês àquele a que dizem respeito. Já pelo artigo 155º do mesmo Código refere que o prazo de pagamento deve ser efetuado entre o dia 10 e 20 do mês seguinte àquele a que é devido.

3.1.3.8 Obrigações declarativas, certidões para fiscais e cadastro da entidade

Na análise a esta rubrica a SROC tem como procedimento verificar se a entidade auditada cumpria com as suas obrigações declarativas assim como a obtenção das certidões no portal da AT e da SS.

Tanto no portal da AT como no da SS, era então recolhida, respetivamente, a certidão da situação tributária regularizada (AT), a qual possui uma validade de 3 meses a partir do momento da emissão, e a certidão da situação contributiva regularizada (SS), que por sua vez possui uma validade de 4 meses a partir do momento da emissão (Anexo 12).

Em seguida, era verificada a informação que diz respeito a infrações fiscais no portal da AT e verificar se a entidade não se encontrava com processos relativos a coimas em execução e por liquidar. Aliada a esta verificação, era cruzada a informação acerca da informação cadastral no portal da AT da entidade com o a informação presente na sua certidão permanente, sendo imprescindível que a informação estivesse na maior consonância, congruente e atualizada para com a situação atual da entidade.

Relativamente às obrigações declarativas, era a Modelo 22, a Modelo 10 e a Informação Empresarial Simplificada (IES). Com a Modelo 22 era analisado o IRC apurado no último exercício, verificando se o mesmo se encontrava devidamente apurado na contabilidade da empresa, assim como se as informações relativas à entidade se encontravam corretas e se a mesma tinha sido entregue no prazo estipulado ou se existia declaração de substituição.

3.1.3.9 Prejuízos fiscais reportáveis

O controlo e registo dos prejuízos fiscais que são objeto do resultado da atividade do exercício da entidade em análise, era efetuada no seguinte mapa, que podemos observar na Figura 3.8 a seguir. Neste mapa encontra-se discriminado os montantes dos prejuízos registados desde 2013, uma vez que é o último ano até onde os prejuízos são reportáveis, no período de 2018¹⁸.

O limite a ser deduzido ao lucro tributável do período é ainda de 70%, desde 1 de janeiro de 2014. Pela figura, conseguimos ainda apurar todos os prejuízos apurados nos

¹⁸ Até 3 de dezembro de 2009, os prejuízos fiscais podiam ser deduzidos ao lucro tributável nos cinco períodos de tributação posteriores; até 31 de dezembro de 2011 podiam ser até quatro períodos de tributação; até 31 de dezembro de 2013, podiam ser deduzidos em cinco períodos de tributação; e até 31 de dezembro de 2016, nos doze períodos de tributação seguintes.

últimos períodos, até quando são reportáveis, o total a reportar e ainda a discriminação entre Pequenas e Médias Empresas (PME) e não PME, uma vez que os prejuízos gerados a partir de 1 de janeiro de 2017 são reportáveis por um período de cinco anos para as não PME, o que não acontece com as entidades que possuem o estatuto de PME pelo Decreto-Lei 372/2007, que têm até doze períodos para reportar os mesmos.

EMPRESA:																					
Exercício:		2018																			
NIF:																					
- CONTROLO DOS PREJUÍZOS FISCAIS																					
ANOS		Valor do PF	PERÍODOS DE REPORTE																	Perdidos	TOTAL AINDA A REPORTAR
			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
Anos em que foram gerados os PF	2013	197 704,84	-6 609,32		-49 964,48	-39 242,69															101 888,35
	2014																				0,00
	2015	60 726,12																			60 726,12
	2016																				0,00
	2017 (Não PME)																				0,00
	2017 (PME)																				0,00
	2018 (Não PME)																				0,00
	2018 (PME)																				0,00
																					0,00
TOTAL A REPORTAR																				162 614,47	
Nota: A partir do ano 2014 a dedução dos prejuízos fiscais está limitada a 70% do lucro tributável. A dedução deixou de ser feita em "FIFO", pois o n.º 15 do artigo 52.º do CIRF foi revogado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pois se assim não fosse deviam ser deduzidos em primeiro lugar os prejuízos fiscais apurados há mais tempo (podias prejudicar as não PME: Prejuízo fiscal de 2017 perdia-se antes de Prejuízo fiscal de 2014).																					

Figura 3.8 Papel de trabalho de análise aos Prejuízos Fiscais reportáveis até 2018.

Fonte: ACD Auditor

3.1.3.10 Tributações autónomas

Foi com o Decreto-lei nº 192/90 de 9 de junho que surgiram as tributações autónomas, que, numa primeira fase, pretendia dar resposta as “despesas confidenciais ou não documentadas”, tributando estas de forma autónoma e não as considerando dedutíveis para efeitos fiscais.

A análise das tributações autónomas de cada empresa ao longo do Estágio partia da recolha dos lançamentos assim como dos documentos de suporte ao cálculo destas por parte da empresa, para em seguida realizarmos o nosso cálculo e verificar se estava então em conformidade com o calculado pela empresa.

Existem vários tipos de situações que dão origem a tributações autónomas, sendo que as mais comuns ao longo do Estágio, foram as despesas não documentadas e encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros e viaturas ligeiras de mercadorias.

As despesas não documentadas encontram-se fortemente tributadas, a uma taxa de 50%, por representarem referenciadas como potenciais pagamentos não declarados pelo respetivo beneficiário e associado muitas vezes a atos ilegais como é exemplo a

corrupção. Como procedimento de verificação e recálculo, eram verificadas quais as despesas ocorridas ao longo do período em que a empresa não possuísse a documentação de suporte, assim como verificado se o lançamento contabilístico da mesma despesa era efetuado em consonância com o que representava, na conta 68882 – Despesas não documentadas.

Já as tributações sobre os encargos de viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias era efetuada de acordo com o estipulado no artigo 88º n.º3, 4 e 5 do CIRC.¹⁹ Os aspetos a ter em conta aquando desta análise são nomeadamente as taxas de depreciação utilizadas e respetivos montantes de depreciação que são aceites fiscalmente e não²⁰, assim como calcular os encargos que ocorreram no período tendo sempre em conta as taxas para os diferentes tipos de veículos e anos de aquisição.

De salientar ainda que, no caso de a empresa apresentar um resultado líquido do período negativo, as taxas de tributação autónoma previstas são elevadas em 10 pontos percentuais, conforme artigo 88º n.º14 do CIRC.

3.1.4 Acréscimos

Ao longo do Estágio foi também dedicado algum tempo a esta rubrica, a qual representou uma constante nas tarefas de análise das diversas empresas auditadas. A esta rubrica está assim associada a subconta 272 – Devedores e Credores por acréscimos.

3.1.4.1 Objetivos de auditoria

Os objetivos da análise a esta rubrica passam por saber identificar corretamente, e de forma devidamente mensurada se as adições efetuadas durante o período em análise dizem respeito a créditos ou débitos das devidas contas; e ainda se, as transferências realizadas para gastos ou rendimentos foi realizada tendo em conta o pressuposto do acréscimo.

¹⁹ A Lei n.º 82C/2014, de 31 de dezembro, veio alterar as regras de tributação autónoma dos encargos suportados com os veículos ligeiros de mercadorias. Estas modificações são aplicáveis aos períodos de tributação que se iniciaram após 1 de janeiro de 2015.

²⁰ Pelo artigo 88º CIRC verificamos que apenas são aceites fiscalmente depreciações até ao custo de aquisição de 25.000€, sendo o remanescente acrescido no Quadro 07 da Modelo 22 aquando do cálculo do lucro tributável.

3.1.4.2 Procedimentos de auditoria

Relativamente aos procedimentos de auditoria adotados ao longo do Estágio no que a análise desta rubrica diz respeito, numa primeira fase, verificar os movimentos ocorridos nestas contas no presente ano através de procedimentos substantivos de verificação de documentos comprovativos das operações diversas do período em análise.

Um outro procedimento importante consista no cálculo aritmético de forma a garantir que os acréscimos verificados no período em análise de forma a atender à asserção do corte, no que diz respeito ao registo correto das operações no período ao qual fazem referência.

3.1.4.3 Análise aos movimentos de Acréscimos

Relativamente a esta rubrica, é importante perceber a definição e enquadramento da mesma na contabilidade da empresa, para que as operações consideradas como um gasto ou rendimento de determinado período possam efetivamente ser acrescidas ao período a que respeitam.

Assim, numa primeira fase, eram recolhidos junto do cliente os documentos das operações do ano relativamente a acréscimos efetuados no período em análise para que, em seguida, fosse possível analisar com os movimentos presentes nas respetivas contas do *ACD* assim como os saldos finais do balancete analítico.

Geralmente, quando estamos a falar de um acréscimo, ainda não existe o documento contabilístico que serve de suporte ao registo da operação, pelo que desta forma, ao longo do Estágio, aquando da análise desta rubrica foram vários os procedimentos adotados de forma a verificar a razoabilidade das operações registadas.

A análise mais frequente prendeu-se com operações de faturas de água, eletricidade e telecomunicações, em que as faturas relativas à prestação de serviço do mês de dezembro apenas são recebidas em janeiro, o que invoca a necessidade de registar um acréscimo de gasto face à despesa desse mês, mas que irá receber apenas em janeiro, mês em que irá ocorrer o pagamento da mesma. Uma vez que ainda não existe em dezembro o documento de suporte da operação, um dos procedimentos adotados para o registo do acréscimo era estimar o valor através da análise substantiva das faturas ao longo do ano e verificar a consistência dos valores. No entanto, normalmente, as empresas no início de janeiro ainda se encontram a encerrar as suas contas, acontecia

que a fatura era, rececionada, o que permitia o registo do valor correto do acréscimo, sem haver necessidade de qualquer estimativa, sendo assim outro procedimento de contabilização do mesmo.

3.1.5 Diferimentos

Esta rubrica representou também, ao longo de todo o Estágio, uma tarefa efetuada com regularidade, uma vez que se trata de uma conta utilizada com regularidade pela maioria das empresas. A esta rubrica encontra-se associada a conta 28 – Diferimentos.

3.1.5.1 Objetivo de auditoria

As demonstrações financeiras devem ser preparadas de forma a refletir as diversas não só as transações nos períodos a que se referem (independentemente de ter ocorrido o seu recebimento ou pagamento), mas também as obrigações de futuros pagamentos e o direito a futuros recebimentos. Desta forma, o objetivo a ter em conta é verificar se os saldos constantes desta conta representam ativos ou passivos relativamente a operações futuras, esperando-se que sejam absorvidos através dessas operações.

3.1.5.2 Procedimentos de auditoria

Um dos procedimentos a adotar é o da confirmação através de faturas de terceiros, guias de pagamento ou contratos existentes, principalmente no caso de análise de seguros (verificação mais comum ao longo do Estágio) em que, para além deste procedimento, era sempre solicitado à empresa que nos fornecesse um mapa de trabalho com todas as apólices em vigor. Isto aliado ao procedimento da nossa equipa de auditoria efetuar os cálculos aritméticos paralelamente, e confirmar desta forma a precisão dos cálculos e registo contabilístico dos valores presentes nas contas, permitia que esta rubrica fosse analisada com a maior razoabilidade possível.

3.1.6 Análise aos movimentos de Diferimentos

Como referido anteriormente para os acréscimos, é igualmente importante perceber que existem também situações inversas, em que relativamente a um determinado gasto ou rendimento, a empresa possui o documento de suporte, mas a operação em causa diz respeito ao período seguinte em parte ou no seu todo.

Ao longo do Estágio, a análise desta rubrica era sinónimo de análise de seguros obtidos pelas empresas, visto que é o exemplo mais comum deste tipo de operações. O gasto

ocorre no momento da aquisição do seguro (ano N) em causa e a sua duração pode ir até um ano (N+1), ou seja, isto implica que irá em parte abranger o período seguinte, ou seja, essa parte do gasto tem de ser diferida para o exercício seguinte uma vez que não pertence ao ano em análise. Este procedimento permite que seja corretamente contabilizado o gasto de cada um dos períodos nas demonstrações financeiras.

Como era procedimento nos acréscimos, a análise substantiva era ainda importante nos diferimentos uma vez que a empresa já obtinha os documentos dos gastos que diziam respeito ao período em análise e subsequente, daí ser fundamental verificar os cálculos aritméticos do gasto diferido pela empresa e comparar com o nosso cálculo, tarefa esta representada na Figura 3.9. A comparação entre os cálculos era efetuada através de um ficheiro em *Excel* onde eram registadas todas as apólices em vigor do ano em análise, era feita a comparação do cálculo efetuado pelo cliente e o da SROC, aferindo desta forma a razoabilidade dos montantes diferidos.

Empresa ABC - 2018												
Seguros - Gastos a reconhecer para 2018												
Data final período: 31/12/2018												
Seguradora	Ramo	Outras informações	Valor total do prémio	Período do seguro		Total dias	Dias de 2018	Dias de 2019	Gasto de 2018	Gasto de 2019 (A diferir)	Valor diferido pela empresa	Diferença (positiva - a mais, negativa - a menos)
				Início	Fim							
WWW	Multirisco	CPM 18060007	16 342,79	11/07/2018	10/01/2019	184	174	10	15 454,59	888,20	888,20	0,00
WWW	Automóvel	CPM 18060069	584,06	16/07/2018	15/07/2019	365	169	196	270,43	313,63	266,02	-47,61
WWW	RC	CPM 18070155	1 004,74	21/08/2018	21/08/2019	366	133	233	365,11	639,63	638,63	-1,00
WWW	RC	CPM 18070211	1 798,44	13/07/2018	12/07/2019	365	172	193	847,48	950,96	955,88	4,92
WWW	Avaria	CPM 18090039	423,53	01/09/2018	31/08/2019	365	122	243	141,56	281,97	282,35	0,38
WWW	Acidentes	CPM 18110142	2 313,60	20/11/2018	20/11/2019	366	42	324	265,50	2 048,10	2 053,72	5,62
WWW	GE INDIV.	CPM 18110173	301,46	15/11/2018	15/11/2019	366	47	319	38,71	262,75	263,47	0,72
WWW	Automóvel	CPM 18120341	2 708,13	31/12/2018	30/03/2019	90	1	89	30,09	2 678,04	2 708,13	30,09
WWW	Transportes	CPM 18120484	567,00	01/01/2019	01/01/2020	366	0	366	0,00	567,00	567,00	0,00
WWW	Saúde	CPM 18120345	1 515,45	12/11/2018	11/05/2019	181	50	131	418,63	1 096,82	1 102,91	6,09
			27 559,20						17 832,11	9 727,09	9 726,31	-0,78

Nelson Gonçalves: No final, quando somado os diferimentos do período e cruzados com os calculados por nós, verifica-se que a diferença não é relevante (-0,78€).

Figura 3.9: Papel de trabalho de análise de Diferimentos de um cliente (relativo a operações de seguros)

Fonte: ACD Auditor

3.2 Análise das rubricas de Investimentos não financeiros

Esta área da auditoria faz referência, na sua grande parte, à análise das rubricas de 43 – Ativos Fixos Tangíveis, 44 – Ativos Fixos Intangíveis e 45 – Investimentos em curso. Esta análise não faria sentido sem que fossem também analisadas em contrapartida as contas subjacentes a estas, como a 271 – Fornecedores de investimentos e 64 – Depreciações e Amortizações acumuladas (Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis).

Segundo o parágrafo 6 na Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Ativos Tangíveis (NCRF 7), consideram-se ativos fixos tangíveis “*itens que sejam detidos para*

uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos e se espera que sejam usados durante mais do que um período”. Já o parágrafo 8 da NCRF 6 – Ativos Intangíveis diz-nos que um ativo intangível é “*um ativo não monetário identificável sem substância física*”.

3.2.1 Objetivos de auditoria

São objetivos da análise desta rubrica:

- i. verificar se os saldos das contas de ativos fixos tangíveis, assim como de ativos intangíveis, estão representados por todos os bens considerados como tal, que contribuam para a obtenção de rendimentos e estejam relacionados com a atividade da empresa;
- ii. os montantes registados a débito em ativos fixos tangíveis e intangíveis correspondem a aquisição de bens, e os montantes a crédito correspondem ao registo de depreciações dos bens, alienações ou abatidos;
- iii. se existem movimentos contabilizados em rubricas que não as mencionadas e que deveriam ser assim contabilizadas;
- iv. as depreciações e amortizações foram corretamente contabilizadas, calculadas segundo o normativo contabilístico aplicável e em consonância com as taxas e vida útil constantes do Decreto Regulamentar nº25/2009;
- v. e ainda que o saldo dos investimentos em curso diz respeito a ativos fixos tangíveis e intangíveis que ainda não se encontram em condições de uso e que não estão concluídos, assim como se os que foram transferidos para ativos fixos tangíveis e intangíveis já se encontravam à data em pleno uso das suas funções e o seu movimento contabilístico foi corretamente registado.

3.2.2 Procedimento de auditoria

Em relação à análise desta rubrica, os principais procedimentos focaram-se em analisar os movimentos ocorridos ao longo do ano nestas contas, nomeadamente através da verificação das aquisições ou alienações efetuadas (quando aplicável), e na verificação da adequação das taxas de depreciação utilizadas e respetivas depreciações praticadas e contabilização das mesmas.

Para estes procedimentos foram recolhidos junto do cliente os documentos de suporte às operações de aquisição (faturas e fornecedores e/ou guias de entrada em armazém), os mapas de depreciação e amortização da empresa geralmente em *Excel* assim como mapa

Modelo 32 entregue pela entidade à AT e o mapa Modelo 31 das mais e menos valias do período, em caso de alienações ocorridas.

3.2.3 Análise de movimentos ocorridos no período

Em primeiro lugar, eram identificados os movimentos a analisar através de uma seleção de movimentos no ACD, onde, como podemos ver na figura abaixo, era verificado a congruência dos lançamentos contabilísticos e, em seguida, era certificado que a data do documento estava em concordância com a contabilidade, assim como os dados do fornecedor, dados do cliente e descrição dos produtos adquiridos.

De forma a completar esta análise, eram também verificadas um conjunto de asserções, nomeadamente a integralidade, a exatidão, o corte, a ocorrência, a existência e a classificação, validando se a operação se encontrava efetivamente em conformidade com o exigido pelo normativo aplicável.

Como é visível pela Figura 3.10, ainda no ACD, eram deixadas as observações quando analisado cada movimento, algo identificável através de um *tickmark*, um símbolo representativo do que tinha sido concluído daquele movimento, sendo que existem vários símbolos para diferentes tipos de conclusões de análise.

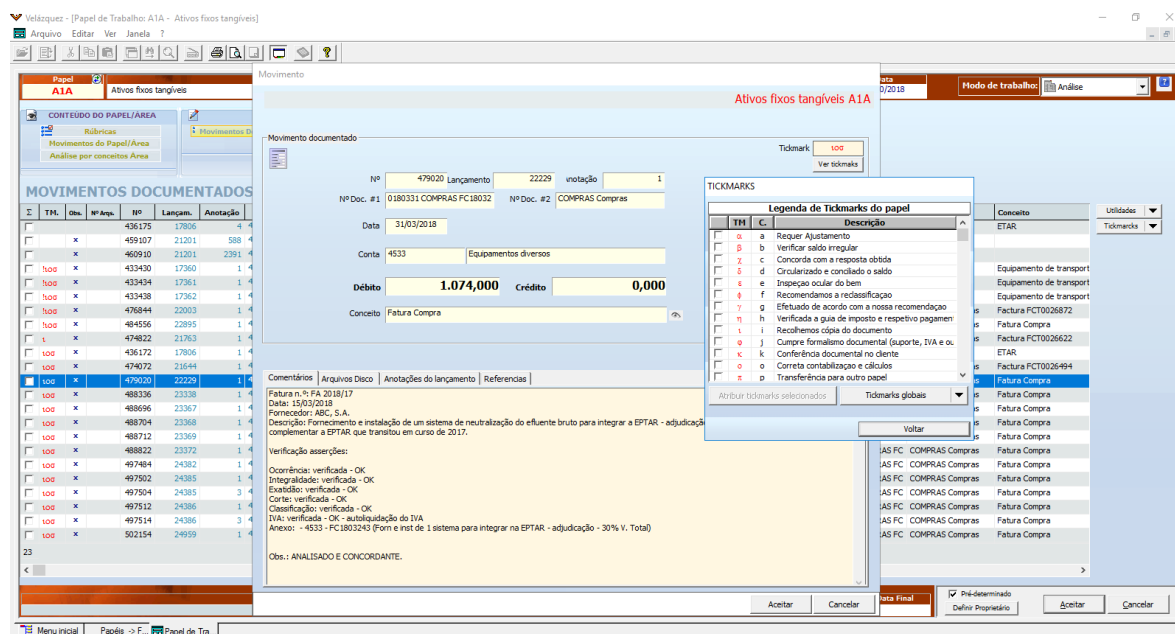


Figura 3.10: Análise no ACD de movimentos ocorridos com aquisições de ativos fixos tangíveis

Fonte: ACD Auditor

As situações que mais ocorreram ao longo do Estágio, nesta análise, diziam respeito a divergência de datas entre a contabilidade e as faturas. Como não eram congruentes e

por isso falhavam na asserção do corte, a situação era reportada junto do cliente com respetiva sugestão de correção do lançamento contabilístico.

Era também verificada a incorreta contabilização de aquisições de Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis por contrapartida de 22 – Fornecedores c/c: Dado que este passivo devia ser registado na conta 271 – Fornecedores de investimento, falhava a asserção da classificação, sendo que era também sugerido à entidade a reclassificação do lançamento.

3.2.4 Análise às depreciações e amortizações ocorridas no período

destapara efetuar esta verificação, em primeiro lugar eram obtidos junto da empresa os mapas de depreciação e amortizações do período de 2018 dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis, respetivamente, e em alguns casos também de Ativos Biológicos, normalmente em formato *Excel*, juntamente com o Mapa Fiscal de depreciações e amortizações do exercício – Modelo 32.

Iniciava-se então, no papel de trabalho “*A.1.A.6 – Análise das depreciações de Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis*” (Anexo 13), o cruzamento de valores onde eram conferidos os totais dos mapas com as subcontas subconta 438\448 – Depreciações acumuladas de ativos fixos tangíveis\intangíveis e a subconta 64 – Gastos com depreciações\amortizações do balancete geral analítico a 31 de dezembro de 2018, a, de forma a verificar se o total do período coincidia com o contabilizado pela empresa.

Ainda no mesmo papel de trabalho, era feita uma comparação e análise à consistência das taxas de depreciação praticadas pela empresa no período anterior (neste caso, 2017), e o período atual em análise. Em todas as empresas onde foi efetuada esta tarefa, verificou-se que o método de depreciação praticado pelas empresas era o método das quotas constantes²¹. Eram igualmente verificados os montantes depreciados em ambos os anos dos ativos depreciados em ambos os anos e que não se encontravam totalmente depreciados.

Após esta verificação, e desta vez com a Modelo 32, era selecionada uma amostra de ativos fixos tangíveis para, em seguida: analisar se as taxas aplicadas estavam de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro; verificar o método de depreciação aplicado; verificar se o cálculo das depreciações do período e acumuladas

²¹ Detalhado no artigo 5º do Decreto Regulamentar nº25/2009, de 14 de setembro.

estavam em conformidade; e ainda a consistência com os mapas elaborados pela empresa.

Ao longo da realização destas tarefas, eram verificadas várias situações que eram redigidas num relatório efetuado em simultâneo, para, no final, reunir essas situações com a empresa e recomendar as correções sugeridas. Estas situações prendiam-se, geralmente, com inconsistência das taxas presentes nos mapas da empresa e na Modelo 32, a utilização de taxas mínimas²², e taxas máximas nos mapas da empresa e vice-versa, para o mesmo ativo, e ainda, por vezes, a omissão de alguns ativos nos mapas.

3.3 Análise dos documentos de prestação de contas

Após dar por terminado o trabalho intercalar de auditoria, a conclusão do trabalho de análise das contas de uma empresa dá-se com a verificação, pela equipa de auditores, do processo de prestação de contas do ano em análise (elaboração que cabe aos órgãos de gestão) e a consequente emissão da opinião\parecer do revisor através da elaboração da CLC (Certificação Legal das Contas).

É fundamental para as empresas que a opinião do revisor seja a de que as suas demonstrações financeiras apresentam de facto uma imagem apropriada e verdadeira acerca da posição financeira da empresa e do desempenho, para que os seus principais *stakeholders* possam aferir a situação financeira em que a empresa se encontra.

3.3.1 Relatório de Gestão

A elaboração do relatório de gestão compete aos órgãos de gestão da empresa, sendo que é obrigação do ROC verificar a conformidade da informação financeira aí presente com os dados financeiros auditados.

Esta análise era efetuada com o auxílio de um papel de trabalho pré-definido para este tipo de tarefa, “II 12 – Auditoria ao Relatório de Gestão” presente no Anexo 14, onde o

²² A utilização das taxas mínimas encontra-se presente no artigo 18º do Decreto Regulamentar nº25/2009, de 14 de setembro.

mesmo era verificado seguindo o estabelecido nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais²³ (CSC).

Após receção na SROC do relatório de gestão, procedíamos à verificação dos comparativos do ano de 2017, em relação ao relatório de gestão aprovado e assinado desse mesmo ano, conferindo se os valores se encontravam conforme. Era igualmente conferida a informação relativa aos dados da empresa e o contexto macroeconómico em que se encontra enquadrada.

Quanto aos valores relativos ao ano de 2018, era efetuada a confirmação aritmética dos indicadores financeiros da empresa apresentados no relatório, assim como se algum se encontrava em falta. O relatório de gestão deve apresentar informação acerca dos resultados líquidos do período e propor a aplicação dos mesmos. Se os mesmos fossem positivos, tínhamos de verificar se cumpria o requisito legal presente no artigo 295º do CSC, ou seja, transferência de 5% dos resultados para a constituição de reservas legais até que estas constituíssem pelo menos 20% do capital social. Em caso de resultados negativos, era verificado se os mesmos eram aplicados em resultados transitados.

Toda esta análise era efetuada com recurso a uma simbologia específica, presente no Anexo 15, de forma a associar cada símbolo a um determinado erro ou correção.

3.3.2 Demonstrações Financeiras

NA verificação das demonstrações financeiras da empresa (Balanço, Demonstração dos Resultados, Demonstração de Alterações no Capital Próprio e Demonstração de Fluxos de Caixa), era efetuada a igualdade dos comparativos dos valores relativos a 2017 com auxílio das demonstrações assinadas do ano anterior, assim como a verificação da estrutura das demonstrações financeiras em conformidade com o disposto na Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

O Anexo contém informação sobre as rubricas das demonstrações financeiras. Segundo o Anexo 6 da Portaria acima identificada, *“Cada entidade deve criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deva efetuar,*

²³ Segundo o art. 65º do CSC, “os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão relativos a cada ano civil”.
O artigo 66º do CSC por sua vez, define que “o relatório de gestão deve conter, pelo menos, uma exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade”.

sendo que as notas de 1 a 4 serão sempre explicitadas e ficam reservadas para os assuntos identificados no presente documento”.

A análise do Anexo era assim muito semelhante à realizada ao relatório de gestão, uma vez que a seguir aos comparativos, era efetuada a confirmação aritmética dos valores apresentados pela empresa, sempre verificando se os totais de cada rubrica se encontravam em consonância com o presente nas demonstrações financeiras respetivas. Era também dada especial atenção à descrição de cada rubrica do Anexo, ou seja, se a empresa explicitava o conteúdo de cada uma das contas da rubrica para que fosse perceptível pelos destinatários da informação.

Tal como descrito para a análise ao relatório de gestão, a verificação ao Anexo era efetuada seguindo a mesma simbologia para que, após a minha análise, fossem rapidamente detetável as correções e/ou erros a reportar ao cliente pelo auditor sénior que verificava o meu trabalho, e também para que ficasse em evidência o trabalho de análise efetuado.

3.3.3 Certificação Legal das Contas

O culminar do trabalho de auditoria dá-se com a elaboração e emissão da CLC tendo em conta, nomeadamente, as tarefas e aspetos anteriormente descritos, salientando que o trabalho do auditor se baseia em amostras, uma vez que seria impraticável para a equipa de auditoria ver todas todos os movimentos e documentos de todas as rubricas das demonstrações financeiras. Desta forma, as amostras selecionadas para cada rubrica oferecem uma segurança razoável de que as demonstrações apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da empresa.

Assim, a CLC pode seguir vários modelos dependendo da opinião do revisor após terminado o trabalho de análise das contas da empresa:

- i. CLC com opinião sem reservas e sem ênfases;
- ii. CLC com opinião sem reservas, mas com ênfases;
- iii. CLC com opinião com reservas por limitação de âmbito ou desacordo;
- iv. CLC com opinião adversa;
- v. CLC com escusa de opinião.

A CLC segue um modelo geral o qual se encontra disponível em diferentes GAT emitidas pela OROC. Os Anexos 16 e 17 são apresentam, respetivamente, as minutas de uma CLC sem servas nem ênfases e de uma CLC com reservas por desacordo.

Durante o Estágio, tive oportunidade de exercer tarefas de auditoria em empresas às quais foi emitida CLC com reservas por desacordo, sendo uma tarefa que cabe ao ROC, pude perceber quais os aspetos analisados nas demonstrações financeiras que levaram a optar pela opinião por desacordo, por exemplo, quando a empresa não contabilizava determinados montantes na rubrica de imparidade de clientes quando o risco de incobrabilidade era grande e vinha de há alguns anos.

CONCLUSÃO

Ao longo dos anos, temos assistido a um crescente nível de exigência por parte dos *stakeholders* no que ao trabalho do auditor diz respeito, o que implica que sejam adotadas práticas cada vez mais exigentes na recolha de prova de auditoria.

Desta forma, cabe ao auditor preparar e adequar da melhor maneira os papéis de trabalho para que possa formar uma opinião que transmita um grau de confiança razoável sobre se as demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa da empresa. Para o auxiliar nessa tarefa, o auditor tem atualmente diversas opções ao nível *software* informático que permite tratar os papéis de trabalho com maior eficiência e fiabilidade quando comparado com que sucedia no passado.

A realização deste Estágio na Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda. permitiu-me assim tomar contacto com a realidade da utilização dessas ferramentas, nomeadamente ao nível do ACD Auditor, bem como a possibilidade de desenvolver *hard-skills* fundamentais para o meu percurso presente e futuro como profissional na área de auditoria, com particular destaque para a auditoria financeira, ao estar em contacto com as mais diversas áreas de negócio e o contacto direto com os clientes. Permitiu igualmente adquirir e melhorar diversas *soft skills*, nomeadamente, competências pessoais imprescindíveis como o espírito de equipa e a gestão de tempo, principalmente nos meses de maior intensidade de trabalho, em particular nos que precedem a elaboração da CLC, que coincidiu com o período em que decorreu o Estágio.

Este estágio permitiu, também, perceber a necessidade, de aprendizagem ao longo da vida na área de auditoria financeira: verifiquei que os clientes colocam questões principalmente relativamente a questões de carácter fiscal e contabilístico. Era recorrente em muitos casos a verificação de uma contabilização errada de uma operação por parte do cliente, sendo que faz parte da função do auditor alertar para este tipo de situações no futuro e também esclarecer todas as dúvidas que os clientes possam ter aquando da correta contabilização de operações, seja de carácter fiscal e/ou contabilístico.

Uma vez terminado o Estágio, a análise retrospectiva face ao cumprimento dos objetivos delineados na concretização desta componente prática é positiva, uma vez que as tarefas

descritas ao longo deste relatório e que contabilizaram 960 horas de Estágio, permitiram que fosse dedicado tempo suficiente a cada um dos objetivos delineados, com o apoio incansável e entreadjuada constante da equipa de trabalho da entidade. Finalmente, o Estágio realizado e as aprendizagens daí decorrentes revelaram-se fundamentais para a colocação no mercado de trabalho na área de auditoria já que, atualmente, desempenho funções de *Audit Assistant* numa empresa de auditoria em Lisboa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACL Services (2019). Consultado a 12 de outubro. Disponível em: <https://www.wegalvanize.com/>

Almeida. B. (2014). *Manual de Auditoria Financeira - Uma análise integrada baseada no risco*. 1ª Edição. Lisboa: Escolar Editora.

Almeida. B. (2017). *Manual de Auditoria Financeira - Uma análise integrada baseada no risco*. 2ª Edição. Lisboa: Escolar Editora.

Assembleia da República. Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, Diário da República, III Série, nº 297, de 26 de dezembro de 2001 (aprova o Código de Ética e Deontologia Profissional dos Revisores Oficiais de Contas).

Assembleia da República. Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro. Diário da República n.º 180/2009. Série I. 6490-6528 (aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social).

Assembleia da República. Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro. Diário da República nº174/2015. Série I. pp. 7135-7177.

Assembleia da República. Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro. Diário da República n.º 11/2014. Série I. 253-346 (aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas).

Assembleia da República. Lei nº 140/2015 de 7 de setembro, Diário da República n.º 174/2015, Série I de 2015-09-07, 7135 – 7177. (aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

Assembleia da República. Lei nº 487/99, de 16 de novembro. Diário da República n.º 267/1999, Série I-A. pp. 8057-8085.

Assembleia da República. Lei nº 82-C/2014 de 31 de dezembro, Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 2014-12-31. (altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro).

Auditing Software Distributor (ACD Auditor): Software de auditoria e análise financeira, *website* consultado a 14 de setembro de 2019, disponível em: <https://www.asdaudit.com/auditor-pt/>

Baptista, N. (2017). Artigo “SIPTA – Utilização das CAATTs *online*”. Revisores & Auditores. Revista nº 76 janeiro/março 2017. 27-30. Consultado dia 9 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/76/TI3.pdf>

CaseWare IDEA (2019). Consultado a 14 de outubro, disponível em: <https://idea.caseware.com/>

CaseWare Working Papers (2019). Consultado a 12 de outubro. Disponível em: <https://www.caseware.com/products/working-papers>

Correia, T. (2017). “*Software Open Source em Auditoria*”. Dissertação no âmbito do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Consultado dia 7 de setembro de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/21155>

Costa, C. (2010). *Auditoria Financeira, Teoria & Prática*. 9ª Edição. Lisboa: Rei dos Livros.

Dias, C. (2017). “A utilização das ferramentas informáticas de apoio à auditoria interna nas empresas portuguesas”. Dissertação no âmbito do Mestrado em Contabilidade. Universidade de Aveiro. Consultado dia 30 de agosto de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/22975>

DRAI 3 (2010). Consultado a 12 de outubro. Disponível em: <https://www.bdo.pt/pt-pt/servicos/audit-assurance/ferramentas-informaticas-de-apoio-a-auditoria>.

Ferreira, J. (2016). Dissertação “Evolução da regulamentação da auditoria em Portugal: Os novos desafios do setor”. Projeto de Mestrado em Auditoria e Análise Financeira. Instituto Politécnico de Tomar, Escola Superior de Gestão de Tomar. Consultado dia 22 de julho de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/18502>

Guia de Aplicação das ISA – Conceitos Fundamentais e Orientação Prática (2018). Consultado dia 20 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/2018/GUIAISAConsolidado4.pdf>

International Auditing and Assurance Standards Board. (2015). Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados, Parte I. 1ª edição. Traduzido e republicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Consultado dia 4 de outubro de 2019. Disponível em <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/2016/ManualNT20161.pdf>

Mendonça, M. (2015). “Papéis de Trabalho: A importância da Auditoria e a utilização dos Papéis de Trabalho como ferramenta da revisão de procedimentos contábeis”. Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha” – Centro Universitário Eurípedes de Marília. Consultado dia 6 de outubro de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11077/1406>

Ministério da Justiça. Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro. Diário da República n.º 201/1986. Série I. 2293-2385 (aprova o Código das Sociedades Comerciais).

Ministério das Finanças e da Administração Pública. Decreto-Lei n.º 102/2008, de 20 de junho. Diário da República n.º 118/2008. Série I. 3542-3611 (aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado).

Ministério das Finanças e da Administração Pública. Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro. Série I. 6270-6285.

Ministério das Finanças. Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro. Diário da República n.º 262/2003. Série I-A. 7568-7647 (aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis).

Ministério das Finanças. Decreto-Lei n.º 192/90 de 9 de junho, Diário da República n.º 133/1990, Série I de 1990-06-09, 2517 – 2519. (introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas).

Ministério das Finanças. Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho, Diário da República n.º 143/2015, Série I de 2015-07-24, 4984 – 5018. (aprova os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC).

Ministério das Finanças. Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Diário da República n.º 146/2015, Série II de 2015-07-29, 20749 – 20845. (aprova a homologação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística).

Pedrosa, I. (2015). “*Computer-assisted audit tools and techniques use: determinants for individual acceptance*”. Lisboa: ISCTE-IUL, 2015. Tese de doutoramento. Consultado dia 26 de outubro de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/10017>

Pedrosa, I., Laureano, R. M. S., & Costa, C. J. (2015). “Motivações dos auditores para o uso das Tecnologias de Informação na sua profissão: aplicação aos Revisores Oficiais de Contas.”. Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação (RISTI), June 17 – 20. 101- 118. Consultado dia 29 de julho de 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17013/risti.15.101-118>

Pinho, C. (2009). “A Utilização de Procedimentos Analíticos de Auditoria: O Caso Português”. Dissertação no âmbito do Doutoramento em Gestão. Universidade Aberta. Consultado dia 14 de agosto de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/1577>

Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda. (2019). Informação da Empresa consultada a 28 de julho de 2019. Disponível em <http://www.pbc-sroc.pt/#empresa>

Ribeiro, R. (2017). Artigo “A importância da utilização de *software* (CaseWare International) no processo de documentação de uma auditoria”. *Revisores & Auditores*. Revista n.º 76 janeiro/março 2017, 67-69. Consultado dia 25 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/78/TI.pdf>

Rosli, K.a; H.P. Yeow, P.; and Siew, E., “*Computer-Assisted Auditing Tools Acceptance Using I-Toe: A New Paradigm*” (2012). *PACIS 2012 Proceedings. Paper 195*. Consultado dia 6 de outubro de 2019. Disponível em: <http://aisel.aisnet.org/pacis2012/195>

Shihab *et al* (2017). “*Determinants of CAATT acceptance: Insights from public accounting firms in Indonesia*”. *Procedia Computer Science*, Volume 124, 2017, 522 - 529. Consultado dia 12 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050917329538>

SIPTA (2018). Consultado a 12 de outubro. Disponível em: <https://www.sipta.pt/site/>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Guias de Aplicação Técnica (GAT)

GAT 1	Certificação Legal das Contas\ Relatório de Auditoria
GAT 2	Modelos de Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras
GAT 3	Relatório de Conclusões Factuais do ROC nos termos do nº1 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 5/2016-R, de 12 de maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
GAT 4	Acordar os Termos e Condições dos Trabalhos dos ROC
GAT 5	Modelo de Relatório de Auditoria para Organismos de Investimento Coletivo, incluindo organismos de Investimento em Capital de Risco
GAT 6	Modelos de Certificação Legal das Contas / Relatório de Auditoria – Pequenas Entidades, Microentidades e Entidades do Setor Não Lucrativo
GAT 7	Modelos de Relatórios para Entidades que aplicam o POCP ou POC Sectoriais
GAT 8	Modelos de Relatórios Exigidos nos termos da Norma Regulamentar nº2/2017-R de 24 de março
GAT 9	Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade – Verificação de Entradas em Espécie
GAT 10	Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade – Certificação de Créditos de Cobrança Duvidosa e Incobráveis nos termos do CIVA
GAT 11	Tradução de Certificação Legal das Contas / Relatório de Auditoria para Língua Inglesa
GAT 12	Certificação de um Balanço Intercalar
GAT 13	Declaração do Órgão de Gestão
GAT 14	Verificação de Informações Constantes da Nota Informativa relativa à emissão de Papel Comercial
GAT 15	Contas Reguladas – ERSE
GAT 16	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
GAT 17	Procedimentos e Medidas adotados pelos Intermediários Financeiros para Salvaguarda de bens de Clientes no âmbito dos artigos 306º a 306º G do Código de Valores mobiliários
GAT 18	Entidades que aplicam o SNC-AP

APÊNDICE 2 – Normas Internacionais de Auditoria (ISA)

ISA 200–299 Princípios e Responsabilidade Gerais	
ISA 200	Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria
ISA 210	Acordar os Termos de Trabalhos de Auditoria
ISA 220	Controlo de Qualidade para uma Auditoria de Demonstrações Financeiras
ISA 230	Documentação de Auditoria
ISA 240	As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras
ISA 250	Consideração de Leis e Regulamentos numa Auditoria de Demonstrações Financeiras
ISA 260 (Revista)	Comunicação com os Encarregados da Governação
ISA 265	Comunicar Deficiências no Controlo Interno aos Encarregados da Governação e à Gerência
ISA 300–499 Avaliação do Risco e Resposta aos Riscos Avaliados	
ISA 300	Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras
ISA 315	Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente
ISA 320	A Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria
ISA 330	As Respostas do Auditor a Riscos Avaliados
ISA 402	Considerações de Auditoria Relativas a uma Entidade que Utiliza uma Organização de Serviços
ISA 450	Avaliação de Distorções Identificadas durante a Auditoria
ISA 500–599 Prova de Auditoria	
ISA 500	Prova de Auditoria
ISA 501	Prova de Auditoria — Considerações Específicas para Itens Selecionados
ISA 505	Confirmações Externas
ISA 510	Trabalhos de Auditoria Iniciais — Saldos de Abertura
ISA 520	Procedimentos Analíticos
ISA 530	Amostragem de Auditoria
ISA 540	Auditar Estimativas Contabilísticas, Incluindo Estimativas Contabilísticas de Justo Valor e Respetivas Divulgações
ISA 550	Partes Relacionadas
ISA 560	Acontecimentos Subsequentes

ISA 570 (Revista)	Continuidade
ISA 580	Declarações Escritas
ISA 600–699 Usar o Trabalho de Terceiros	
ISA 600	Considerações Especiais — Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente)
ISA 610	Usar o Trabalho de Auditores Internos
ISA 620	Usar o Trabalho de um Perito do Auditor
ISA 700–799 Conclusões de Auditoria e Relato	
ISA 700 (Revista)	Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras
ISA 701	Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente
ISA 705 (Revista)	Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente
ISA 706 (Revista)	Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outras Matérias no Relatório do Auditor Independente
ISA 710	Informação Comparativa — Números Correspondentes e Demonstrações Financeiras Comparativas
ISA 720 (Revista)	As Responsabilidades do Auditor Relativas a Outra Informação
ISA 800–899 Áreas Especializadas	
ISA 800	Considerações Especiais — Auditorias de Demonstrações Financeiras Preparadas de Acordo com Referenciais de Finalidade Especial
ISA 805	Considerações Especiais — Auditorias de Demonstrações Financeiras Isoladas e de Elementos, Contas ou Itens Específicos de uma Demonstração Financeira
ISA 810	Trabalhos para Relatar Sobre Demonstrações Financeiras Resumidas

ANEXOS

ANEXO 1 – Dossier Corrente

<div><div><div></div></div><div><div>PINTO, BARROS & CARDOSO</div><div>SROC, LDA.</div></div></div>		2018	
CODIFICAÇÃO DE PAPÉIS DE TRABALHO / ARQUIVO CORRENTE			
1	I	Planeamento	
		I 1	Identificação da Empresa
		II.1	Identificação da Empresa
		II.2	Corpos sociais e principais responsáveis
		II.3	Organograma geral
		II.4	Questionário para aceitação/retenção do cliente
		I 2	Controlo Interno
		II.1	Avaliação do Controlo Interno
		II.2	Quadros de análise de incompatibilidades de funções
		II.2.1	- Análise ao ciclo de Tesouraria
		II.2.2	- Análise ao ciclo de Vendas e Contas a Receber
		II.2.3	- Análise ao ciclo de Compras e Contas a Pagar
		II.2.4	- Análise ao ciclo de Pagamentos ao Pessoal
		II.2.5	- Análise ao ciclo de Investimentos
		I 3	Materialidade e Risco de Revisão
		II.QR	Conhecimento do negócio/exposição a ameaças
		II.1	Juízo prévio s/ a materialidade e limite aceitável para ajustamentos
		II.1.1	- Erro tolerável por rubricas do balanço
		II.2	Planificação da Rev./Aud. - Guia para Avaliação do Risco - Questionário
		II.3	Planificação da revisão/Auditoria - Guia para avaliação do risco de fraude - Questionário
		II.4	Avaliação de risco por ciclos/Estratégia de auditoria
		I 4	Programação da auditoria
		II.1	Memorando da Estratégia de auditoria
		II.1.1	- Programa de auditoria
		II.2	Planeamento de trabalhos - calendarização dos programas de trabalho
		II.2.1	- Planeamento de trabalhos intercalares
		II.2.2	- Planeamento de trabalhos finais
2	II	Prestação de Contas	
		II.QR/SQ	Sistema de Qualidade/Revisão do trabalho de auditoria
		II.QR/DF	Questionário de revisão - demonstrações financeiras
		II 1	Certificação Legal das Contas
		II 2	Relatório e Parecer do Fiscal Único / Conselho Fiscal
		II 3	Relatório de Gestão
		II 4	Anexo ao Relatório de Gestão (n.º 5 do artigo 447.º do CSC) - aplicável às SA
		II 5	Balanço
		II 6	Demonstração dos Resultados por Naturezas
		II 7	Demonstração dos Resultados por Funções (facultativo)
		II 8	Demonstração das Alterações no Capital Próprio
		II 9	Demonstração dos Fluxos de Caixa - método direto
		II 10	Anexo
		II 11	Declaração do Órgão de Gestão
		II 12	Auditoria ao Relatório de Gestão
		II 13	Auditoria ao Balanço
		II 14	Auditoria à Demonstração dos Resultados por Naturezas
		II 15	Auditoria à Demonstração dos Resultados por Funções (se apresentada)
		II 16	Auditoria à Demonstração das Alterações no Capital Próprio
		II 17	Auditoria à Demonstração dos Fluxos de Caixa
		II 18	Auditoria ao Anexo
		II 19	Acontecimentos subsequentes à data do Balanço
		II 19.1	Acontecimentos subsequentes/Fatores de risco
		II 20	Assuntos para o próximo período
		II/A	Auditoria/Revisão Analítica
		II/A.1	Balanço (Comparativo N/N-1)
		II/A.2	D.R.N. (Comparativo N/N-1)
		II/A.3	Gastos e Rendimentos (Análise e Comp. N/N-1)
		II/A.4	
		II/A.5	Rácios (Análise e Comp. N/N-1)
		II/A.6	
		II/A.7	SGPS - Auditoria ao cumprimento do DL 495/88 e alterações posteriores
		II/A.8	Cobertura de riscos pelas seguradoras
		II/B	Assembleia de Prestação das Contas
		II/B.1	Convocatória
		II/B.2	Documentos Complementares
		II/B.3	Ata da Assembleia

3	A1 Ativo Não Corrente		
	A1A Ativos Fixos Tangíveis - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1A.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1A.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	A1A.____		
	A1A.____		
	A1A.5 Alienações/Abates de Ativos Fixos Tangíveis		
	A1A.6 Análise das depreciações/imparidades de Ativos Fixos Tangíveis		
	A1A.7 Análise da consistência das taxas de depreciação de Ativos Fixos Tangíveis		
	A1B Propriedades de Investimento - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1B.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1B.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	A1B.____		
	A1B.____		
	A1B.5 Alienações/Abates de Propriedades de Investimento		
	A1B.6 Análise das depreciações/imparidades de Propriedades de Investimento		
	A1B.7 Análise da consistência das taxas de depreciação de Propriedades de Investimento		
	A1C Goodwill - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1C.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1C.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	A1C.____		
	A1C.____		
	A1C.5 Abates de Goodwill		
	A1C.6 Análise das amortizações/imparidades do Goodwill		
	A1D Ativos Intangíveis, exceto Goodwill - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1D.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1D.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	A1D.____		
	A1D.____		
	A1D.5 Alienações/Abates de Ativos Intangíveis		
	A1D.6 Análise das amortizações/imparidades de Ativos Intangíveis		
	A1D.7 Análise da consistência das taxas de amortização de Ativos Intangíveis, exceto Goodwill		
	A1E Ativos Biológicos - (Produção) - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1E.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1E.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	A1E.3 Teste à inspeção física dos ativos biológicos		
	A1E.____		
	A1E.____		
	A1E.____		
	A1E.____		
	A1E.8 Perdas por imparidade em Ativos Biológicos (de produção), mensurados ao custo		
	A1F Participações Financeiras - MEP - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1F.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1F.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	A1F.3 Método da equivalência patrimonial		
	A1F.4 Participações financeiras - MEP (Teste ao reconhecimento de imparidades)		
	A1G Outros Investimentos Financeiros - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1G.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1G.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	A1G.3 Outros Investimentos Financeiros / Teste à valorização		
	A1G.4 Outros Investimentos Financeiros, mensurados ao custo (Teste ao reconhecimento de imparidades)		
	A1I Créditos a Receber - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1I.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1I.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	A1I.3 Concentração de Valores	ACD	
	A1I.4 Amostragem de Créditos a Receber (Circularização) (com ficha de conciliação)	ACD	
	A1J Ativos por Impostos Diferidos - Procedimentos do Papel de Trabalho		
	A1J.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	A1J.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	

A2 Ativo Corrente			
A2A	Inventários - Procedimentos do Papel de Trabalho		
A2A.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2A.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2A.3	Avaliação do Sistema de Contabilização dos Inventários		
A2A.4	Questionário de inventário e contagens físicas		
A2A.5	Teste à contagem dos inventários/Relatório		
A2A.6	Teste à valorização e ao custeio das saídas dos inventários		
A2A.7	Teste às perdas por imparidade dos inventários em balanço		
A2A.8	Teste ao corte de operações - Expedição / Vendas		
A2A.9	Teste ao corte de operações - Receção / Compras		
A2A.10	Perdas por imparidade em inventários		
A2B	Ativos Biológicos - (Consumíveis) - Procedimentos do Papel de Trabalho		
A2B.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2B.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2B.3	Teste à contagem dos Ativos Biológicos		
A2B.4	Teste à valorização e ao custeio das saídas dos Ativos Biológicos		
A2B.5	Teste às perdas por imparidade dos Ativos Biológicos, mensurados ao custo, em balanço		
A2B.6	Teste ao corte de operações (Ativos Biológicos) - Expedição / Vendas		
A2B.7	Teste ao corte de operações (Ativos Biológicos) - Receção / Compras		
A2B.8	Perdas por imparidade em Ativos Biológicos (consumíveis), mensurados ao custo		
A2C	Clientes - Procedimentos do Papel de Trabalho		
A2C.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2C.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2C.3	Concentração de Valores	ACD	
A2C.3.1	Principais clientes/Evolução de saldo/Perspetivas		
A2C.4	Amostragem de Clientes (Circularização) (com ficha de conciliação)	ACD	
A2C.5	Análise de Títulos a receber / títulos descontados		
A2C.6	Análise de dívidas incobráveis/ Perdas por imparidade acumuladas		
A2E	Estado e Outros Entes Públicos - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTº F3C)		
A2E.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2E.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2F	Capital Subscrito e Não Realizado - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PTº P1 e P1A)		
A2F.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2F.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2G	Outros Créditos a Receber - Procedimentos do Papel de Trabalho		
A2G.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2G.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2G.3	Concentração de Valores	ACD	
A2G.4	Amostragem de Outros Créditos a Receber (Circularização) (com ficha de conciliação)	ACD	
A2H	Diferimentos - Saldos Devedores - Procedimentos do Papel de Trabalho		
A2H.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2H.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2I	Ativos Financeiros Detidos para Negociação - Procedimentos do Papel de Trabalho		
A2I.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2I.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2J	Outros Ativos Financeiros - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PTº A2I)		
A2J.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2J.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2K	Ativos Não Correntes Detidos para Venda - Procedimentos do Papel de Trabalho		
A2K.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2K.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2L	Caixa e Depósitos Bancários - Procedimentos do Papel de Trabalho		
A2L.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
A2L.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
A2L.3	Auditoria à situação do caixa		
A2L.4	Depósitos bancários		
A2L.5	Ficha de conciliação de depósitos bancários		

P1	Capital Próprio		
P1	Capital Próprio - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1A	Capital Subscrito - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1A.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1A.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1B	Ações (Quotas) Próprias - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1B.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1B.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1C	Outros Instrumentos de Capital Próprio - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1C.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1C.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1D	Prémios de Emissão - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1D.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1D.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1E/P1F	Reservas Legais/Outras Reservas - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1E.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1E.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1F.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1F.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1G	Resultados Transitados - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1G.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1G.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1I	Excedentes de Revalorização - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1I.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1I.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1J	Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1J.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1J.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1K	RA/Imposto sobre o rendimento do período/Resultado líquido do período - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1K.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P1K.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P1L	Interesses que não Controlam - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P1L.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	Nota: Não aplicável às contas individuais
P1L.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P2	Passivo Não Corrente		
P2A	Provisões - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P2A.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P2A.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P2B	Financiamentos Obtidos - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver também PT³ P3E)		
P2B.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P2B.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)		
P2B.3/P3E.3	Financiamentos obtidos		
P2B.4/P3E.4	Locações financeiras - Detalhe	ACD	
P2C	Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P2C.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P2C.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P2D	Passivos por Impostos Diferidos - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P2D.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P2D.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P2E	Outras Dívidas a Pagar - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver também PT³ P3F)		
P2E-P	Outras Dívidas a Pagar (Pessoal e Benefícios dos empregados) - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver também PT³ P3F-P)		
P2E.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P2E.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P2E.3	Concentração de Valores	ACD	
P2E.4	Amostragem de Outras Dívidas a Pagar (Circularização) (com ficha de conciliação)	ACD	

P3 Passivo Corrente			
P3A	Fornecedores - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P3A.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P3A.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P3A.3	Concentração de Valores	ACD	
P3A.4	Amostragem de Fornecedores (Circularização) (com ficha de conciliação)	ACD	
P3B	Adiantamentos de Clientes - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P3B.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P3B.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P3C	Estado e Outros Entes Públicos - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P3C.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P3C.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P3C.3	24.1 - Imposto sobre o rendimento		
	P3C.3.1 Questionário de identificação de riscos - IRC		
	P3C.3.2 Cálculo do PPC, PEC e PAC (cálculo efetuado pela SROC)		
P3C.4	24.2 - Retenção de impostos sobre rendimentos		
P3C.5	24.3 - IVA		
	P3C.5.1 Questionário de identificação de riscos - IVA		
	P3C.5.2 Teste ao IVA		
P3C.6	24.4 - Outros impostos		
	P3C.6.1 Questionário de identificação de riscos - Imposto do selo		
	P3C.6.2 Questionário de identificação de riscos - IML		
	P3C.6.3 Questionário de identificação de riscos - IMT		
P3C.7	24.5 - Contribuições para a segurança social		
P3C.8	Certidões fiscais e parafiscais / cadastro		
P3C.9	Processos de execução fiscal / Inspeções Tributárias		
	P3C.9.1 Acompanhamento dos processos de execução fiscal		
	P3C.9.2 Acompanhamento das ações de inspeção tributária		
P3C.10	Pedidos e decisões de benefícios fiscais e enquadramentos		
P3C.11	Obrigações declarativas / rendimentos		
P3E	Financiamentos Obtidos - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PT* P2B)		
P3E.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P3E.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P2B.3/P3E.3	Financiamentos obtidos (Ver no passivo não corrente)		
P2B.4/P3E.4	Locações financeiras - Detalhe (Ver no passivo não corrente)		
P3F	Outras Dívidas a Pagar - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PT* P2E)		
P3F-P	Outras Dívidas a Pagar (Pessoal e Benefícios dos Empregados) - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PT* P2E-P)		
	P3F.1 Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
	P3F.2 Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
	P3F.3 Concentração de Valores	ACD	
	P3F.4 Amostragem de Outras Dívidas a Pagar (Circularização) (com ficha de conciliação)	ACD	
P3G	Diferimentos - Saldos Credores - Procedimentos do Papel de Trabalho		
P3G.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P3G.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P3H	Passivos Financeiros Detidos para Negociação - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PT* A2I)		
P3H.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P3H.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P3I	Outros Passivos Financeiros - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PT* A2I)		
P3I.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P3I.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
P3J	Passivos Não Correntes Detidos para Venda - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PT* A2K)		
P3J.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
P3J.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	

R	Rendimentos e Gastos		
RA	Vendas e Serviços Prestados - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª A2C)		
RA.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RA.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RB	Subsídios à Exploração - Procedimentos do Papel de Trabalho		
RB.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RB.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RC	Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e EC - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª A1F)		
RC.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RC.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RD	Variação nos Inventários da Produção - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª A2A e A2B)		
RD.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RD.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RE	Trabalhos para a Própria Entidade - Procedimentos do Papel de Trabalho		
RE.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RE.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RF	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas- Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª A2A e A2B)		
RF.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RF.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RG	Fornecimentos e Serviços Externos - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª F3A)		
RG.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RG.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RH	Gastos com o Pessoal - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª P2C e P2E-P)		
RH.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RH.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RI	Imparidade de Inventários (Perdas/Reversões) - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª A2A, A2A.10, A2B e A2B.8)		
RI.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RI.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RJ	Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões) - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PTª A2C, A2C.6 e A2G)		
RJ.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RJ.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RK	Provisões (Aumentos/Reduções)- Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª F2A)		
RK.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RK.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RL	Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizáveis (Perdas/Reversões) - Procedimentos do Papel de Trabalho (Ver PTª A1F, A1G e A2K)		
RL.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RL.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RM	Aumentos/Reduções de Justo Valor - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª A1B, A1E, A1G, A2B, A2I e A2J)		
RM.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RM.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RN	Outros Rendimentos - Procedimentos do Papel de Trabalho		
RN.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RN.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RO	Outros Gastos - Procedimentos do Papel de Trabalho		
RO.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RO.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RP	Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª A1A, A1B, A1C, A1D e A1E)		
RP.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RP.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RQ	Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis (Perdas/Reversões) - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª A1A, A1B, A1C, A1D e A1E)		
RQ.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RQ.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RR	Juros e Rendimentos Similares Obtidos - Procedimentos do Papel de Trabalho		
RR.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RR.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RS	Juros e Gastos Similares Suportados - Procedimentos do Papel de Trabalho		
RS.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RS.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	
RT	Imposto Sobre o Rendimento do Período - Procedimentos do Papel de Trabalho (ver PTª P1K)		
RT.1	Rúbricas a Nível (Contas e Saldos)	ACD	
RT.2	Movimentos do Papel (Estudo dos Movimentos)	ACD	

4	TC	Testes de Controlo - Conclusões		
	TC1	Teste às vendas / prestações de serviços e às Contas a Receber de Clientes		
	TC2	Teste às compras / aquis. Serviços e às Contas a Pagar a Fornecedores		
	TC3	Teste aos Aspetos Laborais na Empresa		
	TC4	Teste aos Gastos com o Pessoal		
	TC5	Teste às Notas de Crédito		
	TC6	Guia para Caracterização Detalhada do EDP (Electronic Data Processing / Processamento Electrónico de Dados)		
5	RCC	Responsabilidades, contingências, continuidade e controlo do trabalho de campo		
	RCC1	Responsabilidade contingentes		
	RCC2	Avaliação do pressuposto da continuidade		
	PR	Partes relacionadas - Procedimentos do Papel de Trabalho		
6	PR1	Partes relacionadas - Identificação, transações e saldos		
	III	Registos (Contabilidade / Atas / Partes de capital / Dossier fiscal / Leis 83/2017, 89/2017 e 92/2017, DL 123/2017 e P 233/2018)		
	III.1	Verificação do dossier fiscal		
	III.2	Combate ao branqueamento de capitais e ao financ. do terrorismo - Leis 83/2017, 89/2017 e 92/2017, DL 123/2017 e P 233/2018		
7	IV	Análise económico-financeira / Análises intercalares de gastos e rendimentos / Outras análises		
8	V	Reuniões com Conselho Fiscal / Correspondência trocada / Relatórios / Outros		
	VI	Dever de vigilância (artigo 420º-A do CSC) / Dever de prevenção (artigo 262º-A do CSC)		
9	VII	Balancetes		

ANEXO 2 – Dossier Permanente

Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda.		DOSSIER DE INFORMAÇÃO PERMANENTE				
ÁREA		ACTUALIZAÇÃO/EXERCÍCIOS/DATAS				
1 - CARACTERIZAÇÃO DO CLIENTE E DO NEGÓCIO						
1.1 - Ficha de Identificação e Contactos						
1.2 - Estatutos						
1.3 - Corpos Sociais e Período de Mandato						
1.4 - Sócios/Accionistas						
1.4.1 - Registo dos Valores Mobiliários						
1.5 - Enquadramento em Grupos de Empresas						
1.6 - Filiais e Sucursais						
1.7 - Caracterização da empresa						
1.7.1 - Historial da empresa						
1.7.2 - Cronologia de factos importantes						
1.7.3 - Valores e compromissos						
1.8 - Contrato de Prestação de Serviços / Alterações						
1.8.1 - Contratos e Alterações						
1.8.2 - Proposta de Prestação de Serviços						
1.8.3 - Aceitação de funções						
1.9 - Informação do S. Activ. e dos Ambientes Ec. e Jurídico						
1.10 - Declaração Inscr. no Registo/n. Activ./Alt. de Activ./NIPC						
1.11 - Relações com o Conselho Fiscal						
2 - A ACTIVIDADE E O PATRIMÓNIO						
2.1 - Actividade Exercida						
2.2 - Posição no Mercado						
2.3 - Elementos Patrimoniais Onerados						
2.4 - Outras Garantias e Compromissos						
2.5 - Evolução Patrimonial / Res ² / Indicadores						
2.6 - Participações Financeiras						
2.7 - Registos de propriedade						
2.7.1 - Certidões da Conservatória Registo Predial						
2.7.2 - Documento Único Automóvel/ Consulta DGCI						
3 - CONTRATOS E DOCUMENTOS IMPORTANTES						
3.1 - Seguros						
3.2 - Principais Contratos de Locação Financeira						
3.3 - Acordos com o Fisco/Outras Informações						
3.4 - Acordos com Segurança Social						
3.5 - Contratos de Comercialização e de Royalties						
3.6 - Actas e Resumos de Actas						
3.6.1 - Actas da A.G						
3.6.2 - Actas do Cons. Adm. / Gerência						
3.6.3 - Actas do Cons. Fiscal						
3.7 - Contratos de Financiamento						
3.8 - Contratos de Investimento						
3.9 - Outros Contratos Relevantes						
3.10 - Resposta dos advogados/sentenças						
3.11 - Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal						
3.12 - Dossier de preços de transferência						
4 - CONTROLO INTERNO/PROCEDIMENTOS						
4.1 - Organogramas/Descrição de funções/Análise incomp.						
4.2 - Avaliação do Controlo Interno						
4.3 - Sistema Contabilístico						
4.3.1 - Plano de contas da contabilidade geral e analítica						
4.3.2 - Outras Informações						
4.4 - Principais Políticas Contabilísticas Adoptadas						
4.5 - Orçamentos / Controlo Orçamental/Business Plan						
4.6 - Procedimentos Internos						
4.6.1 - Recursos Humanos						
4.6.2 - Compras						
4.6.3 - Logística						
4.6.4 - Gestão Administrativa e Financeira						
4.6.5 - Gestão de Stock						

5 - OUTRAS SITUAÇÕES					
5.1 - Processos de Prestação de Contas					
5.1.1 - Contas Individuais					
5.1.2 - Contas Consolidadas					
5.2 - CLC, RCRA, RPFU e DOG					
5.2.1 - Contas Individuais					
5.2.2 - Contas Consolidadas					
5.3 - Declarações Anuais Rendimento (Decl. M. 22, IES, M10)					
5.3.1 - Modelo 22 de IRC					
5.3.2 - Modelo 10					
5.3.3 - IES/DA					
5.4 - Obrigações Acessórias					
5.4.1 - Modelo 30					
5.4.2 - Modelo 39					
5.4.3 - Outras					
5.5 - Certidão Cons. Req. Com./Depósito Contas					
5.5.1 - Certidão da Conservatória do Registo Com./Cert. Perm.					
5.5.2 - Depósito Contas (Publicações)					
5.6 - Brevete Estatístico I.N.E.					
5.7 - Relatório Único					
5.8 - Advogados, Consultores e Médico de Trabalho					
5.9 - Correspondência Relevante					
5.10 - Notícias publicadas s/ a Empresa					
5.11 - Avaliação de Bens					
5.12 - Pareceres do Fiscal Único/Conselho Fiscal					
5.13 - Outros Documentos Relevantes					
5.14 - Inventários					
5.15 - Questões técnicas colocadas pelo cliente					
6 - DOCUMENTOS SUBSTITUIDOS					
Processo Iniciado em:	Actualizado em:				

ANEXO 3 – Minuta de Circularização de Fornecedores e Outros Credores

Assunto: ABC, SA/Confirmação de saldos

Ref: /XXX/18 – (Nome do fornecedor selecionado)

Exmos. Senhores,

Os nossos Revisores Oficiais de Contas, **Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda.** com sede na Rua Padre Estêvão Cabral, 120, Sala 204 – 3000-316 Coimbra, endereço de e-mail **circularizacao.hpinto@pbc-sroc.pt** e telefone/fax 239 838162, estão a proceder à auditoria das nossas demonstrações financeiras e gostariam de obter extrato(s) de conta(s) corrente(s) com detalhes dos saldos existentes nos vossos registos à data de **31 de dezembro de 2018.**

Este extrato detalhado deve proporcionar a seguinte informação:

Data; Documento; Nº do documento; Valor; e Saldo

Agradecemos ainda que lhe informem de qualquer outro passivo, contingência, contratos em negociação ou operações pendentes que pudessem afetar-nos como consequência das operações comerciais que mantemos convosco.

Este pedido corresponde a uma necessidade urgente dos nossos Revisores, pelo que agradecemos que lhes seja enviada uma resposta **preferencialmente, via e-mail, com a maior brevidade possível**, podendo, também, utilizar-se o fax acima indicado ou carta.

Agradecemos que do e-mail remetido nos seja dado conhecimento.

Antecipadamente gratos, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

(Identificação do remetente do e-mail)

ANEXO 4 – Minuta de Circularização de Seguradoras

Exmos. Senhores

Coimbra, 21 de janeiro de 2019

Assunto: Confirmação de saldos

Ref: /XXX/18

Exmos. Senhores,

Os nossos Revisores Oficiais de Contas, **Pinto, Barros e Cardoso, SROC, Lda.**, com sede na **Rua Padre Estêvão Cabral, 120, Sala 204 – 3000-316 Coimbra**, telefone 239 838162, fax 239 838162 e endereço de e-mail circularizacao.hpinto@pbc-sroc.pt, estão a proceder à auditoria das nossas demonstrações financeiras e gostariam de obter, à data de **31 de dezembro de 2018**, as informações que se seguem:

1. Relação das nossas Apólices com indicação, para cada uma delas, dos seguintes elementos:
 - Número;
 - Ramo;
 - Objeto e capital seguro;
 - Riscos cobertos;
 - Período (início e vencimento);
 - Valor do prémio; e
 - Outros detalhes que julguem pertinentes à compreensão da apólice.
2. Indicação da existência ou não de algum saldo a nosso ou a vosso favor à referida data de **31 de dezembro de 2018**. Em caso afirmativo solicitamos que enviem um detalhe de tal saldo.
3. Outras informações que V. Exas. entendam de utilidade para os nossos Revisores.

Este pedido corresponde a uma necessidade urgente dos nossos Revisores, pelo que agradecemos que lhes seja enviada uma resposta, com a maior brevidade possível, podendo, também, utilizar-se o fax ou e-mail acima indicados. Se possível, agradecemos que nos remetam uma cópia para nós.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

De V. Exas.

Atentamente,

ANEXO 5 – Minuta de Circularização de Acionistas

Exmo. Senhor

Coimbra, 21 de janeiro de 2019

Assunto: Confirmação de saldos de Acionistas

Ref.: /XXX/18

Ex.mo Senhor,

Dando seguimento a solicitação dos nossos Revisores Oficiais de Contas, solicitamos informem

Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda.

Rua Padre Estêvão Cabral, 120 – Sala 204

3000 - 316 Coimbra

Tel./fax: 239 838 162

E-mail: circularizacao.hpinto@pbc-sroc.pt

do saldo da V/ conta de Acionistas nesta sociedade, em **31 de dezembro de 2018**.

Na nossa contabilidade o saldo naquela data era de _____ euros de suprimentos, _____ euros de outros créditos sobre a empresa, de _____ euros de prestações acessórias no regime de prestações suplementares e _____ euros de débitos à empresa.

Antecipadamente gratos, subscrevemo-nos com consideração,

✕.....

EMPRESA: ABC, SA

Ref.: /XXX/18 – (Nome do Acionista/Subsidiária selecionado)

☐ **Concordo** com o saldo indicado, de _____ euros de suprimentos, _____ euros de outros créditos sobre a empresa, de _____ euros de prestações acessórias no regime de prestações suplementares e _____ euros de débitos à empresa, à data de **31/12/2018**.

☐ **Não concordo** com o saldo indicado. O valor que considero correto é de _____ euros de suprimentos, _____ euros de outros créditos sobre a empresa, de _____ euros de prestações acessórias no regime de prestações suplementares e _____ euros de débitos à empresa, à data de **31/12/2018**.

____ / ____ / 2019

ANEXO 6 – Ficha de Conciliação de Fornecedores



P3A.4 (C)
2018

EMPRESA: _____ ABC, S.A.

FICHA DE CONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Fornecedor: 123, Lda

N A C O N T A B I L I D A D E	1- NA CONTABILIDADE DA EMPRESA	28 316,14
	2- VALORES LANÇADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS PELO FORNECEDOR (Expl.: Pagamentos em trânsito, Notas de Débito,...)	
	_____	_____
	_____	_____
	_____	_____
	_____	_____
	3- VALORES LANÇADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS PELO FORNECEDOR (Expl.: Facturas, Notas de Crédito,...)	
	_____	_____
	_____	_____
	_____	_____
N O F O R N E C E D O R	4- VALORES LANÇADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS NA CONTABILIDADE (Expl.: Mercadorias em trânsito, juros, recâmbios, ...)	
	Juros relativos ao financiamento dos equipamentos entretanto alugados	5 459,18
	Valor referente À entrada inicial do contrato de financiamento	111 585,60
	_____	_____
	_____	_____
	_____	_____
	5- VALORES LANÇADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS NA CONTABILIDADE (Expl.: Devoluções, Notas de Crédito, ...)	
	_____	_____
	_____	_____
	_____	_____
6 = 1 + 2 - 3 + 4 - 5		145 360,92
7- SALDO INDICADO PELO FORNECEDOR		145 360,92
8- DIFERENÇA (6 - 7)		0,00

Conciliação elaborada por:	Análise:	Comentário	Existe um montante de 5.459,18 €
		contabilizados pela 123 que não são	
		reconhecidos pela ABC. Existe ainda o	
Em: ____/____/____		montante de 111.585,60€ a regularizar pela ABC.	

ANEXO 7 – Controlo de Circularização das Contas a Pagar

Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda. SROC nº 287		EMPRESA: 123, S.A.		Preparado por: <u>Nelson Gonçalves</u>		Data: <u>17/03/2019</u>		Rúbrica: <u>Nelson Gonçalves</u>		2018 P3A.4 X P2E.4 P3F.4		
X		P3A.4 - Fornecedores		P2E.4/P3F.4 - Outras dívidas a pagar (inclui 2711, 2712 e SC 264, 265 e 268) - corrente e não corrente		Revisito por:						
CONTROLO DE CIRCULARIZAÇÃO DAS CONTAS A PAGAR												
DETALHE DE CIRCULARIZAÇÃO				SALDOS CONFIRM. DIRET.		SALDOS CONFIRM. APÓS ANÁL.		SALDOS EM DESACORDO			CONFIRMAÇÕES NÃO RECEBIDAS	
PROCESSO Nº	NOME	P/T Nº	SALDO CONTABILÍSTICO 31/12/2018	SALDOS CONFIRM. DIRET.	SALDOS CONFIRM. APÓS ANÁL.	MONTANTE INDICADO	CONCILIAÇÃO	EM LITÍGIO DISCUSSÃO NÃO JUSTIF.	1 2 3	VERIFICA- DOS POR PAGAM.	VERIFICA- DOS POR O. MEIOS	NÃO JUSTIFICADO
2211-80401 /138 /18	A. S.A.	5	96 415,29 €		96 415,29 €	56 412,23 €	40 003,06 €					
2211-22062 /138 /18	B. S.A.	2	5 535,30 €	5 535,30 €								
2211-80004 /138 /18	C. S.A.	6	- €	- €								
2211-80977 /138 /18	D. S.A.	1	360 320,14 €	360 320,14 €								
2211-81002 /138 /18	E. S.A.	3	140 512,64 €		140 512,64 €	120 564,52 €	19 948,12 €					
2211-81003 /138 /18	F. S.A.	4	58 426,23 €	58 426,23 €								
2211-27065 /138 /18	G. S.A.	7	7 227,67 €	7 227,67 €								
2211-27067 /138 /18	H. S.A.	8	1 103,31 €	1 103,31 €								
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
/138 /18												
Total			669 540,58	432 612,65 (1)	236 927,93 (2)	176 976,75	59 951,18	0,00		0,00	0,00	0,00
			TOTAL = 1+2		669 540,58							
Valor Total da sub-conta / Circ.			865 412,21	669 540,58	669 540,58							669 540,58
Percentagem da amostra			77,37%	100,00%	100,00%							0,00%
Total do número de saldos bal. / Circ.			669 540,58	8	8							8
Percentagem da amostra			77,37%	100,00%	100,00%							0,00%

ANEXO 8 – Minuta de Circularização e resposta de Clientes

Assunto: ____/Confirmação de saldos

Ref: / / – (Nome do cliente selecionado)

Exmos. Senhores,

Os nossos Revisores Oficiais de Contas, **Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda**, com sede na Rua Padre Estêvão Cabral, 120, Sala 204 – 3000-316 Coimbra, endereço de e-mail circularizacao.hpinto@pbc-sroc.pt e telefone/fax 239838162 estão a proceder à auditoria das nossas demonstrações financeiras e gostariam de obter confirmações para os saldos, a seguir indicados, existentes nos nossos registos à data de **31 de dezembro de 2017**:

	C/C	C/C – Cheques Pré-datados	Conta Letras	Cedido em <i>Factoring</i>
Saldo a N/favor:	€	€	€	€
Saldo a V/favor:	€	€	€	€

Este pedido corresponde a uma necessidade urgente dos nossos Revisores, pelo que agradecemos que lhes seja enviada uma resposta, **com a maior brevidade possível, preferencialmente via e-mail**.

Para resposta poderão digitalizar e remeter a minuta anexa, anotando sempre a vossa posição quanto ao saldo e sua composição.

Antecipadamente gratos, apresentamos os melhores cumprimentos,

(Identificação do remetente do e-mail)

EMPRESA: ABC, SA

Ref: /138/18 – (Nome do cliente selecionado)

	C/C	C/C – Cheques Pré-datados	Conta Letras	Cedido em Factoring
Saldo a N/favor:	€	€	€	€
Saldo a V/favor:	€	€	€	€

- ☐ Confirmamos o(s) saldo(s), acima indicado(s), à data de **31/12/2018**.
- ☐ Não confirmamos o(s) saldo(s), acima indicado(s), à data de **31/12/2018**. Na nossa contabilidade o(s) saldo(s) é (são) o(s) seguinte(s):

Observações:

(Carimbo e Assinatura)

ANEXO 9 – Ficha de Conciliação de Clientes



PINTO, BARROS
& CARDOSO
SROC, Lda.

A2C.4 (C)
2018

EMPRESA: ABC, Lda

CONCILIAÇÃO CLIENTES

Cliente:

N A C O N T A B I L I D A D E	1- NA CONTABILIDADE DA EMPRESA	129 563,87 €
	2- VALORES LANÇADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS PELO CLIENTE	
	(Expl.: mercadorias em trânsito, Notas de Débito,...)	
	Fatura nº558/C de 18/12/2018	4 362,50 €
		-/-/-
		-/-/-
		-/-/-
	3- VALORES LANÇADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS PELO CLIENTE	
	(Expl.: Notas de Crédito,...)	
		-/-/-
N O C L I E N T E	4- VALORES LANÇADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS NA CONTABILIDADE	
	(Expl.: Pagamentos em trânsito, Notas de Débito,...)	
		-/-/-
		-/-/-
		-/-/-
		-/-/-
		-/-/-
	5- VALORES LANÇADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS NA CONTABILIDADE	
	(Expl.: Notas de Crédito,...)	
	/	-/-/-
6 = 1 - 2 + 3 - 4 + 5	125 201,37 €	
7- SALDO INDICADO PELO CLIENTE	125 201,37 €	
8- DIFERENÇA (6 - 7)	- €	

Conciliação elaborada por: Nelson Gonçalves Em: 28/04/2019	Análise por: _____ Em: ____/____/____	Comentário: _____ _____ _____
--	---	--

1/1

ANEXO 11 – Minuta de Circularização de Advogados

Assunto: Solicitação de informações

Exmos. Senhores,

Os nossos Revisores Oficiais de Contas, **Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda.**, com sede na Rua Padre Estêvão Cabral, 120 – Sala 204, 3000-316 Coimbra, telefone 239 838162, fax 239 838162 e endereço de e-mail circularizacao.hpinto@pbc-sroc.pt, estão a proceder à auditoria das nossas demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, pelo que agradecemos lhes sejam fornecidas as informações seguintes com referência àquela data:

1. Uma lista de todas as reclamações e ações judiciais em curso, litígios intimados ou pendentes, impostos adicionais, liquidados ou propostos para liquidação, de que tenha conhecimento como nosso advogado, assim como de idênticos factos que hajam ocorrido posteriormente àquela data.
Solicitamos que especifique para cada caso:
 - (a) Descrição do litígio;
 - (b) Valor proposto da ação;
 - (c) Posição atual da ação;
 - (d) Eventual existência de cobertura de seguro ou de outros mecanismos suscetíveis de transferir responsabilidades potenciais para terceiros; e
 - (e) Parecer de V. Exa. quanto à estimativa final de responsabilidades (incluindo custas judiciais e outros encargos).
2. Uma lista de todas as potenciais reclamações e respetivas responsabilidades esperadas, designadamente, factos existentes dos quais possam decorrer reclamações de terceiros, de que tenha conhecimento como nosso advogado, assim como de idênticos factos de que tenha conhecimento e que hajam ocorrido posteriormente a **31 de dezembro de 2018**. Solicitamos que especifique para cada caso:
 - (a) Descrição da potencial reclamação;
 - (b) Valor envolvido; e
 - (c) O seu parecer no que respeita à atribuição final de responsabilidade.

3. Uma lista de direitos, títulos ou outros bens de nossa propriedade detidos por V.Exa. ou por outras entidades de que tenha conhecimento.
4. Qualquer outra situação que entendam dever ser do conhecimento dos nossos Revisores Oficiais de Contas.
5. A importância que tínhamos em dívida para convosco em **31 de dezembro de 2018**.

Este pedido corresponde a uma necessidade urgente dos nossos Revisores, pelo que agradecemos que lhes seja enviada uma resposta, com a maior brevidade possível, podendo utilizar-se o fax ou e-mail acima indicados, com cópia para nós.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

De. V. Exas.

Atentamente

ANEXO 12 – Certidão Fiscal e Parafiscal



EMPRESA: ABC, Lda

NIF: 0

P3C.8 - CERTIDÕES FISCAIS E PARAFISCAIS / CADASTRO

P3C.8
2018

1 - SERVIÇO DE FINANÇAS DE / SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

DATA	ANEXO Nº	SITUAÇÃO CONSTANTE DA CERTIDÃO	OBSERVAÇÕES
30/05/2018		SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA REGULARIZADA	Validade: 3 MESES
12/09/2018		SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA REGULARIZADA	Validade: 3 MESES
30/11/2018		SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA REGULARIZADA	Validade: 3 MESES
23/05/2019		SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA REGULARIZADA	Validade: 3 MESES

Comentário / Conclusão

2 - IGFSS / SEGURANÇA SOCIAL DIRETA / SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

DATA	ANEXO Nº	SITUAÇÃO CONSTANTE DA CERTIDÃO	OBSERVAÇÕES
02/07/2018		SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA	Validade: 4 MESES
05/09/2018		SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA	Validade: 4 MESES
04/01/2019		SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA	Validade: 4 MESES
08/04/2019		SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA	Validade: 4 MESES

Comentário / Conclusão

3 - INFORMAÇÃO CADASTRAL (a)/INFRAÇÕES FISCAIS (b)/DÍVIDAS FISCAIS (c)

[illegible]

Comentário / Conclusão

DATA DE ELABORAÇÃO: 11/01/2019 23/05/2019 ____/____/____

EXECUTADO POR: Nelson Gonçalves

REVISTO POR:_____

ANEXO 13 – Análise das depreciações de Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis

A1A.6
2018

EMPRESA: WWW, S.A.

A1A.6 - ANÁLISE DAS DEPRECIACÕES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS/ INTANGÍVEIS e BIOLÓGICOS

	Mapas Fiscais (excel)			Contabilidade			Diferenças		
	V. Aquisição	Depreciação Exercício	Depreciação Acumulada	V. Aquisição	Depreciação Exercício	Depreciação Acumulada	V. Aquisição	Depreciação Exercício	Depreciação Acumulada
3722	1 140,00 €	57,00 €	456,00 €	1 140,00 €	57,00 €	456,00 €	- €	- €	- €
431	274 978,67 €	- €	- €	274 978,67 €	- €	- €	- €	- €	- €
432	1 863 572,23 €	78 273,15 €	1 528 563,56 €	1 863 572,23 €	78 273,15 €	1 528 563,56 €	- €	- €	- €
433	3 434 797,29 €	132 890,26 €	2 817 960,23 €	3 434 797,39 €	132 890,26 €	2 817 960,23 €	- €	- €	- €
434	674 720,49 €	31 325,55 €	488 089,44 €	717 910,49 €	36 724,35 €	509 684,49 €	0,10 €	- €	- €
435	730 404,05 €	6 967,78 €	716 270,80 €	730 404,04 €	6 967,78 €	716 270,80 €	0,01 €	- €	- €
4375	32 268,19 €	24,00 €	32 220,82 €	32 268,19 €	24,00 €	32 220,82 €	- €	- €	- €
4377	29 890,99 €	- €	29 890,99 €	29 890,99 €	- €	29 890,99 €	- €	- €	- €
4379	495 358,47 €	5 206,60 €	476 672,97 €	495 358,47 €	5 206,60 €	476 672,97 €	- €	- €	- €
443	74 650,00 €	966,66 €	64 016,66 €	74 650,00 €	966,66 €	64 016,66 €	- €	- €	- €
446	18 000,00 €	4 500,00 €	18 000,00 €	18 000,00 €	4 500,00 €	18 000,00 €	- €	- €	- €
	7 629 780,38 €	260 211,00 €	6 172 141,47 €	7 672 970,47 €	265 609,80 €	6 193 736,52 €	- 43 190,09 €	- 5 398,80 €	- 21 595,05 €

Comentários e conclusões:

As diferenças na rubrica 434 - Equipamento de transporte devem-se a não contabilização de uma viatura nos mapas em excel de 2018 e 2017, encontrando-se o mesmo registado na contabilidade.

DATA DE ELABORAÇÃO: 09/02/2019

EXECUTADO POR: Nelson Gonçalves

REVISTO POR: _____

ANEXO 14 – Papel de trabalho de Análise ao Relatório de Gestão

Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda.
S.R.O.C. nº 287 / R.O.C. nº 391
Registo na CMVM nº 20161580

II 12
2018

II 12 - AUDITORIA AO RELATÓRIO DE GESTÃO

		SITUAÇÕES	SIM	NAO	N/A	OBS.
Dever de elaborar o relatório de gestão	Art.º 65º CSC	1 O relatório de gestão e as contas foram apresentadas por forma a poderem ser apreciadas nos três primeiros meses posteriores ao termo do exercício ou da A. G. convocada?				
		2 O relatório de gestão e as contas estão assinadas por todos os membros da administração? Se não, a recusa de assinatura está justificada no próprio documento?				
		3 O relatório de gestão e as contas estão assinadas pelos gerentes/administradores em exercício à data da apresentação?				
Concordância com o Conteúdo do Relatório de Gestão	Art.º 66º do CSC	1 O relatório da gestão contém, pelo menos, uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta?				
		2 A exposição prevista no número anterior consiste numa análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da posição da sociedade, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade?				
		3 Na medida do necessário à compreensão da evolução dos negócios, do desempenho ou da posição da sociedade, a análise prevista no número anterior abrange tanto os aspectos financeiros como, quando adequado, referências de desempenho não financeiras relevantes para as atividades específicas da sociedade, incluindo informações sobre questões ambientais e questões relativas aos trabalhadores?				
		4 Na apresentação da análise prevista no n.º 2 o relatório da gestão inclui, quando adequado, uma referência aos montantes inscritos nas contas do exercício e explicações adicionais relativas a esses montantes?				
		5 O relatório indica, em especial:				
		a) A evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu atividade, designadamente no que respeita a condições do mercado, investimentos, gastos, rendimentos e atividades de investigação e desenvolvimento?				
		b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício?				
		c) A evolução previsível da sociedade?				
		d) O número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o período, a fração do capital subscrito que representam, os motivos desses atos e o respetivo preço, bem como o número e valor nominal ou contabilístico de todas as quotas e ações próprias detidas no fim do período?				
		e) As autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º?				
f) Uma proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada?						
g) A existência de sucursais da sociedade?						
h) Os objetivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transações previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do ativo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros?						
Outras informações a prestar		A - O Relatório de Gestão informa sobre a existência ou não de dívidas em mora ou acordos com a Segurança Social [DL 411/91, de 17/10 e artigo 210.º do Código Contributivo (Lei 110/2009)]?				
		B - O Relatório de Gestão informa sobre dívidas em mora ou acordo com o Estado e O.E.P. (DL 534/80 de 07/11)?				
		C - Em anexo ao Relatório de Gestão são publicitadas as participações dos Administradores e do órgão de fiscalização (art.º 447º do CSC)?				
		D - A empresa inclui uma descrição das matérias ambientais, bem como uma resposta às mesmas, que sejam relevantes ao seu desempenho e posição financeira ou para o seu desenvolvimento? Essas informações incluem uma análise objetiva da evolução e divulgação das atividades da empresa (NCRF 26, pt. 48)?				
		E -				
OBS./COMENTÁRIO						
CONCLUSÃO						

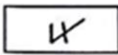
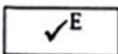
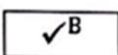
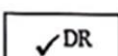
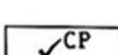
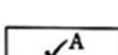
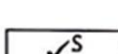
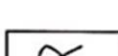
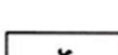
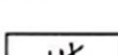
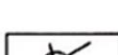
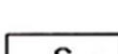
DATA DE ELABORAÇÃO: ____/____/____

ELABORADO POR: _____

REVISTO POR: _____

ANEXO 15 – Simbologia

SIMBOLOGIA

	DE ACORDO COM O BALANCETE ANALÍTICO
	DE ACORDO COM O EXTRATO DE MOVIMENTO
	DE ACORDO COM O BALANÇO
	DE ACORDO COM A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
	DE ACORDO COM A DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CAPITALS PRÓRIOS
	DE ACORDO COM O ANEXO ÀS DF
	SOMA CONFERIDA
	VERIFICADA A CORRECÇÃO DOS CÁLCULOS ARITMÉTICOS
	ERRO/ INCORRECÇÃO
	DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR
	CONFORME DELIBERAÇÃO DA A.G. OU DO CA./GERÊNCIA
	DE ACORDO COM O DOCUMENTO DE SUPORTE (FT., G.R., O.C., ...)

ANEXO 16 – Certificação Legal das Contas (opinião sem reservas)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ABC, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 10.323.370,38 euros e um total de capital próprio de 9.754.645,59 euros, incluindo um resultado líquido de 539.041,56 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ABC, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, __ de _____ 2019

Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda. (SROC
n.º287)

representada por:

Manuel Henriques Pinto (ROC n.º 391)

Carlos Miguel Dias Barros (ROC n.º 1431)

Paula Cristina Bogalho Cardoso (ROC n.º 1669)

ANEXO 17 – Certificação Legal das Contas (opinião com reservas por desacordo)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 22.755.724,73 euros e um total de capital próprio de 10.431.223,21 euros, incluindo um resultado líquido de 218.424,88 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de (a Entidade) em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Na nota 29.2 do Anexo constam os processos n.ºs _____ e _____ em que é Autor (a Entidade) e Ré a ABC, S.A., correspondendo o processo referido em primeiro lugar a dívidas como cliente (130.681,71 euros) e o processo referido em segundo lugar a Outros créditos a receber (532.643,27 euros).

A Entidade não contabilizou a imparidade, para acautelar o risco de incobrabilidade associado a estes processos, mas a situação da ABC, S.A. referida na respetiva Certificação Legal das Contas de 2017 na Bases para a opinião com reservas refere existirem *“outras dívidas não fiscais reclamadas pela Autoridade Tributária cujo montante não é possível quantificar uma vez que a informação disponível não é suficientemente fiável”*, e que no decurso de 2018 e até à presente data não nos foi

demonstrado que a situação do devedor se tenha alterado, somos de opinião que deveriam ter sido considerados de cobrança duvidosa os débitos peticionados e constituída a respetiva imparidade no montante de 663.324,98 euros (130.681,71 euros + 532.643,27euros).

Os efeitos desta modificação implicam que no balanço/ativo corrente, o valor de clientes deveria ser de 2.283.827,57 euros e o valor de outros créditos a receber de 91.043,05 euros. Consequentemente, o total do balanço deveria ser de 22.092.399,75 euros, o total do capital próprio de 9.767.898,23 euros e o resultado líquido do período negativo no montante de 444.900,10 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias relevantes de auditoria

Exceto quanto à matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas, informamos que não existem outras matérias relevantes de auditoria a comunicar no nosso relatório.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se

concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, ____ de _____ de 2019

Pinto, Barros & Cardoso, SROC, Lda. (SROC
n.º287)

representada por:

Manuel Henriques Pinto (ROC n.º 391)

Carlos Miguel Dias Barros (ROC n.º 1431)

Paula Cristina Bogalho Cardoso (ROC n.º 1669)